

PUBLICAÇÃO CULTURAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA



REVISTA MUNICIPAL

ANO XIII ~ NÚMERO 55 ~ 4.º TRIMESTRE DE 1952

PREÇARIO DA REVISTA

Preço avulso	12\$50
Números duplos	20\$00
Assinatura (por cada série de 4 números)	40\$00



DEPOSITARIO GERAL

Grupo «Amigos de Lisboa» — Rua Garrett, 62, 2.º — Telef. 2 5711



CORRESPONDENCIA

Secção de Propaganda e Turismo da Câmara Municipal de Lisboa

Rua da Boa Vista, n.º 3 — Telef. 3 2174



REVISTA MUNICIPAL

D I R E C Ç Ã O
DR. JAIME LOPES DIAS

•
ASSISTENCIA GRÁFICA
JOSE ESPINHO

•
DESENHOS DE
ANTÓNIO DOMINGUES,
BERNARDO MARQUES,
JOÃO ARAÚJO,
JOSE ESPINHO
E MATEUS JUNIOR

•
CAPA DE JOSÉ ESPINHO

SUMÁRIO

J A I M E L O P E S D I A S

M Á R I O X A V I E R D E B R I T O

S A M U E L S C H W A R Z

F I D E L I N O D E F I G U E I R E D O

R O D R I G O D E M E L L O

H O R S - T E X T E

*N O R B E R T O D E A R A Ú J O —
O L I S I P Ó G R A F O E J O R N A L I S T A*

*L I S B O A D E O U T R O S T E M P O S
L I S B O A D E H O J E — A R R U A M E N T O S*

*C E N T E N Á R I O D O N A S C I M E N T O
D O C O N D E D E M O N S A R A Z*

*A T O M A D A D E L I S B O A C O N F O R M E
D O C U M E N T O C O E V O D E U M C Ó D I C E
H E B R A I C O D A B I B L I O T E C A N A C I O N A L*

2 5 D E O U T U B R O D E 1 9 5 2

A N T O L O G I A D E L I S B O A

C A N C I O N E I R O D E L I S B O A

D R. R O D R I G O D E M E L O

*O P A V I L H ã O M U N I C I P A L
N A F E I R A P O P U L A R*

A C O N T E C I M E N T O C I T A D I N O S

A V O Z D A C I D A D E

S E C Ç ã O J U R I D I C A

B I B L I O G R A F I A

I N D I C E G E R A L D A « R E V I S T A M U N I C I P A L » — N . º 5 2 A 5 5 — A N O D E 1 9 5 2

*V I S T A D A Q U I N T A D E G E R A R D D E V I S M E,
J U N T O D E B E N F I C A — 1 7 9 4*



N . º 5 5 ~ 4 . º T R I M E S T R E ~ 1 9 5 2



COMPOSTO E IMPRESSO
NAS OFICINAS GRÁFICAS
DA CAMARA MUNICIPAL DE LISBOA



OS ARTIGOS PUBLICADOS
NA «REVISTA MUNICIPAL»
SÃO DA RESPONSABILIDADE
DOS SEUS AUTORES





NORBERTO DE ARAÚJO
OLISIPÓGRAFO E JORNALISTA

A

dquiriu justificada fama, registam-no todas as crónicas lisboetas, o visível progresso urbanístico da nossa capital.

A cidade nova é admiração de quantos aqui vivem e vêem surgir, como por encanto, arruamentos e bairros onde, até há pouco, havia apenas terras de sementeira, povoadas, aqui e ali, de quintas e hortas. Alvalade, Areeiro, Encarnação, Encosta da Ajuda, etc., nasceram há menos de 20 anos e formam uma urbe moderna que é alegria dos olhos, comodidade dos moradores e valorização da Lisboa velha, sempre grande e imortal.

A expansão da Rainha do Tejo ultrapassou nos últimos anos tudo quanto possa imaginar-se em extensão e em rapidez de construção.

Não fica por aqui, felizmente, o seu milagroso progresso.

Sem a espectacularidade da urbanização, o desenvolvimento dos seus estudos históricos, a rebusca do seu passado, numa palavra, o desenvolvimento da sua vida cultural, tornaram-se também dignos de nota. A criação dos Serviços Culturais do Município, as celebrações do duplo centenário e do centenário de Lisboa, a instalação do Museu da Cidade, a realização de exposições, conferências, concursos literários e arquitectónicos, festas populares, dezenas de publicações e, ultimamente, mercê do especial interesse do Ex.^{mo} Senhor Presidente da Câmara, os concertos para desenvolvimento do gosto musical e alegria da população, podem apontar-se como índice.

Este capítulo da cultura, exige, mercê da sua natureza especial, mais do que a urbanização, colaboração especializada de estudiosos e investigadores com preparação que não é, nem pode ser, exigida ao pessoal dos quadros do município. Não têm faltado obreiros para este sector, onde cabem quantos se dedicam aos estudos olisiponenses, se debruçam sobre velhos manuscritos, ou percorrem ruelas, becos e pátios a identificar, a esclarecer, a completar investigações anteriores.

Infelizmente, porém, a legião dos enamorados de Lisboa vai abrindo brecha.

Em 1951, a 20 de Fevereiro, partiu Vieira da Silva, nosso saudoso amigo e o mais paciente e probo investigador do passado de Lisboa, e neste mês corrente de Novembro de 1952, Norberto de Araújo, cem por cento lisboeta de alma e coração.

Do primeiro, dissemos já aqui o suficiente para se fazer ideia da sua personalidade inconfundível.

De Norberto de Araújo, falaremos hoje.

Eu conheci-o e apreciei-o, pela primeira vez, através de *Miniaturas*, publicadas no jornal «A Manhã», fundado por um grupo de republicanos com o propósito de remoçar e renovar certos processos jornalísticos por esse tempo muito em voga.

Eu vivia então na província com o cérebro povoado de idealismos. Deleitava-me com a sua leitura. Recordo-me, como se fosse hoje; uma das minhas preocupações, era a de que me não extraviassem o jornal que inserisse as *Miniaturas*, todo ele, aliás, muito bem escrito e melhor orientado.

Quem seria o N. de A. perguntava eu a mim mesmo? Com certeza um poeta, um romântico, um bom, um sentimental!

Vim mais tarde a ter o prazer de receber Norberto de Araújo em minha casa, em festa de família, a ser seu amigo pessoal e a contá-lo entre os mais valiosos colaboradores nas nossas lides a bem de Lisboa.

Um dia falou-me das suas «Peregrinações» e concluiu pela necessidade de proteger e acautelar o Património da Cidade que ia desaparecendo ante a indiferença das entidades oficiais e a falta de compreensão de muitos particulares!

6

Sugeri-lhe a conveniência de expor o problema em público, e, efectivamente, em 15 de Maio de 1939, realizou no salão nobre dos Paços do Concelho, uma conferência em que versou o assunto, sob o título de «Inventário de Lisboa».

Hino à sua terra, nele definiu o seu pensamento e as suas intenções, não apenas, em relação ao Inventário, mas à própria Cidade!

«...Cada homem tem na vida a sua missão. Também as religiões — que são amor espiritualizado — cada um as serve segundo Deus o fadou, por sua índole própria.»

«Neste amor a Lisboa, ordenado e sério, despido de expansões mórbidas, integrado apenas dentro da cultura — a minha função é modesta: propagar, agitar, convencer, ensinar o que anda ensinado, repetir o que foi dito, e revelar apenas aqui e ali.»

Lisboa era, para Norberto de Araújo, um manancial inesgotável de novidades. É ele que o diz:

«A todos aqueles que têm, como eu, descido à rua a procurar a confirmação possível das verdades reveladas nos arquivos, Lisboa surge como um quadro maravilhoso, onde todos os dias há um pormenor inédito.»

Pelo que respeitava ao *Inventário*, pròpriamente dito, o meu amigo afirmou que a Nação é de todos, mas a Cidade é de Lisboa, e à C. M. cumpre defender-lhe os bens de raiz.

Dentro desta doutrina, apresentei à Ex.^{ma} Presidência da C. M., que a aprovou, uma proposta para que Norberto de Araújo fosse encarregado de proceder à relação sumária de todos os monumentos, valores artísticos e documentais, espécies e exemplares de expressão olisiponense que se encontram dispersos pelas 43 freguesias que constituem a Cidade, nomeadamente monumentos nacionais e municipais, palácios, antigos paços, igrejas, ermidas, restos de conventos, edifícios públicos, defesas arqueológico-militares, túmulos, cruzeiros, chafarizes, obeliscos, monumentos consagratórios, elementos heráldicos, ruínas, portas, etc., inclusive o que, embora propriedade particular, se entenda pertencer ao Património espiritual de Lisboa.

Efectivamente, logo que as possibilidades orçamentais do Município o permitiram, Norberto de Araújo iniciou a obra que distribuiu pelos seguintes capítulos:

1) Monumentos Históricos. 2) Cercas e defesas. 3) Palácios Nacionais e Municipais. 4) Palácios particulares. 5) Casas históricas. 6) Casas pitorescas. 7) Igrejas paroquiais. 8) Não paroquiais e Ermidas. 9) Edifícios conventuais. 10) Edifícios públicos. 11) Naus e brazões. 12) Pelorinhos e Obeliscos. 13) Arqueologia e História. 14) Chafarizes e Bicas. 15) Cruzeiros e Padrões. 16) Pórticos, portais e janelas. 17) Túmulos e panteões. 18) Arcos e Viadutos. 19) Azulejos e Registos. 20) Estátuas e Monumentos. 21) Museus, Arte Olisiponense. 22) Parques e Jardins. 23) Pátios e Curiosidades.

Na data do seu passamento estavam publicados IX fascículos e em provas o X.

Como parte integrante do fascículo n.º 5, escreveu de colaboração com o actual Vice-Presidente da Câmara Municipal, o conhecido e consagrado olisipógrafo, Senhor Luís Pastor de Macedo, um volume especial *Casas da Câmara de Lisboa* (do século XII à actualidade) que constitui, indiscutivelmente, uma das melhores obras até hoje publicadas sobre o passado de Lisboa, e é monumento de erudição nos capítulos da sua vida administrativa, foraleira e municipalista.

Tem que anotar-se que, o Sr. Vice-Presidente, Luís Pastor de Macedo, deu a Norberto de Araújo tudo quanto, neste capítulo, a sua devotada e paciente investigação tinha reunido, pôs à sua disposição os valiosos elementos dos seus arquivo e biblioteca, numa palavra, deu-lhe a mais eficaz e indispensável colaboração.

Norberto de Araújo foi também colaborador da *Revista Municipal*.

No n.º 42, (2.º trimestre de 1949) podem os nossos leitores apreciar «*A Praça da Figueira que acabou e aquela que a antecedeu*» capítulo indispensável ao conhecimento dos mercados de Lisboa.

Desde a explicação do próprio topónimo *Praça* (mercado que fazia o estendal dos produtos na praça pública), e da *Figueira* (pela sua proximidade do *poço da Figueira*, Poço do

Bor — e Attem, do árabe) até à sua vida desde a criação, em 1775, por D. José I, até à demolição, em 1949, pela Câmara Municipal, está ali a história dos 173 anos da vida *do mercado mais alegre e popular de Lisboa*.

Ditado pelo seu famoso sentimento lisboeta escreveu: «A Praça da Figueira não era apenas um mercado. Era uma instituição alfacinha. Uma espécie de *Passeio público*. Um *forum* das gentes baírristas, com um pouco de basar, alguma coisa de feira, bastante de romaria... Tempo houve em que foi uma espécie de *Rua Nova*, na qual se encontrava tudo... Nunca houve em Lisboa cenário mais pitoresco. O bulício, a cor, o movimento, entonteciam.

Na quadra festiva dos Santos de Junho, a Praça da Figueira era um teatro com palcos ambulatórios, cenas de entremesses, grande polifonia popular de folgança.

Podem erguer-se mercados modernos, higiénicos, arquitectonicamente certos, fartos e claros... mas todos esses mercados serão iguais. Sem alma, nem personalidade. Sem fidalguia de mercado. Sem linhagem plebeia. Sem pergaminho alfacinha».

Nestas poucas palavras sumariou toda a vida e carácter da Praça da Figueira.

Deu a sua última colaboração à Câmara Municipal com a conferência que, sob as árvores frondosas do Jardim da Estrela, ali realizou em 24 de Abril de 1952, data da comemoração do primeiro centenário daquele lindo *passeio* cidadão.

Afirmou então o sempre enamorado de Lisboa:

«Evocar as festas da cidade, comemorar as datas históricas, retrogradar e dar vida a acontecimentos e a homens — constitui um dever imperativo e, em certos casos, um acto de gratidão...»

Passou a época do Jardim da Estrela? Não sabemos. Sabemos que se mantem o seu encanto, e que estas árvores aqui à roda, estas sombras, estas cascatas, estes aromas esparsos, esta frescura — parecem ser ainda de 1852».

O nome de Norberto de Araújo ficará também para sempre ligado a um dos espectáculos mais do agrado dos lisboetas: as marchas populares.

Quem quiser fazer-lhes a história terá de o citar como o seu melhor organizador e realizador.

Por isso lhe deve também a Cidade e especialmente o povo da capital, merecido reconhecimento.

Norberto de Araújo passava mal ultimamente. Os seus padecimentos agravavam-se a olhos vistos.

Aqueles olhos brilhantes, aquele feito comunicativo ia-se a pouco e pouco amortecendo.

A nossa última e demorada conversa tivemo-la no automóvel que nos conduziu da Figueira da Foz a Lisboa no dia em que a linda Cidade e Praia da Claridade homenageou o seu poeta e nosso querido amigo Dr. João de Barros.

Com estima e afabilidade, disse muito que eu desconhcia da Lisboa e de algumas das suas figuras. Contou, dissertou sobre vários assuntos dando-me novidades e surpresas.

Franco abalado na sua figura e na sua pessoa, a sua conversa denotava manifesta decadência. Passaram alguns meses e um dia chegou-me a notícia de que Norberto de Araújo estava gravemente enfermo. Já não saía de casa!

Pedi notícias, continuei a pedi-las de vez em quando. Eram cada vez menos agradáveis e, chegado o desenlace fatal, doloroso e brutal, pedi a Deus pelo seu eterno descanso.

Se bem que a Câmara Municipal lhe tenha, justificadamente concedido a medalha de ouro da Cidade, permito-me solicitar aqui, aos lisboetas e aos jornalistas que não esqueçam, e, se poderem, imitem quem tão bem e devotadamente serviu Lisboa e o jornalismo.



LISBOA DE OUTROS TEMPOS LISBOA DE HOJE ARRUAMENTOS

PREAMBULO

A indole do estudo, que apresentamos, tem, pelo menos uma finalidade. Pretendemos interessar todos aqueles que tenham pugnado para que Lisboa esteja a par das outras capitais e sirva assim de estímulo para quem queira o engrandecimento e bem estar de uma tão bela cidade e observar, pela leitura deste trabalho, como continuamente tem aumentado o número de ruas e avenidas, ou melhor, como Lisboa se expande.

Julgamos nós que assuntos destes são sempre oportunos, tanto mais que Lisboa, pela sua situação geográfica, como ponto de passagem nas relações inter-continetais, está sendo cada vez mais conhecida no Mundo inteiro.

Foi assim que, examinando uma planta antiga de Lisboa, fiquei extasiado e não deixei de exclamar — Lisboa está aumentando em extensão de um modo impressionante.

Os arruamentos, prolongando a cidade em todas as direcções, não têm sido apresentados na sua evolução. Nada chegou ao meu conhecimento, apesar de ter procurado familiarizar-me com os trabalhos sobre Lisboa, que tantos eles são e escritos por distintas personalidades que aos estudos lisboenses têm dado todo o seu carinho e esforço.

Existem sim referências aos arruamentos de Lisboa, mas sob o ponto de vista toponímico, ou em estudos parcelares acerca de Bairros, monumentos, expansão de um modo geral, etc.

Desde as épocas mais remotas, qualquer que seja o modo porque se encare a importância da cidade, encontramos sempre razões de sobra para que tal aconteça.

Como se formaria e se desenvolveu Lisboa? Todo o seu valor reside em ter junto de si o Rio Tejo, o seu formoso estuário e a sua posição político-geográfica através de todos os tempos.

Quer pertencesse a romanos, mouros, ou qualquer outro povo, o seu porto e a sua barra seriam percorridos de igual forma, porque são imutáveis. Como posição geográfica são obras da natureza e o homem só lhe deu benefícios.

A vastidão do estuário, com as suas tranquilas águas e a proximidade do mar, tornam certamente cheios de inveja muitos outros países que nada têm que se assemelhe.

Para só falar da Europa, todas as capitais, ou melhor, quase todas, debaixo de todos os pontos de vista, ou estão situadas junto ao mar, ou junto de rios mais, ou menos, navegáveis, o que lhes aumenta o seu valor comercial.

A via aquática teve, através dos séculos, sempre importância, porque é natural e o seu aproveitamento depende principalmente dos navios utilizados, os quais sempre puderam conduzir grandes carregamentos.

Já o mesmo não podemos dizer das vias terrestres. Estas dependem completamente da acção do homem e o seu emprego comercial, enquanto não apareceram as vias férreas e moderadamente a camionagem, não se podia fazer em larga escala. Porisso todos os países com desenvolvida zona marítima e bons portos procuram desenvolver a sua marinha mercante e obras portuárias, que para nós em Lisboa também faz parte da cidade.

Lisboa tem óptimas condições de desenvolvimento. O seu clima, a sua posição geográfica, possuindo os aeroportos comerciais mais ocidentais da Europa e cada vez mais utilizados e em renovação constante, têm jus a ser considerada como de alto valor político-social e económico.

★

Em tempos muito recuados, é fácil admitir que os pavimentos na proximidade da Rua das Pretas e dos Anjos em direcção ao Rossio e depois à Praça do Comércio, eram muito mais baixos que hoje e as marés fariam sentir a sua acção nessas zonas, sendo de constatar a existência de edificações junto a estes locais, além da água que neles corria e assim em íntima ligação com o rio.

Sabemos também que, do Minho ao Algarve, as povoações não se formaram ao acaso; de um modo geral, desenvolveram-se em locais de passagem obrigatória de caminhos, tendo junto a si uma colina e nela colocado um castelo, para sua defesa.

Em tempos idos, muitas povoações, ou quase todas ficavam inteiramente dentro de muralhas, como ainda hoje se conservam, por exemplo Óbidos em Portugal, Ávila em Espanha e Carcena em França.

Os romanos, bem como os mouros, eram mestres na arte de fortificação; logo para defender o litoral, junto ao Rio Tejo, elevou-se, na colina que em melhores condições podiam oferecer a Lisboa, um imponente castelo. E para melhor defesa, como tendência natural da formação de Lisboa na direcção do rio, a primitiva cidade na época da conquista estava rodeada de altas muralhas, formando um recinto fechado com torres, cubelos e cortinas.

Através dos tempos, Lisboa foi sempre apreciada pelas suas colinas (a que mais adiante nos referiremos) e o colorido, que a distinguem da maioria das capitais da Europa, onde lhes faltam tão altas elevações. Deste modo a cidade apresenta uma diversidade de aspectos, consoante os seus apreciáveis miradouros espalhados pela cidade.

Lisboa, onde já nos Lusfadas o grande épico lhe chama princesa, tem sido empregada como tema em canções e nós conhecemo-la como rainha do Oceano.

Pode parecer descabido o enaltecer assim Lisboa, com tantos predicados que ela tem e irmos contrariar o que nos propuzemos fazer, mas não, os encantos de Lisboa são os que a fazem grande e o urbanismo fará o resto, com o aumento sucessivo de edificios quer de luxo, renda limitada, ou para operários, formando-se novos Bairros.

Ora para tanto são precisos mais arruamentos.

Sempre com os olhos fitos no mar, Lisboa foi-se dilatando para Oeste, atravessando a parte baixa e galgando as encostas sobranceiras e principalmente pela construção de conventos e mosteiros, que, em breve, se veriam rodeados de pequenos edificios.

Os arruamentos, quer sejam ruas, travessas, praças, etc., são vias de comunicação inter-urbana em íntima ligação com os acessos à cidade, que neste caso representam o seu prolongamento.

Para mais fácil compreensão de aqueles que não estão familiarizados com os nomes antigos, indicaremos os nomes actuais na citação dos arruamentos, só fazendo referência a outros nomes mais antigos quando isso se torne necessário.

Desejamos frisar aqui um facto. Antigamente a palavra urbanismo era desconhecida, ou não utilizada e os arruamentos não se construíam como hoje.

Modernamente estuda-se um plano, traçam-se as ruas e depois constroem-se os edificios. As ruas são formadas por troços rectilíneos no todo, ou parte, do percurso.

Antigamente as ruas começavam por ser caminhos, mais ou menos arrançados para o uso de transportes, onde, em geral, eram primitivamente caminhos de pé posto feitos, ou traçados, pelo homem nos seus deslocamentos. As edificações apareciam depois junto deles. No decorrer deste trabalho citaremos alguns casos.

O homem tem tendência a tornear qualquer obstáculo que encontre no seu caminho e quando existem diferenças de nível apreciáveis, pela existência de um outeiro, por exemplo, procura torneá-lo também. Para subir, procura linhas de menor declive, ainda que o trajecto seja maior.

O estudo dos arruamentos, isto é, a sua existência, formação, etc., poderia ser feito baseado em trabalhos guardados em arquivos, mas a sua coordenação, de modo a abranger completamente a cidade, não seria empresa fácil.

Isto nos levou a recorrer a plantas da cidade com o auxílio de estudos divulgados em trabalhos de autores como sejam: Júlio Castilho, engenheiro Pereira de Sousa, Gomes de Brito e engenheiro Vieira da Silva, para citar somente alguns infelizmente já falecidos.

Ainda que este trabalho seja desprovido de forma literária, não passando de uma simples narrativa, seria preciso encontrar plantas de Lisboa confeccionadas com certa exactidão para que a verdade da existência dos arruamentos fosse um facto.

Ora a planta bastante conhecida como sendo a mais antiga de Lisboa foi feita pelo architecto João Tinoco em 1650 e publicada em 1884, a qual nos servirá de base neste estudo.

Esta planta tem imperfeições, mas contém todas as ruas dentro da área apresentada, parecendo conter só uma parte da cidade. No entanto não está tão errada, como poderia parecer. Confrontando-a com outra planta de Eugénio dos Santos e Carvalho e Carlos Mardel (projecto), referente à época anterior e posterior ao terremoto de 1755, encontramos algumas, mas pequenas diferenças, o que não admira, pois que através do tempo de um século sempre aconteceu fazerem-se alterações nos traçados das ruas.

A principal deficiência da planta de Tinoco consiste na deformação e orientação dos arruamentos, porque em 1650 não se utilizava ainda a projecção horizontal e os trabalhos feitos à prancheta. O emprego de curvas de nível na topografia foi feito pela primeira vez pelo geômetra holandês Cruquiers em 1729, mas o seu emprego só se generalizou na 2.ª metade do século passado. Até então só se usava o processo das normais para representar o relevo do terreno. Foi um dos primeiros divulgadores das curvas de nível o official de engenharia francesa chamado Clerc.

Várias plantas posteriores antigas existem, mas umas são parcelares e outras têm falta de exactidão, não merecendo confiança.

Em conclusão: Este estudo só concretamente o faremos a partir da 2.ª metade do Século XVII. Nos séculos anteriores sòmente serão feitas referências à cidade e de um modo geral.



Em ligação com os arruamentos e como trabalho correlativo, faremos também algumas considerações acerca de trânsito, pavimentos, jardins, etc.

Pela sua apresentação, conhece-se bem numa planta a antiguidade das ruas.

Em Alfama, por exemplo, as ruas seriam delineadas pelos mouros, os quais vindos de Marrocos evitariam, com as ruas estreitas, que o sol as invadisse, apesar da diferença de clima.

Como já tivemos ocasião de dizer, ruas relativamente modernas tiveram origem em caminhos e os construtores dos edificios faziam-nos ao longo deles e assim apparecia mais uma rua, que nada tinha de uniforme na largura, apresentando esquinas ora salientes, ora reintrantes, como muitas ainda hoje aparentes.

Os seres nascem, crescem e morrem. Os materiais também têm a sua vida e com o tempo mostram os seus desgastes, ainda que lentos, mas a acção do homem tem meios de os manter. Por isso as povoações conservam a sua vitalidade. Lisboa, mesmo na sua parte antiga, mostra-nos essa vitalidade e, todos aqueles que a amam e muito lhe querem, procurarão certamente conservar o que existe de notável e engrandece-la-ão com elementos novos, tornando-a digna de figurar entre as melhores capitais.



Por feliz coincidência, as plantas usadas representam épocas distanciadas aproximadamente de 50 anos a partir de 1755.

Assim, além das duas plantas já referidas, servimo-nos de uma de 1807, levantada sob a direcção do engenheiro Duarte Fava; outra de 1812, inglesa, levantada por determinação do Duque de Wellington aos seus officiais, a qual no entanto não está exacta; outra planta de 1856, levantada sob a direcção do engenheiro Filipe Folque e ainda uma outra de 1899, levantada pelo Estado Maior do Exército e finalmente a planta actual, baseada nos levantamentos que, até ao presente, tem utilizado a Câmara Municipal de Lisboa.

No ano passado, quando tínhamos estas plantas quase adaptadas em escalas convenientes, publicou a Câmara Municipal de Lisboa um trabalho do Ex.^{mo} engenheiro Vieira da Silva, que nos serviu de auxiliar.

Presentemente está em via de realização a planta fotogramétrica que não pode apresentar erros, visto que a fotografia faz a reprodução fiel. O trabalho de adaptação às escalas várias não foi coisa fácil, mas conseguiu-se realizar.

Como as transformações da cidade se realizam continuamente, não seria possível mostrar um trabalho com alterações constantes. Tivemos portanto que operar por prazos. E, como a distribuição das ruas não é uniforme em toda a cidade, diminuindo a densidade do centro para a periferia, também para uma melhor apresentação, utilizaremos escalas diferentes e dividimos a cidade em três zonas e dentro de cada zona em épocas.

1.ª ZONA

O estudo foi executado utilizando a escala numérica de 1:2.500. Esta zona, como mais antiga e central da cidade foi tomada tendo por limites os terrenos adjacentes ao recinto da muralha fernandina e sua união com a muralha moura.

A melhor forma de mostrarmos a parte que, após a tomada de Lisboa aos mouros, durante o resto do *Século XII*, constituía a cidade, é reputar-nos às freguesias ou paróquias cada uma das quais abrangia um bloco de edifícios com determinadas ruas, tendo por sede uma igreja.

Como a população já era em número elevado e não cabia dentro do recinto fortificado, os habitantes já se espalhavam pelas imediações das muralhas e no fim do *Século XII* existiam 10 freguesias — 5 delas situadas dentro das muralhas e são: Santa Cruz, em pleno Castelo e S. Maria Maior (Sé) hoje existentes e as outras: S. Bartolomeu, S. Martinho e S. Jorge desaparecidas e até as próprias igrejas.

Como dissemos, o Castelo ocupa uma elevada colina, com um panorama surpreendente quer para o Rio, quer para terra, no qual hoje ostenta, dominando toda a cidade, a estátua daquele que a conquistou e chamou Afonso Henriques, 1.º Rei de Portugal.

Esta colina com outras 6: S. Vicente — Graça — Santana — S. Roque situadas nesta zona e Chagas — S. Catarina situadas na 2.ª zona constituíram as características da cidade durante alguns séculos.

A comunicação da parte murada, que os mouros tinham ocupado, com o exterior fazia-se por 12 portas e postigos, de entre os quais ainda hoje existem restos: D. Fradique; do Mar junto à Rua dos Bacalhoeiros; de Martim Moniz ao norte do Castelo. Outras desapareceram como as portas: do Sol, a S. Tomé; da Cruz, a N. E. do extremo da Rua dos Remédios; de Alfafa na Rua de S. António e do Ferro a W. da igreja de S. António.

A N. e W. do Castelo o terreno apresenta-se abrupto. A L. e S. a depressão é muito menos acentuada.

Como continuação do Castelo, o recinto murado seguia para S. a encosta até à praia entre a torre chamada da Escrevaninha e outra junto do ainda hoje existente Chafariz de El-Rei.

Consta dos arquivos que nesta parte do *Século XII* vários aterros foram mandados fazer, aumentando a praia, conquistando-se terreno ao Tejo, como ainda hoje se continua.

Logo podemos conjecturar que a parte S. da muralha, situada no sopé do monte, ficava próximo do rio na época da conquista, o que é confirmado por várias panorâmicas.

A W. a muralha seguia da porta de Alfafa pelas proximidades das escadinhas de S. Crispim, depois em linha quase recta passando na que é hoje Calçada do Correio Velho até à torre citada da Escrevaninha, atravessando a porta do Ferro.

A L., a partir da porta de D. Fradique, seguia uma elevação que se estendia próximo à Rua de S. Tomé até ao S. do Limoeiro, para depois atingir a Rua de S. João da Praça e o Chafariz de El-Rei, passando pelas portas do Sol e de Alfama.

O Castelo onde residia então o governador mouro, transformou-se no Paço Real desde o Século XIII, quando D. Afonso III veio com a corte para Lisboa, até ao tempo de D. Sebastião.



Como se frizou, a cidade estendia-se principalmente para W., atingindo primeiro a parte baixa como continuação dos dois vales por onde corriam as águas que formavam os córregos da Rua das Pretas e Rua dos Anjos e seguiam reunidas depois até ao rio. Em seguida galgava o monte, onde se construiu o Convento de S. Francisco. Para L. depois de ultrapassar o apertado vale que constitui o sítio de Alfama, atingia a pequena altura de S. Vicente, como prolongamento de outra mais elevada que está a N., chamada a Graça.

Não admira pois que fora das muralhas mouras se constituíssem as outras 5 freguesias, sendo 3 a W. denominadas: Mártires, uma pequena igreja junto ao Convento de S. Francisco; S. Justa e Madalena próximo das muralhas. A L. ficavam as 2 restantes: S. Pedro de Alfama, próximo às muralhas e mais além S. Vicente.

No Século XIII mandou o rei D. Dinis aterrar o rio até 2 braças a partir da Ribeira Nova.

A expansão da cidade obriga a formarem-se outras 7 freguesias, mais ou menos intercaladas nas existentes. Isto prova o aumento na densidade da população.

Assim a L. temos S. Marinha; S. André e S. Estêvão. A W. temos: S. Julião (Geão); S. Lourenço; S. Nicolau e S. Mamede (ao Caldas).

No sítio da Trindade já existia uma pequena Ermida chamada de S. Catarina que mais tarde ficou situada dentro e absorvida na construção do Convento da Trindade.

Chegamos assim aos meados do Século XIV, reinando D. Pedro I. Os habitantes de Lisboa já ultrapassavam 60.000. Os arrabaldes povoados e cheios de hortas e quintas, eram já conhecidos pelas alturas que os formavam.

Um novo sítio também se formou a N. do Castelo, é S. Vicente à Mouraria, ou só Mouraria, a parte baixa que ligava as alturas do Castelo às de Santana.

O porto de Lisboa começa a valorizar-se. O aterro continua e já nos aparece a Ribeira das Naus. A água do rio já se afasta do sopé do Monte de S. Francisco.

Mais 6 freguesias são precisas e fundam-se: S. Cristóvão, próximo à Mouraria; S. Tiago e S. João da Praça dentro das muralhas; S. Miguel, S. Tomé e S. Salvador em Alfama, sendo a última igreja pertença do Convento de S. Salvador.

Nota — Há autores que consideram estas freguesias do Século XIII.

A citação de datas é sempre melindrosa em assuntos históricos. A história é a reposição de factos verdadeiros passados. Desde que se façam transcrições, sujeitamo-nos a trocar um algarismo e fica tudo errado. Ora na maioria dos casos o que se fazem são transcrições e não emprego de textos autenticados. Acerca das igrejas, que deram o nome às freguesias, podemos dizer que algumas já estavam construídas há bastante tempo, quando passaram a freguesias, podendo-se dar o contrário, existir a freguesia, antes da igreja sede, como aconteceu por exemplo com Santa Isabel, Encarnação e outras.

Em conclusão. A cidade estendia-se já da Graça — S. Vicente abrangendo Alfama, a L. da muralha mourisca, até à parte baixa, com a encosta do Castelo, a W. A sede da freguesia dos Mártires abrangia uma área relativamente maior e estendia-se pela colina de S. Francisco para N.

As hostes de D. Afonso Henriques eram bem pequenas para arrostar as aguerridas tropas mouriscas; para tanto foi valioso auxílio a cooperação dos cruzados, os quais, batalhando pela fé cristã, atacavam os infiéis mussulmanos com toda a fúria.

Portanto é fácil conjecturar que a fé católica obtivesse para o culto um tão grande número de igrejas num espaço relativamente pequeno, não contando com outras, como a da Misericórdia, próximo da Praça da Ribeira e as do número elevado de Conventos e Ermidas só nesta 1.^a zona da cidade.

Fosse pelo clima, prosperidade do país, ou quaisquer outros motivos, o que vemos é a construção, durante estes primeiros séculos da existência de Portugal, de numerosos edifícios de congregações religiosas, para ambos os sexos, de franciscanos, dominicanos, carmelitas, jesuítas, etc., com a designação de: Conventos, Mosteiros, Colégios, Hospícios, Recolhimentos, que muito contribuíram para que junto deles se fizessem edificações e portanto ruas de acesso.

Na planta de 1650 assinalamos os seguintes conventos até ao Século XIV: S. Francisco — Espírito Santo — Carmo — Trindade — S. Domingos — S. Eloy — S. Antão-o-Velho — Salvador — Graça — S. Vicente. Isto é 10 conventos.

No reinado de D. Fernando vastos terrenos são entregues às ordens religiosas da Trindade e do Carmo. O 1.^o Convento da Trindade foi mandado construir pela rainha Santa Isabel e ao Convento do Carmo o Condestável D. Nuno Álvares Pereira, conde de Ourem, nele mais tarde se recolhe.

Previendo as lutas com Castela, o que mais tarde aconteceu, o rei D. Fernando reuniu o Conselho para que se collocasse toda a cidade dentro de um recinto fortificado, a fim de ser melhor defendida. Em 1373 e durante 2 anos se construiu a muralha fernandina para o que se alcançariam as linhas de alturas das diferentes colinas. Essa muralha iria ligar com a antiga a N. e S., prolongando-se para L. e W.

Toda a população se interessou pela construção; uns davam a mão-de-obra, outros a cal, outros a pedra, outros os transportes, etc.

As muralhas, pelo que ainda hoje se observa, representavam qualquer coisa de grande e importante para aquelas épocas. Podemos distinguir nos recintos 3 partes: uma ainda conservada em vários troços, outra cuja existência foi confirmada e a restante que se supõe, por não se terem encontrado vestígios.

Este estudo, acerca das muralhas, foi feito desenvolvidamente pelo Ex.^{mo} engenheiro Vieira da Silva, depois de largas investigações.

Segundo Fernão Lopes as torres seriam 77 e as portas 38. O que se sabe é que há portas construídas em várias datas e demolidas em diferente ocasiões. Todas as portas ficaram com nomes. As que eram passagens principais e as mais fortificadas chamavam-se no Ocidente: S. Catarina; Ao Norte: S. Antão e Mouraria; a Oriente: Cruz.

Falecido o rei D. Fernando (1383) foi Lisboa cercada pelo exército castelhano em 26 de Maio de 1384, cujo cerco durou até 5 de Setembro de esse ano. A cidade estava salva sem luta, pela retirada do inimigo.

No Ocidente a nova muralha que seguia em linha quase recta do Corpo Santo a S. Roque, para atingir o sítio de Santana, teve que atravessar o vale chamado Verde, passando pelo local da Estação do Rossio, chegando à Rua do Regedor para passar pelas alturas, onde mais tarde se construiu o Convento da Encarnação, atravessando o outro vale da Mouraria e encontrando o Castelo na torre de S. Lourenço.

A S. da cidade e ligando ao Corpo Santo, a muralha seguia ao N. da Ribeira das Naus e na base da encosta, atravessando a parte baixa da cidade, indo encontrar a muralha moura próxima à torre da Escrevaninha.

A parte S. continuava para L. a partir do Chafariz de El-rei, atingindo o edifício do Museu Militar, depois a muralha dirigia-se quase em direcção rectilínea ao Convento da Graça, passando a L. do Convento de S. Vicente que ficava no interior da cidade e se chamava de Fora. Contornando o Convento da Graça, em virtude da depressão do terreno na direcção do Castelo, a muralha ia na direcção S. até S. André para depois ligar ao Castelo, inflectindo para W.

Algumas torres tiveram nome próprio. Citaremos a torre de Álvaro Pais, padrao de D. João das Regras e que foi chanceler dos reis D. Pedro I e D. Fernando. No reinado de D. João I, o Castelo passou a chamar-se de S. Jorge, por este santo ser colocado na igreja de Santa Cruz.



No *Século XV* as construções desenvolvem-se, ainda que pouco, a N. do Castelo e das igrejas de S. Justa e S. Nicolau. Os sítios do Carmo e Trindade eram lugares solitários, o que ainda se prolongou no século seguinte. O número de freguesias não aumentou, indício de pouco aumento de população, que deveria reflectir-se nas edificações e arruamentos da cidade.

Há assinalar em 1449 a construção do palácio dos Estaus, o que significava a hospedagem dada a pessoas importantes estrangeiras que viessem a Portugal. Este facto teve lugar no reinado de D. Afonso V quando seu tio, o infante D. Pedro, era o regente. Este infante, querido do povo e cuja morte foi tão trágica em Alfarrobeira, parece não ter consentido que collocassem a sua estátua no cimo do edifício, como o povo desejava.

A nobreza, sempre em aumento, mandava construir os seus palácios nesta zona restricta, cujos deslocamentos eram mínimos e utilizando liteiras devido ao mau piso, em geral formado por lagedo, ou terra batida. As ruas estreitíssimas não permitiam o emprego de viaturas.

Antes da existência do Rossio e do Terreiro do Paço não havia largos e a circulação devia ser muito deficiente. As ruas eram consideradas como serventias dos seus habitantes.

O *Século XVI*, no começo cheio de esplendor, descobertas e riquezas, faz com que a cidade sinta este estado de coisas, pois a riqueza é a mola real para os grandes empreendimentos.

D. Manuel I manda arrazar os olivais existentes próximo dos conventos do Carmo e Trindade para aí se construírem casas e ruas.

Os franceses e italianos mandam construir as suas igrejas, que ainda hoje lhes pertencem e são respectivamente de S. Luís junto ao Coliseu dos Recreios e Loreto, junto do Largo do Chiado.

Estabelecida a cidade no *Século XIV* dentro das muralhas é fácil compreender que passados dois ou três séculos, já as construções para além das muralhas sejam em grande número. As próprias muralhas desaparecem no seio dos edificios servindo-lhes de apoio, apesar de ainda se considerarem necessárias à defesa.

Estes factos levaram no fim do *Século XVI* a população a atingir 100.000 habitantes. Não admira que nos apareaça um *Alvará de 1593* estabelecendo mais *11 novas freguesias* das quais 4 em locais provisório. Mas nesta zona só temos a considerar a freguesia definitiva que ficava dentro das muralhas: a igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Freires. As 6 restantes pertencem ao estudo da 2.ª zona. Quanto às 4 com sedes provisórias, porque as respectivas igrejas ainda não existiam são: Encarnação com sede na igreja do Loreto, pois que a igreja da Encarnação é do *Século XVII*; Sacramento com sede no Convento da Trindade, porque a igreja é do *Século XVIII*; Pena no Convento de Santana (fora da área da 1.ª zona) e Socorro com

sede na Ermida de S. Sebastião. Nesta ocasião a cidade vai muito além do recinto das muralhas e conta já com 34 freguesias, não contando a igreja das Chagas que constituía uma freguesia sem área atribuída.

Se observarmos o espírito religioso que vinha desde os primeiros tempos da Nacionalidade, se atendermos à influência que o clero tinha e à quantidade enorme de congregações, não admira que, neste século com o rei D. João III, aproveitando as riquezas do seu antecessor, um outro rei que foi Cardeal e até o próprio rei Filipe I houvesse numa área tão restricta, um tão elevado número de estabelecimentos consagrados ao culto católico.

Além das freguesias havia lugares próprios para os mouros e judeus viverem e manterem a sua religião.

Para os primeiros tinhamos a Mouraria e para os segundos havia a Judiaria Grande, entre as freguesias da Madalena e S. Julião; a pequena, no local actual do Banco de Portugal e outra em Alfama.

As construções das igrejas com altas colunas, tectos abobadados, etc., tudo em grande, não primavam pela solidez e às vezes havia grandes desmoronamentos e novas reconstruções.

Outras vezes eram os incêndios, por isso várias igrejas sofreram graves prejuízos. Por exemplo: a igreja do Loreto e o Convento da Trindade com a sua igreja.

Quanto a conventos, ou casas congêneres, temos a considerar, nesta 1.^a zona, mais os 5 seguintes: No Século xv: O Hospital de Todos-os-Santos, no Rossio; No Século xvi: Os Conventos de S. Roque; Nossa Senhora do Rosário, ou da Rosa, na Mouraria; Mónicas, na Graça e o Colégio de S. Antão (actual Hospital de S. José).

A Companhia de Jesus, introduzida em Portugal em 1540, instalou-se em S. Roque. Em breve muitos terrenos lhe pertencem. São os seus membros que contribuem para a construção dos arruamentos no actual Bairro Alto no fim do século.

Quando em 1580 os castelhanos derrotaram as tropas do Prior do Crato, mais uma vez as forças inimigas esbarraram com as muralhas, limitando-se a fazer destruições nos edificios que lhe ficavam junto na área de S. Roque até S. Catarina.

Do Rossio para a Trindade existia já uma rampa que seguia o traçado das Escadinhas do Duque. Mais tarde o terço superior na direcção do Convento de S. Roque foi aberto, bem como o Postigo neste último local. Um caminho que mais tarde seria a Rua do Alecrim, ligava as Portas de S. Catarina ao Corpo Santo.

A regueira que vinha dos Anjos e seguia pela Rua dos Canos (aquela que agora foi destruída e se chamava Silva Albuquerque) estabelecia a ligação das imediações do Rossio com as Portas da Mouraria. Para facilitar e melhorar este trajecto, o que naquela época se considerava uma necessidade, construiu-se uma nova rua chamada da Palma com somente 3,5 metros de largo, compreendida entre as trazeiras da igreja de S. Domingos e o Largo Martim Moniz.

No reinado de Filipe I, a igreja de S. Vicente foi ampliada e para isso foi preciso sacrificar a muralha fernandina na extensão de 75 metros.

Como já existisse um grande terreno que ia além da Ribeira das Naus, o rei D. Manuel I, mandou construir o famoso Paço da Ribeira, a que mais tarde outras belas construções se juntaram.

Nos meados do século, as portas de S. Catarina são modificadas e os italianos ampliam a sua igreja.

Se considerámos como nefasto e triste o grande terramoto de 1755, por várias vezes já anteriormente outros houve.

Assim em 1552 um grande abalo de terra produziu grandes destroços na área da Bica entre as colinas das Chagas e S. Catarina, sendo arrasadas 3 ruas e 110 edificações. Isto levou a colocar junto ao sítio do jardim de S. Catarina grandes muralhas reforçadas por gigantes.

Chegámos assim ao decorrer do *Século XVII*.

O trânsito começa a sentir as dificuldades; os deslocamentos já são maiores. O emprego de viaturas obriga a alterar as estruturas das portas e postigos da cidade.

É agora ocasião de nos referirmos a casos concretos da planta de 1650, já indicada. Observemos a igreja de S. Nicolau, dela irradiavam ruas em todas as direcções, estando a igreja isolada, como de resto acontecia com quase todas.

Dela partiam ruas que, passando pela igreja de S. Justa, seguiam na direcção da Rua do Marquês de Alegrete. Para Sul da igreja seguiam outras ruas, passando pela Madalena, Sé, S. João da Praça, num dispositivo semelhante.

Numa situação paralela à Rua da Costa do Castelo, ruas seguiam da igreja de S. Lourenço por S. Cristóvão na direcção da Rua da Madalena (como ainda hoje), para seguir depois na direcção do Limoeiro. Na direcção do Castelo as ruas tomavam um dispositivo circular com o centro no Castelo, como que a rodea-lo. Em Alfama irradiavam ruas do sítio de S. André na direcção de S. Tomé — Rua da Regueira — Chafariz de Dentro e S. Tomé — Rua das Escolas Gerais — extremo leste da Rua de S. Estêvão. Ainda outras, contornando o Castelo, como S. André — L. de S. Tomé — Rua de Santa Luzia — Limoeiro. Esta área contém ainda hoje estas ruas. Outras transversais faziam e fazem a ligação entre as primeiras.

A dificuldade de trânsito era e é grande devido ao acidentado do terreno, o que dá a Alfama uma característica muito própria e que só na Mouraria, na encosta do Castelo, tem semelhança.

A encruzilhada de ruas em redor do Castelo não se observa a Norte deste e a Leste da linha Igreja de S. André — S. Vicente — Porta da Cruz.

O Castelo é ainda hoje circundado a N., W. e parte do S., pelo mesmo caminho antigo com os nomes de Costa do Castelo e Rua N. de S. António.

O Castelejo (parte N. W. do Castelo) presentemente restaurado e com a altitude perto de 100 metros mostra-nos como ele seria nos primeiros tempos da nossa independência e nacionalidade. Dentro da parte sul e leste do denominado Castelo, existiam as mesmas ruas como hoje.

São demolidos os postigos da Trindade e Santana. A torre sul das Portas de S. Catarina é demolida para se construir a Igreja da Encarnação pelo auxilio da Condessa de Pontével.

As portas de S. Vicente da Mouraria e de Santo André são modificadas e passam a ter um arco que lhe davam maior largura e que respectivamente passaram a chamar-se Arco do Marquês de Alegrete e Arco de S. André.

No princípio do século aparece-nos o emprego da designação de Bairro para definir certos locais.

Desde que se construiu o Hospital de Todos-os-Santos, com a sua arcaria e escadaria e o Palácio dos Estauns, somos levados a supor que o Rossio seria um recinto de reunião e estivesse também rodeado pelo sul e ocidente de edificios. É o que nos mostra a planta.

Nota-se que em volta das igrejas existia um espaço maior, espécie de pequeno largo, por exemplo: S. Estêvão; S. Miguel; S. Tomé; S. André; Sé; S. Cristóvão; S. Domingos; Madalena; S. Lourenço; S. Nicolau.

18 Para Ocidente da linha da igreja S. Nicolau — S. Domingos e para o Norte desta última, as ruas não eram tão entrelaçadas; apresentam-se sim tortas e com variável largura no seu percurso, mas são mais compridas e em seguimento uma das outras. Por exemplo: as ruas que das proximidades do Paço Real seguiam ao Rossio; deste para a Mouraria; da Rua Garrett para S. Paulo; as ruas do Bairro Alto; da Rua do Loreto na direcção do Corpo Santo, etc.

Não andaremos muito longe da verdade, se dissermos que estas ruas são posteriores às que ficavam na área ao oriente da linha S. Nicolau — S. Domingos.

Na observação da planta vemos que não existiam cais; toda a margem era praia, exceptuando junto dos edifícios marginaes, como seria natural.

A planta de Tinoco não abrange toda a área das 34 freguesias mencionadas, isto é, de toda a cidade de então.

A Ocidente falta-lhe uma grande parte da freguesia de S. Paulo, toda a de Santos e S. Catarina. A Norte: S. José, Pena e Anjos. A Oriente: S. Engrácia, em parte.

Como dissemos, para evitar confusões com a toponímia e como estamos a citar factos de vários séculos, julgamos preferível dar designações actuais, que são conhecidas; só nos referimos a ruas antigas pelo seu nome de então, nos casos particulares necessários.

Como já neste Século XVII se faziam cortejos que metiam viaturas, as ruas não permitiam o trânsito e várias delas tiveram de ser alargadas.

Assim para N. da Igreja da Madalena e voltando para a Sé a rua era mais larga; depois de 1650 foi alargada a Rua dos Ourives da Prata, que ia da Madalena ao Terreiro do Paço.

Existiam 2 ruas: Calçetaria e Nova dos Ferros paralelas à margem do rio e como remate de tantas ruas que do N. se dirigem para o Terreiro do Paço (hoje são partes das Ruas de S. Julião e Comércio).

O Chiado ocupava a posição da actual Rua Garrett.

A região de N. e NE. onde se encontravam 4 conventos, era quase despovoada até este século.

Como é natural, o traçado das vias de comunicação não é imutável. Além das alterações a que fizemos referência outras houve no decorrer da 2.ª metade do Século XVII, como por exemplo: nas proximidades da igreja de S. Nicolau; próximo à igreja de S. Miguel e a leste da igreja de S. Estêvão. As alterações eram novas artérias que se abriam e outras que se fechavam, como sempre e hoje se faz.

Os Conventos construídos neste século ainda nesta zona são: Corpo de Cristo, próximo à igreja de S. Nicolau; Encarnação, próximo ao actual Coliseu; S. Patrício, junto às Escadinhas de S. Crispim; Corpo Santo (irlandeses) e finalmente a Boa Hora, hoje tribunal. Total 20 conventos, ou casas congéneres; dentro da área da 1.ª zona, não contando o Convento Menino de Deus (1711).

A parte do Bairro Alto com as ruas quase por completo conservando os antigos nomes, apresenta na planta de 1650 o mesmo que hoje. Parecem paralelas e perpendiculares e de largura uniforme, mas não o são.

Há escritores que indicam no Século XVII a existência da freguesia da Ajuda. Nessa época (nossa 3.ª zona) este Bairro tinha bastante população e a sua sede numa igreja já demolida presentemente. No entanto, por alvará de 1742 é que a Ajuda passou a ser freguesia embora fora da área da cidade.

O Tribunal do Santo Officio (Palácio da Inquisição) ocupava o Palácio dos Estaus ao Rossio no começo deste século.

Constrói-se uma Ermida na Mouraria com o nome de N.ª S.ª da Guia. Deixa de ser freguesia S. Pedro de Alfama que em 1680 passa para S. Pedro em Alcântara.

Não havia passagem directa entre o Rossio e as Hortas de Valverde e o mesmo se dava para o alto de S. Roque. Quem seguisse do Rossio para a Cotovia (Rua da Escola Politécnica de hoje) tinha que seguir ou pelas Portas de S. Catarina, ou então, por qualquer das 4 rampas que se encontravam, onde hoje se junta a Calçada do Carmo à do Duque, até à Rua da Condessa e depois por um caminho, onde hoje é a Misericórdia, até S. Roque.

Os melhoramentos mencionados podem ser observados na planta de Mardel e Eugénio dos Santos (Século XVIII) bem como numa outra existente (original) no Instituto Geográfico e Cadastral, sem autor nem data, a cores, muito bem desenhada e considerada exacta na parte referente a Lisboa anterior a 1755 (projecto).

É nossa opinião que esta planta, que contem um projecto dos novos arruamentos na parte pombalina, seria um dos vários projectos que se teriam feito sob a direcção do engenheiro Manuel da Maia, por determinação do Marquês de Pombal. Alguns arruamentos deste projecto não se chegaram a realizar, isto é, a planta foi alterada.

Conseguimos representar, por reprodução e com a ajuda da planta exacta de Mardel, uma planta de 1650, quase igual à de Tinoco e na escala numérica de 1:2.500, onde nela marcamos os Conventos, sedes de freguesia e as muralhas da cidade. Estas já não tinham nos Séculos XVII e XVIII o valor para a defesa como no Século XIV, por isso não admira as mutilações e o modo como se faziam as edificações novas. Planta n.º 1.



Apresentamos agora a zona (planta n.º 2) como seria a cidade até 1755, isto é até ao fim da 1.ª metade do Século XVIII e nela introduziremos as alterações em relação à planta de 1650.

Alguns lemos ques o Baluarte (Forte) do Terreiro do Paço tinha sido arrazado em 1678. Parece não ser assim, porque na planta do Século XVIII ainda vem mencionado.

No princípio do século são demolidas as Portas de S. Lourenço e as da Graça. A casa Cadaval tinha dentro e fora das muralhas da cidade bastantes terrenos na encosta de S. Roque.

Próximo ao Chafariz de El-rei já se observavam duas escadarias e uns pequenos cais junto ao rio e uns armazens no Terreiro do Trigo, que serviram de formação às edificações hoje ali existentes.

Onde hoje é o Museu Militar, havia um cais e escadaria muito junto a ele que nessa época era uma fundição de canhões do Estado.

Da torre da Casa da Índia até à Alfândega, isto é, as extremas do Terreiro do Paço, junto ao rio, continuou o aterro, a meio do qual ficaria o forte ou Vedoria. A oeste da torre construíram-se duas caldeiras e duas carreiras na Ribeira das Naus.



Entretanto dá-se o terramoto de 1755 no dia 1 de Novembro. Exactamente a parte da cidade, compreendida entre a linha Hospital de S. José — Igreja de S. Cristóvão — Igreja da Sé e a linha Palácio da Inquisição — Convento do Carmo e do Corpo Santo, a mais moderna, foi a que mais sofreu e deu origem às construções pombalinas.

O que não desabou, ardeu, devido aos enormes incêndios, onde não havia meios para os evitar e o pouco que se poderia aproveitar não valia a pena fazê-lo, na parte mais destruída.

Com a vontade inquebrantável de Pombal, a parte mais arruinada surgiria no fim de alguns anos; era preciso saber esperar.

Grande parte do entulho serviu para alterar o nível das ruas; os esgotos seriam melhorados, cujas inundações ainda corriam por meio da rua.

O Palácio da Inquisição foi reconstruído e ampliado; o cano chamado Real, que passava fora da muralha, passou a seguir por debaixo do Palácio na direcção do rio.

No Castelo de S. Jorge, por determinação da rainha D. Maria I fizeram-se muitas obras para Pina Manique colocar lá a Casa Pia.

Antes do terramoto já se usava varrer as ruas uma vez por semana e levar em barcos o lixo para fora da cidade.

Nota — Quando no ano passado (1951) se fizeram sondagens e escavações próximo ao Largo do Corpo Santo tivemos ocasião de observar a pouco menos de 2 metros de profundidade a existência de um empedrado como o que se faz hoje com a pedra de basalto.

A maioria dos conventos e igrejas tinham desabado com o terramoto. Algumas igrejas não foram reconstruídas, outras houve que não ficaram precisamente no local primitivo e outras foram reconstruídas em local diferente.

Igrejas paroquiais novamente construídas: Mártires na Rua Garrett; N.ª S.ª da Conceição dos Freires (Conceição Nova) na Rua Nova do Almada; S. Mamede no Largo junto à Rua da Escola Politécnica (2.ª zona); S. Julião na rua do mesmo nome.

Igrejas construídas nas proximidades do primitivo local: S. Justa; S. Nicolau; Ermidas da Oliveira, da Vitória e S. Crispim; Santo António, um pouco deslocada, talvez para facilitar o trânsito; Conceição Velha no local da Igreja da Misericórdia, mas noutra posição.

Igrejas paroquiais não reconstruídas e cujas sedes foram transferidas: S. Bartolomeu para o Convento do Grilo e depois para o Convento do Beato António (3.ª zona); S. Jorge para o Convento de Arroios (2.ª zona); S. André para o Convento da Graça; S. Pedro de Alfama para S. Pedro em Alcântara (3.ª zona) (1680).

Já existiam e continuaram nesta data as igrejas do Menino de Deus e S. Luzia (S. Brás), próximo a Alfama. A de S. Luzia está profanada actualmente.

Várias Ermidas desta zona não foram reconstruídas como: N.ª S.ª da Graça no Corpo Santo; Alecrim, na rua deste nome; S. Sebastião, próximo da Rua da Padaria; Palma, próximo à Igreja de S. Nicolau; N.ª S.ª da Escada, junto à igreja de S. Domingos; S.ª do Amparo, devido à abertura da rua deste nome; S.ª da Graça, junto ao Convento de S. Domingos, bem como S. Mateus e outras.

A população que já atingia 170.000 habitantes precisava ser alojada e para isso construíram-se por toda a parte aproveitável da cidade, na zona periférica, barracões formando pequenos aglomerados de habitações provisórias, o que concorria para alargar o âmbito da cidade e favorecer a sua expansão.

Estas mudanças em tão grande número de habitantes mostram bem os efeitos do terramoto, o que se reflectiu nas freguesias. Primeiro fizeram-se agrupamentos, depois definitivamente agregados a outras freguesias existentes.

Em 1770 foi determinado ao engenheiro-mor José Monteiro de Carvalho para levantar as plantas das freguesias.

Os conventos, apesar dos estragos com o terramoto, foram restaurados quase por completo. O Convento do Corpo Santo foi construído próximo do local onde estava. O Hospital de Todos-os-Santos desapareceu para se reconstruir a Cidade Baixa e na sua cerca construiu-se num Largo o mercado chamado da Praça da Figueira. Também desapareceu o Convento do Corpo de Cristo e dentro da cerca moura (muralha) foi destruído o Convento de S. Eloy.

Para manter a ordem e evitar roubos vieram bastantes forças armadas para Lisboa. O policiamento era feito em 5 grupos de abarracamentos: Campo de Ourique (freguesia de Santa Isabel); Cruz dos 4 Caminhos (freguesia de S. Engrácia); Cruz do Tabuado (freguesia de S. Joana); Vale Pereiro (freguesia de S. Mamede) e Peniche (freguesia das Mercês).

É natural que com tanto entulho se procurasse alargar o Terreiro do Paço, fazendo-se a muralha com escadarias e as colunas que hoje existem.

No plano das construções fixou-se o modelo do edificio único com loja, 3 andares e mansarda e janelas igualmente dispostas. Hoje alguns edificios estão como se construíram, por exemplo, no Largo de S. Paulo.

Os alinhamentos feitos a régua e esquadro deram à cidade um aspecto grandioso, monótono, mas dentro do espírito da época.

A fisionomia da cidade tinha mudado muito e o Terreiro do Paço, com o nome de Praça do Comércio e as suas arcadas tinham ficado imponentes. Para completar esta obra, em 1775 abre-se propositadamente uma rua, hoje Museu de Artilharia, para passar a enorme estátua equestre do rei D. José I, fundida na Fundição do Exército, onde hoje é a Oficina de Calçado, para a sua colocação no meio da Praça. O arco da Rua Augusta com a sua vistosa arquitectura não vem da primitiva. Foi terminado no fim do Século XIX.

As ruas da parte Baixa ficaram bastante largas para a época e conduziram a estabelecer mais amplas ligações com a periferia da cidade. Assim a Rua da Palma foi alargada para mais do dobro e construída a Rua do Amparo, que não ficou paralela à da Betesga.

O Rossio foi deslocado um pouco, ficando no prolongamento da Rua do Ouro e Augusta.

A parte que foi destruída para alargar a Rua da Palma foi aquela que em 1951 ficou ainda, isto é, do lado da Rua do Arco da Graça.

Estas modificações e outras citadas a seguir observam-se na planta de 1807, reproduzida na nossa planta n.º 3 nesta zona, onde o estudo do desenvolvimento de Lisboa vai até ao fim do Século XVIII.

A parte pombalina foi limitada: a leste pela linha Poço do Borratém — Rua da Madalena — Largo do Caldas — Rua de S. Mamede — Rua da Saudade — Rua dos Loios e a região da Igreja de S. António — Rua da Padaria — Igreja da Conceição Velha até ao rio; a norte uma saída do Rossio para N. W. na direcção do Passeio Público (Princípio da Avenida da Liberdade e Praça dos Restauradores futuros); a sul a margem do rio e a oeste o local da Estação do Rossio — Rua do Carmo (até à Igreja do Carmo) e inflectindo mais para oeste até à Rua da Trindade, atingindo a Rua da Misericórdia — Rua da Emenda até ao local da hoje Praça do Duque da Terceira.

A traços largos são estes os limites da área que foi completamente construída de novo. A cidade, nesta zona, ficou assim dividida em 2 partes com características completamente diferentes.

Em 1759 é abolida a Companhia de Jesus e em 1794 tem lugar o último acto de fé.

Foi aberta a Rua 1.º de Dezembro e construíram-se diferentes prédios e entre eles o Palácio do Duque de Cadaval, no sítio onde hoje está parte da Estação do Rossio (Caminho de Ferro) no Largo D. João da Câmara.

Também se estabeleceu a ligação da Rua 1.º de Dezembro com as Calçadas do Carmo e do Duque. A Rua do Jardim do Regedor foi alargada, bem como a da Betesga. Da Rua da Madalena à do Crucifixo, as ruas formaram uma espécie de grade. Na direcção da Sé, a Rua de S. Mamede e outras, numa posição paralela tomaram aproximadamente a direcção das anteriores, mas sem a estreiteza e os zigue-zagues que possuíam.

22. As Ruas da Mouraria, Alfama e Castelo de hoje, ainda que com maiores espaços livres devido a demolições, têm o mesmo aspecto e a maior parte dos edificios são antigos e que o terramoto respeitou.

O Arsenal de Marinha na Ribeira das Naus apresenta-nos uma só caldeira devido a aterros feitos.

Só 2 monumentos existiam: a Estátua de D. José I e o Pelourinho, colocado no Largo do Município.

Os únicos espaços desafogados que o traçado pombalino nos deixou nesta zona foram as novas Praças: Município, Rossio, Comércio, uma parte da hoje Duque da Terceira e os Largos do Carmo, Barão de Quintela e da Sé. Na parte antiga o Largo do Contador-Mor, por se demolir um pequeno grupo de casas, o da Graça e Chafariz de Dentro.

Quanto a jardins, nem a parte antiga os tinha antes do terramoto, nem a parte moderna os obteve. Nos edifícios dos ricos, onde os arruamentos existiam em menor número, dispunham de jardins, ou os seus donos tinham quintas fora da cidade. Nos edifícios dos pobres, contentavam-se os seus habitantes em se sentar na soleira das portas da rua, como hoje ainda se nota com frequência. Todo o espaço era pouco para construções. Talvez a influência do comércio feito pelo rio e o mar fosse a causa do apego à parte que nesta zona constituía Lisboa, a qual hoje podemos chamar o coração da cidade. Em muitos edifícios pombalinos se elevaram um a dois andares. A generalização dos pavimentos empregados e ruas desafogadas davam grande desenvoltura à cidade.

Como vimos, pelo *Alvará de 1742*, ficamos com mais a freguesia da Ajuda, mas outras também apareceram pertencentes à 2.ª zona aqui definida e são: S. Isabel, S. Sebastião da Pedreira e Mercês. A 1.ª no princípio na Ermida de S. Ambrósio (na Rua deste nome) e a 3.ª na Ermida do mesmo nome na Travessa das Mercês.

Mais tarde, no fim do século, temos as freguesias da Lapa na igreja do mesmo nome e o Sagrado Coração de Jesus (provisoriamente no Convento de S. Joana) ambas também na 2.ª zona.

O número total de freguesias elevou-se a 40, mas com os agrupamentos deu-se uma redução de 8. Portanto ficaram 37. S. Tomé reune-se a S. Salvador; S. Martinho a S. Tiago; S. Marinha à Graça, onde já estava S. André. E assim se chegou ao fim do Século XVIII.



Analisemos as modificações na zona durante a *primeira metade do Século XIX*, isto é, da planta de 1807 para a planta de 1856, como se mostra na nossa planta n.º 3.

Confrontando estas 2 plantas verifica-se um mínimo de transformações e, até à primeira vista, as plantas parecem iguais.

Arranjaremos uma explicação de aceitar entre outras: a ocupação napoleónica, as lutas civis e o decrescimento da riqueza com a perda do Brasil.

No começo deste século passa a usar-se a numeração de polícia nas portas da rua dos prédios.

Junto ao rio mantiveram-se os cais, mesmo o do Cais do Sodré, mas no Terreiro do Trigo e noutros edifícios construídos mais para leste, estabeleceram-se pontes para serviço de carga e descarga.

O mesmo se fez no Arsenal com uma pequena ponte antecessora da que ainda hoje subsiste. Neste Arsenal fez-se uma doca seca e mais a oeste novas construções no espaço disponível.

Próximo ao torreão do Ministério da Guerra foi construída uma Estação Marítima para atracação de navios de passageiros.

Existia ao cimo da Calçada do Duque um palácio do Conde da Vidigueira que em 1812 é transformado no teatro do Bairro Alto até 1833.

Em 1834 são extintas as Ordens Religiosas e os frades obrigados a entregar todos os edifícios ao Estado. Quanto às freiras, tinham que fazer o mesmo, no entanto, foram autorizadas a só os entregar com o falecimento da última freira.

Sentiu-se neste período a necessidade de se estabelecer passagens mais fáceis em certos locais. Os transporte e o trânsito assim o impunham. É demolido o Convento da Trindade para se fazerem novos arruamentos, como a Rua João de Deus. Regularizaram-se os arruamentos próximos, onde mais tarde se construiria o Teatro da Trindade. Fizeram-se construções na Travessa do Carmo. Modificou-se o Largo que hoje tem o nome de Trindade Coelho, derrubando o teatro do Bairro Alto, das Portas de S. Roque e a Torre de Alvaro Pais. Os edifícios que ficavam a S. do pátio do Palácio do Duque do Cadaval são completamente transformados. O Palácio do Duque de Lafões, próximo da Igreja do Loreto, foi demolido para se construir a Praça onde se colocou a estátua de Camões.

O Convento de S. Francisco sofreu grande modificação, sendo adaptado para os serviços do Estado, alterou-se uma parte da fachada dando lugar ao Largo da Biblioteca e ficando uma parte como pertença de particulares.

As deslocações intensificam-se obrigando também a alterações nos transportes. Mac-Adam, engenheiro escocês, inventa o macadame que nós utilizamos nas calçadas mais íngremes e nas estradas. O gado não podia transitar nas ladeiras sem escorregar caso se empregasse o calcetamento cada vez mais generalizado.

O Castelo de S. Jorge depois de ter sido ocupado pelas tropas francesas, passou para nossas tropas, tendo sofrido grandes modificações na parte não ocupada pela população civil.

Em 1837 é demolida a Igreja de S. Martinho e alguns anos depois o arco que a ligava por cima da Rua do Limoeiro ao antigo Palácio do Conde de Andeiro (Cadeia Civil).

Foi construída a Calçada do Conde de Penafiel e regularizada a Rua do Jardim do Tabaco, pelo alinhamento dos edifícios. Parte da Rua da Madalena foi concluída (junto ao Largo do Caldas).

Em 1821 os liberais utilizaram o antigo Palácio da Inquisição para lá instalar o Governo Provisório e mais tarde diversos serviços até que tudo ardeu. Foi ocasião de se construir em 1840 mais um Largo (D. João da Câmara) e o Teatro Nacional, ficando o resto para edifícios particulares.

Ao mesmo tempo abriram-se mais duas ruas próximo a S. Domingos: a Travessa Nova e a Rua D. Antão de Almada e completou-se o quarteirão do lado ocidental do Rossio, ficando igual ao seu parceiro do lado de S. Domingos.

Foram alargadas as Ruas: dos Loios, Escolas Gerais, S. Tomé, S. Vicente (a oeste do Largo) e Travessa das Mónicas. Foram demolidas as igrejas de Santa Marinha (1853), formando-se um Largo e de S. Tomé (1839).

Em 1833 cria-se outra freguesia com o nome de Belém no Convento de S. Jerónimo. Ficamos com 38 freguesias no fim da 1.ª metade do Século XIX.

Com a extinção dos Conventos, a passagem dos edifícios para o Estado foi um grande auxílio. Com a reorganização do exército eram precisos bastantes quartéis; o desenvolvimento dos serviços públicos necessitavam de novas instalações. Muitos Conventos são aproveitados e as suas igrejas para sedes de freguesia; outros são vendidos a particulares; outros destruídos para novas instalações e arruamentos, como por exemplo: para casas particulares, o Convento do Espírito Santo (Armazéns do Chiado); para serviços públicos, o Convento de S. Roque (Misericórdia); demolidos, o Convento da Trindade. O Convento de S. Vicente foi aproveitado para Panteon Real e sede do Patriarcado.

1856 — Vejamos os melhoramentos que se verificam até ao fim do Século XIX na parte central da cidade e observando a planta referente a 1899 (nossa planta n.º 3).

Trataremos da margem do rio. O Porto de Lisboa pertence à cidade, apesar de ter uma administração própria.

Até 1900 pouco se fez para o muito que era preciso. Aproximadamente de 1876 fizeram-se projectos para dotar o Porto com várias docas e muralhas e nas plantas de 1899-900 já se encontra alguma coisa nesta zona.

As construções foram feitas conquistando terreno ao rio, formando-se grandes aterros. Assim em frente do pequeno Largo dos Remolares, o aterro avançou 150 metros, formando-se um largo com as dimensões aproximadas da Praça do Comércio, aumentando o Arsenal mais para oeste as suas instalações, ficando próximo uma ponte rudimentar junto de um barracão. Este representava a Estação Marítima do Cais do Sodré nos transportes para Cacilhas. Junto do Arsenal substitui-se a ponte por outra maior.

A parte restante da margem até à Alfândega mantém-se na mesma. No Campo das Cebolas construiu-se uma doca (da Alfândega) e em frente do Terreiro do Trigo outra, devido a aterros feitos. No intervalo das docas e dentro dum recinto gradeado ficavam uns barracões da Alfândega (ainda hoje existentes). Estes novos cais permitiam a atracação de grandes barcos. Ao longo do cais havia uma rua chamada João Evangelista que hoje é a Avenida Infante D. Henrique.

Junto da Rua dos Bacalhoeiros ficava a Rua do Instituto Virgílio Machado (hoje reduzida a pouco). A leste do edificio dos Ministérios e próximo da Rua dos Bacalhoeiros ficava uma série de casas com lojas e 1.ª andares e do lado do mar um grande barracão (Alfândega) dentro de um recinto gradeado. Hoje tudo isto desapareceu.

Com frente para a Rua da Alfândega ficavam uns armazéns particulares que foram reduzidos em virtude da abertura da Avenida Marginal.

Em 1871 já havia, ao longo de toda a parte marginal da cidade 32 canos gerais de esgoto.

O mercado da Praça da Figueira é reconstruído por uma empresa em 1875. A Rua da Palma foi prolongada em 2 troços (ambos da mesma largura) entre o Largo Martim Moniz e o do Intendente. Para isso foi demolida a Ermida da Guia e expropriados os terrenos necessários. Fizeram-se expropriações para abrir a Rua do Marquês de Ponte de Lima e as Escadinhas do mesmo nome e da Saúde. A Rua Voz do Operário foi aberta entre o Largo da Graça e a Rua Direita de S. Vicente, bem como a Travessa de S. Vicente. Foi aberto o Beco da Pena junto da Igreja de S. Luís. Em 1887 é demolido o Convento de Santana para se construir o Instituto Bacteriológico. O Palácio e outros prédios da Casa Cadaval são demolidos, para em 1890 darem lugar à inauguração da Estação dos Caminhos de Ferro do Rossio e seu acesso pela rampa, ou escadinhas, construindo-se um novo quarteirão de edificios no prolongamento da Rua 1.º de Dezembro, mas recuado, no alinhamento de outros edificios que foram demolidos.

Também foram recuadas as fachadas da Estação e do Hotel (Palace) em relação às antecedentes. Nos jardins do Palácio Foz construiu-se a gare da Estação.

Uma linha férrea, para serviço alfandegário e comercial, ia de junto da Praça do Comércio até à Estação de Santa Apolónia.

São profanadas as igrejas de S. Salvador, S. Pedro de Alfama e S. André. Reunem-se as freguesias de: S. Salvador a S. Vicente; S. Lourenço a S. Cristóvão; S. João da Praça à Sé; S. Justa a S. Domingos com o nome de S. Justa e Rufina. Vemos assim outra redução nas freguesias, que no fim do Século XIX são 35.

São demolidas as igrejas de S. Pedro de Alfama, S. André e S. Justa.

Também já algumas estátuas estão erigidas, assim temos: Duque da Terceira na Praça no Cais do Sodré; D. Pedro IV no Rossio; Camões na Praça do seu nome. O monumento no Largo Trindade Coelho para comemorar o casamento do rei D. Luís I.

Em 1873 constituiu-se a Companhia Carris de Ferro de Lisboa (sistema americano) cujas carreiras iam do Cais do Sodré a Santa Apolónia (única estação dos caminhos de ferro nesta época). No ano seguinte já os carros iam até ao Passeio Público. Em 1882 forma-se a Companhia do Ripert e depois outras como do Jacinto e do Chora, que mais tarde se integraram na Carris.



Entremos agora no Século xx onde a planta actualizada (nossa n.º 4) nos mostra os melhoramentos.

Há muito que não falamos do aumento da cidade, pois já ultrapassa bastante esta 1.ª zona. Instala-se próximo da Alfândega a Nova Estação dos Caminhos de Ferro do Sul e Sueste, onde se melhorou a muralha, sendo destruída a antiga ponte, junto ao Ministério do Exército.

Junto das docas aumentam as instalações alfandegárias e o seu apetrechamento.

Durante bastantes anos são melhorados os esgotos da cidade e pavimentos.

Em 1925 a Companhia dos Telefones instala-se no Salão do Teatro da Trindade. Em 1927 a Companhia dos Caminhos de Ferro instala-se na Calçada do Duque. A Companhia do Gás e Electricidade instala-se no Palácio Bragança. A Companhia Portugal e Colónias instala-se no Terreiro do Trigo onde estava a Fábrica dos Tabacos. A igreja de S. Julião foi extinta e entregue ao Banco de Portugal, passando a sede da freguesia para a Ermida da Oliveira e a Igreja da Conceição Nova foi demolida, passando a freguesia para a Igreja da Vitória (1951).

A par das paróquias eclesiásticas há as civis. Assim em 1918 é criada a paróquia civil da Penha de França, que só data de 1937 para o clero. Algumas têm nomes diferentes. Assim S. Paulo é Marquês de Pombal; Coração de Jesus é Camões. O clero estabeleceu ultimamente mais 3 freguesias: Fátima, Condestável e S. António de Campolide (fora desta zona).

No fim do século passado forma-se a Companhia actual dos carros eléctricos, quando no Porto já existiam em 1894. Desde então as linhas multiplicam-se e modernamente tem a mesma Companhia carreiras regulares de autocarros.

Quando se construiu a Avenida Almirante Reis procedeu-se ao alargamento do próximo troço da Rua da Palma à custa do jardim do Conde da Folgosa e o Coliseu de Lisboa, ficando a rua como hoje está. A Igreja dos Anjos foi reconstruída onde se encontra agora situada.

O Castelo de S. Jorge foi completamente modificado na parte não ocupada pela população civil e desalojadas as unidades militares, pela comemoração do VIII Centenário da Tomada de Lisboa aos Mouros (1947).



O progresso e a civilização avançam rapidamente. Estamos no século da electricidade e viação acelerada. A iluminação a gás, utilizada no século passado é substituída quase por completo pela luz eléctrica.

Em poucos anos à viação automóvel obriga a tratar do plano de trânsito principalmente nesta zona da cidade.

Medidas bastante recentes são levadas a efeito sobre: Sinalização nas ruas; regularização das faixas de trânsito de viaturas; pavimentos melhorados; alargamento das ruas nas Praças do Comércio e D. Pedro IV e os passeios junto aos edifícios; alargamento das saídas do centro da

cidade para a periferia (estrangulamentos); placas de refúgio para transeuntes peões próximo das paragens de carros eléctricos e outras; locais de estacionamento de automóveis não táxis, supressão de postes de candeeiros e dos telefones nos passeios das ruas.

A sinalização é feita usando a policia cívica, ou luminosa, além de placas apropriadas em locais convenientemente escolhidos. Nos sítios onde a largura das ruas não permite o trânsito nos dois sentidos, ou a distribuição das ruas o consente, como acontece na cidade Baixa, utiliza-se o sentido único. Nesta zona da cidade foi fácil estabelecer estas restrições na parte pombalina, mas na parte antiga, como Alfama, aqui já o mesmo não acontece. Segundo a nossa opinião, não sendo fácil a destruição maciça dos prédios, só existe o processo dos alargamentos sucessivos da rua, onde se torne necessário, sem se atender às rectificações quase proibitivas. Presentemente nas Ruas de S. Tomé e Limoeiro têm sido demolidos vários prédios e até blocos de moradias.

A regularização das faixas de trânsito com as placas circulares que já existiam em algumas praças é um melhoramento que se está executando em cruzamentos largos e é pena que não se possa generalizar. Isto tem a vantagem dos motoristas serem obrigados a diminuir a velocidade dos carros e ver melhor em redor, quando se deseje, no trânsito livre, ou não, passar para a esquerda num cruzamento, onde as placas têm de ser obrigatoriamente contornadas.

Os pavimentos eram de duas naturezas: calcetamento de basalto e macadame. Este era o empregado nas calçadas, onde os animais escorregavam; ora os automóveis levantavam nuvens de pó, ou deixavam muita lama e o desgaste do pavimento era grande. Resolveu-se o emprego de cubos de granito quase sempre cobertos de alcatrão. A obra é cara mas muito durável.

Por toda a parte o macadame foi desaparecendo. Ultimamente, como se tem procedido nas ruas da parte Baixa da cidade, sobre uma sólida camada de betão, empregou-se um aglomerado betuminoso que torna o pavimento unido e com bom piso. Também se têm empregado ladrilhos especiais como na Praça do Município, onde os resultados são bons desde que o trânsito não seja excessivo e pesado em demasia.

As saídas para o Cais do Sodré e Santa Apolónia foram consideravelmente melhoradas com a abertura das duas Avenidas marginaes: Ribeira das Naus e Infante D. Henrique, para o que se demoliram as instalações do Arsenal da Marinha e na Alfândega, e outras são completamente remodeladas. Para melhorar a passagem à Praça dos Restauradores, a Rua 1.º de Dezembro foi alargada do lado oriental mais 6 metros. Para a passagem do acesso à Avenida Almirante Reis estão em curso grandes obras pela demolição de prédios de várias ruas, junto ao Largo Martim Moniz e Rua da Palma.

A saída para o Jardim de S. Pedro de Alcântara foi um pouco mais alargada junto à Calçada da Glória, bem como na Calçada de S. Francisco (parte superior). A Rua de S. Pedro de Alcântara é bastante estreita num local de tanto trânsito, mas a admirável Igreja de S. Roque é intangível e, caso se alargasse a rua do outro lado, ia-se esbarrar com o Palácio Loduvicé.

A passagem para a Calçada do Combro pelo Loreto mantem-se.

No Castelo, Graça e S. Vicente temos que atender a vários estrangulamentos que a pouco e pouco irão desaparecendo.

Tomemos como ponto de partida de automóvel do miradouro de Santa Luzia (Jardim de Júlio Castilho). Pela Rua do Limoeiro facilmente se atinge a Baixa, junto à Igreja da Madalena, ou o Largo do Caldas pela Rua de S. Mamede. Para se atingir a Rua da Graça seguia-se a Rua de S. Tomé — Calçada da Graça. Para a Rua da Palma seguíamos a Calçada de S. André.

Para passar para o Campo de Santa Clara temos a Rua das Escolas Gerais e Rua Direita de S. Vicente (esta em piores condições). A pior passagem é o acesso do Largo D. João da Câmara ao Monte da Pena e o Hospital de S. José. Devido à sinalização, temos que seguir: lado

occidental do Rossio e sul — Rua da Betesga — Poço do Borratém — tornear o Largo Martim Moniz — Rua da Palma — Rua José Serrano, ou então pela garganta da Calçada do Garcia e Rua do Arco da Graça. Pensa-se na rua subterrânea Largo Martim Moniz — Praça dos Restauradores.

Desde que se rectificassem as ruas: Regedor, S. Cristóvão e das Farinhas de um lado e junto ao Coleginho do outro, a Rua do Marquês de Ponte de Lima passava a ser uma boa via de comunicações. Do mesmo modo, caso se alargasse a Rua de S. Tomé.

A Calçada dos Cavaleiros já alargada há séculos e a parte inferior da Calçada de S. André precisavam ser alargadas.

Quanto à região entre a Calçada de D. Rosa e a Calçada de S. João da Praça (plea Alfama) não é fácil melhorar as comunicações.

As placas de refúgio em ruas largas são de absoluta necessidade. Observa-se que nas avenidas e ruas largas é que se dão mais atropelamentos de peões pelos automóveis. Os peões julgam que sendo caminho mais largo podem atravessar à vontade. Os motoristas como têm muito espaço não diminuem a velocidade e quando pretendem parar já é tarde para o fazer. Assim temos refúgios em todas praças e avenidas.

O emprego de locais de estacionamento de autos foi facilitado com a demolição do mercado da Praça da Figueira e as demolições de edifícios junto da Alfândega, Corpo Santo e Martim Moniz.

Quanto a jardins, continuamos a não os possuir nesta zona. Na parte antiga só os temos nos miradouros de S. Luzia e Graça. Existem sim algumas placas ajardinadas próximo de estátuas que neste século nos aparecem: Eça de Queirós (Largo do Barão de Quintela); Visconde de Valmor (Largo da Biblioteca); Augusto Rosa (junto à Sé); D. Afonso Henriques (no Castelo de S. Jorge); O Homem ao Leme (Cais do Sodré); poeta Chiado (Largo das Duas Igrejas); Júlio Castilho (miradouro de S. Luzia).

Acerca do trânsito e falando de tendências do público em seguir por determinados passeios das ruas, o ilustre olisipógrafo, senhor Matos Sequeira no seu trabalho sobre a Evolução da Cidade cita o facto de no Rossio os transeuntes preferirem seguir pelos lados sul e occidental. Salvo melhor opinião, julgamos que estes factos são devidos ao seguinte: O lisboeta gosta de apanhar sol nas praias, mas não nas ruas da cidade e então, como em geral o trânsito é maior durante o meio do dia e à tarde, o público passa pelo sul e ocidente que são os locais onde a estas horas existe sombra.

(Continua).

Máximo Xavier de Brito.



CENTENÁRIO DO NASCIMENTO DO CONDE DE MONSARAZ



O NETO DO CONDE DE MONSARAZ DESCERRA A LÁPIDE DE HOMENAGEM A SEU AVO

Para assinalar o centenário do nascimento do grande poeta alentejano Conde de Monsaraz, a Câmara Municipal de Lisboa tomou a iniciativa de descerrar uma lápide no prédio da Rua Vitor Córdon, n.º 7, onde o poeta viveu e faleceu, com os seguintes dizeres:

NESTA CASA VIVEU E EM 17 DE JULHO DE 1913
FALECEU O GRANDE POETA CONDE DE MONSARAZ.
HOMENAGEM DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
NO CENTENÁRIO DO SEU NASCIMENTO



NO DESCERRAMENTO DA LÁPIDE O VEREADOR SR. DR. AMÉRICO CORTÉS PINTO PROFERE O SEU DISCURSO

Presidiu à cerimónia o Sr. Vice-Presidente da Câmara, Luís Pastor de Macedo, encontrando-se presentes além dos Vereadores Dr. Américo Cortés Pinto, Dr. Artur de Oliveira Ramos, Aquiles Monteverde e Anibal David o Director dos Serviços Centrais e Culturais, Dr. Jaime Lopes Dias, funcionários superiores do Município, altas individualidades como: Professores Caeiro da Mata e Fernando Emídio da Silva; Dr. Hipólito Raposo, Lopes da Fonseca, Caiola Bastos, Salinas Calado, Perry Vidal, José Coelho da Cunha, Ferreira de Almeida, Alberto Xavier, Santiago Prezado, Alvaro de Sousa Rego e Vasco Barros Queirós, em representação da Associação dos Jardins-Escolas (João de Deus); Virgílio Nunes, António Casanova e Francisco Velez Conchinhas, pela direcção da Casa do Alentejo; Frederico da Costa Pinto, pintor João Reis, Augusto de Santa Rita, Roque de Arriaga, Armando Araújo, Augusto da Costa, Félix Correia, etc.

A família do poeta estava representada pelo filho, Sr. Conde de Monsaraz, e pelos netos um dos quais, António Duarte Nuno Monsaraz, procedeu ao descerramento da lápide.

O Sr. Luís Pastor de Macedo evocou a figura do poeta — uma das mais salientes do último quartel do Século XIX e dos primeiros anos do actual, brilhando pelo seu talento, pelo seu trato e pela sua inspiração nos salões da Academia e na sociedade, onde conquistou o primado espiritual.

30

A Capital adoptou-o — disse — quando a sociedade já o consagrara — e a Câmara Municipal de Lisboa tem muita honra em prestar homenagem a esse grande poeta que foi uma figura notável na sociedade lisboeta e uma das mais destacadas entre os seus contemporâneos.

Em seguida o Sr. Vice-Presidente deu a palavra ao Sr. Dr. Américo Cortés Pinto que proferiu o seguinte discurso:



o inaugurar uma lápide na casa onde viveu o ilustre Conde de Monsaraz, a cidade de Lisboa presta homenagem a esse grande fidalgo rural que deixou nas letras pátrias uma obra profundamente cidadina e castiçamente provinciana. E quando Lisboa celebra a memória duma grande figura nacional, em cuja alma ganha expressão a voz da Pátria na figura espiritual e corporal da própria terra, então é que ela está verdadeiramente cumprindo a sua função exacta de capital da Nação e, como tal, de intérprete do País inteiro.

Deixou o Conde de Monsaraz, na parte mais original da sua poética, uma obra provinciana, no mais nobre sentido da palavra. Não dum provincianismo apenas literário, vago, convencional, mas dum provincialismo fortemente saboroso ao corpo e à alma regional da paisagem e do solo.

Depois dum parnasianismo doirado, cujas poesias reflectiam a vida preciosa dos salões, das embaixadas e da côrte, e cuja beleza literária havia colocado o seu nome entre os dos mais altos poetas do seu tempo, dir-se-ia que o Conde de Monsaraz, obedecendo à voz sub-consciente do destino, abandonara o encantamento dos temas rendilhados e o embevecimento das pulcritudes formais e aristocráticas, para descobrir, encantado, a beleza sempre rejuvenescida da paisagem, a graça das almas simplesmente humanas, e a grandeza eternamente presente da Terra-Mãe.

O seu espírito de grande senhor da terra, nado no monte e criado na lavoura, afeito desde menino às labutas da herdade e à impregnação espiritual da atmosfera alentejana, sente o apelo aliciante da gleba, impregna duma larga humanidade o seu parnasianismo palaciano e gentil, e deixa-o penetrar-se de todas as emanações fortes da terra e da vida rural.

Desde então, para ele, compor versos passou a ser a saborosa maneira de dizer «Alentejo» em variados tons, em diversas escalas, em diferentes cores, percorrendo toda a gama da sensibilidade e do pitoresco, no evocativo encantamento de mil imagens diferentes.

A sua obra é o próprio Alentejo transposto em poesia: — são as mondas e as ceifas, é o refúgio das sestas nas horas cansadas de suores, na modorra sufocante do sol em braza, que invade o corpo das próprias sombras, quando se exala

... da terra um bafo ardente, (e) o gado
sedento, mal resfolga à sombra do montado...
nas fulvas crispações dessa fomalha acesa»...

É a sede das chuvas, quando dias após dias, sob a canícula sem tréguas.

«desmaia o vinho
mirra-se o pão

É esse admirável soneto da vida industriosa dos «montes» onde, ao cair da noite, senhoras e servos familiarmente ligados sob o signo patriarcal da casa, sirandam ainda numa azáfama de colmeia, enquanto o lavrador já dorme, cansado dum dia de trabalho, e a filha, de olhos perdidos na solidão dos longos horizontes, devaneia e estremece na ansiosa palpitação dos seus 20 anos sózinhos...

São os longos serões de Inverno na casa palacega da herdade, à luz suave e palpitante das chamas de oiro tremeluzindo nas velas dos candelabros. A um lado, emparceiradas ao jogo, as pessoas gradas da vizinhança: — o prior ingénuo, o morgado, o caçador, o delegado... Do outro lado, as senhoras, seroando na circunferência luminosa do «abat-jour», pertinho do fogão, ao calor dos belos toros de azinho, enquanto uma voz romântica e maviosa canta ao piano a velha xácara sentimental...

É o arranque das cortiças, ao rebrilhar lampejante e bárbaro dos machados na manhã sufocada e abafadiça de Junho, cortando, escapelando o corpo dos sobreiros, até os deixar descarnados, esvaídos em sangue, como numa hecatombe de sacrifício pagão, os braços contorcidos e aflitos implorando os ceus, enquanto o corpo escaldante da terra lhes vai crestando as carnes laceradas...

São os ciganos, solertes e trapaceiros, roubando nas herdades e vendendo nas feiras; e são os pobres de Cristo, sem eira nem beira, para os quais há sempre agasalho para aquela noite e trabalho para o outro dia...

São as ceias no «monte», saboreadas e tagareladas ao calor do lume, todas cheirosas aos coentros da açorda, no meio da alegria gaiata de moços e moças, enquanto as feitoras ralham e os ganhões cantam à viola...

São os bêbados, cantando na noite, em largas e plangentes corais, a melancólica e indefinida tristeza das vidas cansadas e mesquinhas...

São os pastores e os gados, entre os cheiros bravios do mentrasto, e dos oregãos; as ceifeiras afanasas e as moças de Bencatel, tão airosas e levianas, no saboroso «ritornello».

Ó moças de Bencatel
Não vos zangueis se vos ralho...
Muito amor, pouco trabalho,
Pouco trigo, muito mel...

.....
Funçanatas e derriços
Cantigas e pasmaceiras
Fazem fugir aos serviços
E faltar às sementeiras.

Eis por que estão os cortiços
Abarrotados de mel,
E estão desertas as eiras
Ó moças de Bencatel.

.....
Ó moças de Bencatel
Acautelai-vos, senão
Haveis de ficar sem mel
Sem maridos e sem pão...



Porém, o espírito poético do Conde de Monsaraz não representa a única forma de entendimento entre a sua alma e a terra de Portugal. A Pátria não fala só pela voz da terra. Fala também pela voz longínqua e sempre presente do sangue.

Na sua alma de poeta e de português, um novo sentido da noção essencial da Pátria surge ainda como uma vaga mas transcendente e forte inspiração. Uma política meramente ocupada com a visão da orgânica funcional do Estado, de há muito se vinha alheando do conceito mais profundo de «Nação». A ideia de «Pátria» ficava assim tolhida na estreiteza do movimento diário da sua estrutura administrativa; e deixara de vibrar no calor da alma, por se encontrar burocraticamente confinada à mecânica das repartições e ao «alkorão» político da Carta Constitucional.

Ideias de índole internacional ofuscavam as realidades da índole portuguesa. Um liberalismo feito de ideologias estranhas criara um convencionalismo político superficial mas absorvente. E este convencionalismo descia como uma cortina de ferro, disfarçada com cenários de turismo, a encobrir dos olhos portugueses a paisagem nacionalista das nossas almas e dos nossos destinos...

Fôra esta a formação em que se modelara o espírito do Conde de Monsaraz. E afeito a ela ia decorrendo descuidadamente a sua vida. Porém, no fundo da sua alma, a consciência dos mortos, que acorda em nós pelo esforço subconsciente e subterrâneo das gerações, havia de começar a agitar-se, reagindo numa ansiedade vibrante, embora indefinida.

A luz não se deixava abafar sob o alqueire. E transpondo os opacos limites duma estrutura por demais sequestrante das forças criadoras do espírito e da graça, o lume do seu espírito começava porventura a divisar, para além das ficções da vida pública, a necessidade de reintegração da grei na consciência ainda insuficientemente entrevista dos seus destinos.

E com o mesmo poder de penetração do espírito da terra que levou este poeta palaciano e romântico a sentir a poesia da vida regional portuguesa, entrou o espírito dos seus avós a impeli-lo para o caminho luminoso em cujo «términus» surgiria uma nova vivência da ideia de Pátria.

É então que por engenhosa traça do destino, (Deus escreve direito por todas as linhas!) o Conde é levado, com o desejo de acompanhar a formação intelectual e espiritual de seu filho, a deixar a sua casa de Lisboa para se instalar novamente em Coimbra. Era ainda o encadeamento da vida das gerações que o fazia regressar à cidade universitária, mas agora no cumprimento dum destino ainda mais largo do que ele próprio suporia, a fim de que se cumprissem os desígnios da Providência.

Não tomasse o Conde aquela decisão e, porventura, outros teriam sido os destinos de Portugal!

Era então Coimbra a única cidade universitária. E o Conde de Monsaraz entra, naturalmente, não só a acompanhar o seu filho, mas ainda a conviver com aquelas gerações novas em cujas almas haviam de ganhar plena consciência as ideias que subconscientemente germinavam e floresciam dentro do seu peito, tentando ganhar corpo na sua inteligência.

O melhor da mocidade, o escol dos jovens estudantes que pela inteligência e pela vibração espiritual se aproximam dessa alma de eleição que era a do jovem Alberto de Monsaraz, entrava em convivência mais íntima e fecunda, graças à casa acolhedora de seu pai e ao prestígio sedutor dessa grande figura de fidalgo e de intelectual.

O Prof. Fernando Emídio da Silva, recordando a força do poder espiritual do Conde, lembra que ele sabia exercer entre a plêiade de rapazes daquele tempo que frequentavam a sua casa, uma perfeita magistratura artística e mental. Havia-os de todos os credos políticos. E o maior número deles, vivendo na atmosfera de liberalismo sentimental que então dominava Coimbra, era ainda o dos avançados.

Os dotes surpreendentes da sua figura física e espiritual eram de molde a fadá-lo para representar esse papel superiormente subtil de polinizador de espíritos moços.

Alto e forte, duma estatura e duma elegância que impunha por toda a parte a distinção da sua presença, com uma voz admiravelmente timbrada e sugestiva, uma inteligência clara e uma simpatia irradiante, o Conde de Monsaraz tinha sido fadado por Deus com aquele poder de radiação que penetra subtilmente e para sempre as almas que se aproximam.

Ainda há poucos dias, numa oração admirável de emoção e de beleza literária, o poeta Augusto Casimiro, cujas palavras têm particular valor dada a formação democrática do seu espírito, tinha estas frases particularmente expressivas na sua boca, pela justeza da terminologia: «fidalgos para lá do seu título e dos seus arminhos (...) o seu convívio espiritual enobrecia-nos a todos!».

O seu salão era assim um novo jardim de Academus, onde assiduamente e numerosamente se reuniam muitas das mais altas inteligências da Academia.

O Conde de Monsaraz soube adivinhar que algum tempo depois aqueles rapazes haviam de intervir largamente nos destinos de Portugal.

É nesse grupo de jovens que, passados tantos anos, aí estão hoje a afirmar na política, na cátedra, nas artes, nas letras e nas ciências a justeza da apreciação do Prof. Emídio da Silva, que entram a ganhar forma as aspirações nacionalistas que haviam de conduzir a novo rumo a vida de Portugal.

Esse clima de inteligência e de espírito que havia de desabrochar numa doutrina social de regresso à Pátria, era exactamente o mesmo clima de regresso à gleba que na «Musa Alentejana» o punha em continuidade não só com a terra de Portugal, mas ainda com a longa ascendência de lavradores que de há séculos a vinham carinhosamente arroteando, semeando e florindo.

Foi ali, em volta da alma do Conde de Monsaraz e tomando um vultô e uma nitidez que certamente o próprio Conde nunca entrevira, que o Integralismo Lusitano nasceu, com António Sardinha, Alberto de Monsaraz, Hipólito Raposo, Almeida Braga, Simeão Pinto de Mesquita e alguns outros que principiaram a anunciar a nova Era. E aqueles que nunca enveredaram por esse novo e cristão caminho de Damasco dum nacionalismo político afectivamente e intelectualmente estruturado e definido, não deixaram de participar nesse humanismo de coesão espiritual que se define por uma simpatia fiel e persistente, com uma base moral que une as almas, ainda mesmo quando os idealismos políticos se não ajustam. E esta coesão já estabelecida entre elementos de política diferente, na atmosfera espiritual da casa de Coimbra, representa a mais sólida e fecunda essência cristã da comunidade portuguesa.

Todos nós sabemos que foi essa cruzada exercida com a mais esclarecida inteligência e o mais alto espírito de sacrifício, com uma dedicação constante pela causa de Deus e da Pátria, e com um espírito de proselitismo veemente, que nos deu o admirável espectáculo de vermos vibrar o País inteiro perante a nova revelação da alma da Pátria; e que foi essa grandiosa «gesta Dei per portugalenses» que tornou possível o movimento lusitaníssimo de 28 de Maio.

A figura do Conde de Monsaraz tem, pois, uma projecção larguíssima, embora subtil, tanto na poesia como na política, sobre toda a vida portuguesa do seu tempo e das gerações que se lhe seguiram.





A TOMADA
DE LISBOA
CONFORME DOCUMENTO COEVO
DE UM CÓDICE HEBRAICO DA BIBLIOTECA NACIONAL

ELEGIA DE RABI ABRAHAM IBN EZRA (1092—1167)
SOBRE A TOMADA DE LISBOA

BEUENO manuscrito hebraico de forma oblonga, de 64 folhas de pergaminho de $14,5 \times 10$ c/ms., com a encadernação de carneira despegada. Vê-se logo que o livro está incompleto na parte final, podendo calcular-se, pela lombada da encadernação, que devem faltar-lhe umas duas folhas. Não tem quaisquer iluminuras, sendo de estranhar que fosse catalogado como «iluminado».

Ao iniciarmos o estudo do códice, cumpre-nos agradecer à Ex.^{ma} Sr.^a D. Carolina Gil Pereira Nunes Claro, ilustre chefe dos Reservados da Biblioteca Nacional, pelas facilidades que obsequiosamente nos prestou no desempenho do nosso trabalho e na obtenção das fotocópias que neste estudo se publicam. Bem haja!

Este livrito, que por milagre escapou à sanha destruidora do Santo Ofício, devia pertencer, no século xv, a qualquer pessoa particular ou Comunidade israelita portuguesa ou espanhola.

Por indicação existente na capa sabe-se que, no século xviii, fazia parte da colecção bibliográfica do ilustre prelado de Beja, Frei Manuel do Cenáculo, mais tarde arcebispo de Évora,

o qual o deus «em dádiva», conforme reza o texto, ao eminente académico e insigne hebraista António Ribeiro dos Santos, autor das notáveis «Memórias da Literatura Sagrada dos Judeus Portuguezes» publicadas pela Real Academia das Ciências de Lisboa, nas Memórias de Literatura Portuguesa, tomos II a VIII (1792-1812).

Frei Manuel do Cenáculo, estava igualmente empenhado no salvamento e conservação de relíquias hebraicas em Portugal, de que juntou algumas na sua colecção particular, que ficou integrada no Museu de Évora. Deve-se-lhe principalmente a salvação, depois do terremoto de 1755, da lápide com inscrição hebraica da antiga sinagoga de Lisboa de 1307. Esta lápide, que jazia fendida nos destroços do edificio da antiga sinagoga, foi amorosamente recolhida pelo eminente prelado de Beja e levada para a sua diocese, de onde transitou para o Museu de Évora. Actualmente, constitui uma das jóias paleográficas do Museu Luso-Hebraico de Tomar.

Mas voltemos ao estudo do Manuscrito:

O seu título hebraico é: *Tikun Le-Leil Tet Be-Ab*, que se traduz por: «Liturgia para a noite do dia 9 do mês de Ab». O mês de Ab é o penúltimo mês do ano judaico, ou ainda o quinto do seu ano agrícola, aproximadamente entre Julho e Agosto. O dia 9 do mês de Ab é o aniversário da conquista de Jerusalém e destruição do Templo (Templo Salomónico) pelos exércitos babilónicos de Nabucodonosor, no ano 586 antes de Cristo.

Dá-se o caso de que o 2.º Templo de Jerusalém, construído por Herodes, arrasado e incendiado pelos exércitos romanos de Tito, o foi igualmente num dia 9 de Ab, do ano 70 da era cristã, pelo que os judeus consideram este fatídico dia como luto nacional, celebrando-o com rigoroso jejum e pranteando as Lamentações de Jeremias e de Job.

Durante a noite recitam também diversas outras elegias do martirologio judaico, das quais o manuscrito da Biblioteca Nacional contém uma colectânea muito curiosa e rara, a ponto de a famosa Biblioteca hebraica de Cincinnati ter encomendado um micro-filme do seu texto.

Não se conhece a data do Manuscrito, por lhe faltar a página final, onde se mencionam habitualmente o nome do copista, a data e a pessoa ou comunidade em intenção da qual o manuscrito se estava preparando. Todavia, há possibilidade de deduzir a data de um manuscrito hebraico pelo exame de certas particularidades da sua escrita, o que nos permitiu atribuir ao Manuscrito, objecto de nosso estudo, a data aproximada do século xv, como teremos ocasião de adiante explicar.

Este Códice contém 96 elegias, numeradas por letras hebraicas, que, como se sabe, valem também como números. Sabe-se assim que não falta nenhuma página, além das páginas finais, de que já falámos. A actual numeração das folhas é moderna e feita pela própria Biblioteca Nacional. As primeiras 13 elegias — até à folha 12 — são parecidas com as elegias da liturgia judaica moderna, embora com certas variantes no texto litúrgico em uso nas comunidades israelitas de rito *sefardi* (Peninsular). As restantes elegias são menos conhecidas e referem-se principalmente a perseguições de que foram vítimas diversas comunidades judaicas espanholas, como as de Sevilha, Toledo, Córdova, Burgos, Valência, Baeza, Toro e outras.

36 A última elegia, que tem o número 96, refere-se à Tomada de Lisboa pelos Cruzados e é da autoria do Rabi Abraham Ibn Ezra, eminente poeta e sábio espanhol que floresceu no século xii.

É a única elegia de que nos ocuparemos neste estudo. Achamos, todavia, interessante dar previamente uma resumida resenha biográfica do seu autor, coevo da conquista de Lisboa.

Abraham ben Mair Ibn Ezra, que pertenceu a uma das mais eminentes famílias judaicas de Espanha, nasceu em Toledo em 1092. Viveu e trabalhou em Córdova, terra da naturalidade do grande filósofo Maimónides, de quem era contemporâneo.

Era condiscípulo (e provavelmente também parente) do eminente exegeta Moses Ibn Ezra, e do maior poeta hebraico de todos os tempos, Jehuda Ha-Levi.

Estava-se então na idade de ouro do judaísmo espanhol, e Córdova era um dos centros de cultura judaica.

Em 1197, Abraham Ibn Ezra deixou a sua pátria, indo viajar e viver em França, Itália (Roma) e África do Norte, principalmente em Marrocos. Antes de morrer desejou, todavia, voltar a Espanha, tendo falecido em 2 de Janeiro de 1167 em Calahora, na sua viagem de regresso à pátria.

Além de outras obras, Abraham Ibn Ezra deixou muitas composições poéticas, das quais 200 foram publicadas pelo Dr. Jacob Egers, sob o título de *Divan* (Berlín 1886), onde existem três elegias, das quais uma, que se refere à Tomada de Lisboa, é idêntica, embora com algumas variantes, devidas a erros de copistas, à elegia n.º 96 do manuscrito da Biblioteca Nacional.

Para mais perfeito estudo dessa elegia publicamo-la em *fac-simile* em ambas as versões e, para as distinguir, chamaremos à do manuscrito da Biblioteca Nacional «versão do Manuscrito» e à outra «versão do Divan».

Das duas outras elegias do mesmo autor, publicadas no «*Divan*», uma refere-se à Espanha, e mais especialmente, às cidades de Sevilha, Córdova, Almeria e Maiorca, e a outra a cidades marroquinas, tais como Marraquês, Fez, Tlemcen, Mequinês e outras.

O manuscrito da Biblioteca Nacional que, como dissemos, acaba pela elegia sobre a Tomada de Lisboa, contém ainda as duas primeiras linhas da elegia referente à Espanha, que começa por Sevilha, seguindo-se, sem qualquer intervalo de separação, à elegia referente a Lisboa. Mais adiante explicaremos os porquês da supressão do intervalo entre as duas elegias por parte do copista do manuscrito da Biblioteca Nacional.

O Códice acaba aí, faltando-lhe, consequentemente, o fim — ou seja a maior parte — da segunda elegia, bem como a totalidade da terceira, referente a Marrocos, obra do mesmo autor.

Foram, sem dúvida, estas duas elegias que existiam nas duas folhas de pergaminho que, pelo simples exame da encadernação, se presume faltarem no final do Manuscrito.

Publicamos também a página do rosto, que é apenas a primeira página do texto do Códice, encimado pelo título da obra, por essa página nos proporcionar a possibilidade de podermos determinar a data aproximada do Manuscrito, como adiante explicaremos.

Todavia, para cabal inteligência do que vamos expor, é-nos forçoso dar previamente, para os leitores leigos em matéria de hebraísmo, a seguinte explicação:

O tetragrama J H V H, com o qual se representa nos textos bíblicos a ideia de Deus, não forma, na língua hebraica, uma palavra vulgar pronunciável, mas sim um ideograma, muito embora os não judeus tenham o costume de o pronunciar Jehova ou Jahvé, conforme os seus sinais vogais. Como se sabe, o hebraico, como as demais línguas orientais, escreve-se só com consoantes, sendo as vogais representadas por sinais colocados por baixo — algumas vezes também por cima ou no meio — das letras, que se escrevem da direita para a esquerda.

O tetragrama J H V H, por ser inefável como ideograma, não tem pronúncia literal, lendo-se em hebraico: *Adonai*, que equivale a «Meu Senhor».

Contudo, o tetragrama tem significado particular. É, com efeito, constituído pelos três tempos: passado, presente e futuro, do verbo SER — em hebraico *HAVA* — e é suposto representar a divina eternidade ⁽¹⁾.

Fora do tetragrama, acima mencionado, existem em hebraico ainda outras formas ideográficas para designar Deus que se utilizam em textos profanos extra-bíblicos.

Uma delas, muito curiosa, empregada desde o princípio da Idade Média, é constituída por um trigramma, formado por três letras *iude* — que é a letra mais pequena do alfabeto hebraico — dispostas em forma de triângulo isósceles, uma em cima e duas em baixo.

Sendo a forma da letra *iude* um simples ponto, prolongado por um pequeno traço do lado direito, o trigramma apresenta aproximadamente um conjunto de três pontos dispostos em triângulo. Trata-se, evidentemente, de um ideograma, que, como o tetragrama, os judeus lêem *Adonai*. Cremos que a concepção do trigramma provém do «trígono mágico» dos gregos.

Enquanto que o tetragrama ficou estável, sem nunca ter mudado de forma, o seu parceiro trigramma tem variado de aspecto desde o século XIII, por razões fáceis de compreender, acabando por desaparecer por completo no século XVI, substituído pelo digrama ou bigrama e por monogramas, no século XVII.

Felizmente, possuímos em Portugal bastantes exemplos das sucessivas transformações do trigramma, com datas certas, que permitem determinar a sua cronografia.

Têmo-los, entre outros, nos incunábulos hebraicos, impressos em Portugal e nas inscrições hebraicas existentes no Museu Luso-Hebraico de Tomar, onde ficaram esculpidas na pedra.

Assim, por exemplo, na lápide proveniente da sinagoga de Belmonte, que data do ano 1297, e é a lápide mais antiga do Museu Luso-Hebraico de Tomar, encontramos o trigramma teogónico na sua forma mais antiga, que é a dos três *iudes* dispostos em triângulo isósceles, sem nenhum traço de união lateral, figura 1.

Outros exemplos da forma primitiva do trigramma encontram-se na famosa Bíblia manuscrita em pergaminho, que data do ano 1300, e que constitui uma das mais valiosas jóias entre os manuscritos iluminados da Biblioteca Nacional. No texto bíblico, propriamente dito, encontra-se única e exclusivamente o tetragrama. Porém, nos diversos textos extra-bíblicos, que existem no dito códice, antes e depois do texto da Escritura Sagrada, aparecem exemplares de trigramma na sua forma inicial. Não vale a pena citá-los todos, contentando-nos com os dois exemplares característicos existentes na folha, logo a seguir ao texto bíblico. Nessa folha, conforme é uso, menciona-se o nome do distinto copista, que era *Rabi Abraham Ibn Natan*, a data, que foi a de 5060 do cômputo judaico, que corresponde ao ano de 1300 da era cristã, etc.

Na parte final da dita folha encontram-se dois bonitos exemplares de trigramma, sendo o primeiro na sua forma triangular simples, sem traço de união exterior, e o segundo com um ligeiro e incipiente traço de união do lado esquerdo, o que prova que os traços de união nos trigramas começaram a usar-se desde o princípio do século XIV, figura 2.

Com efeito, numa outra lápide hebraica do mesmo Museu, na lápide proveniente da antiga sinagoga de Lisboa, cuja inscrição indica a data de 1307, também existem dois exemplares de trigramma em forma de triângulo, acrescidos de traço de união arqueado, aposto ao lado esquerdo, figura 3.

(1) Além da forma ideográfica, existem em hebraico outras formas para designar Deus, por meio de palavras vulgares, como por exemplo, pela palavra *EL*, ou no plural *ELOHIM*, que é pronunciável e se pode traduzir por: Omnipotente.



Lápide da antiga Sinagoga de Belmonte

Figura n.º 1



Post-fácio do Manuscrito hebreico da Bíblia iluminada, de 1300,
da Biblioteca Nacional

Figure n.º 2

O mesmo sucede nos incunábulos hebraicos impressos em Portugal, que datam dos últimos decénios do século xv, onde já existe a visível tendência de englobar a terceira letra cimeira no traço de união (Vide, Bibliografia Geral Portuguesa, da Academia das Ciências, Lisboa, 1941, págs. 10, 11, 12, 13, etc.).

A razão das transformações do trigrama divino foi, sem dúvida, a de evitar a sua confusão com a Trindade.

Desde então o trigrama começa a degenerar. Da sua forma inicial de três *iudes* em triângulo isósceles, passou, a pouco e pouco, à forma de triângulo rectângulo, munido de traço de união lateral tendente a englobar a letra cimeira e confundi-la com o próprio traço de união. A letra cimeira acabou por desaparecer completamente, por alturas do século xvi, reduzindo o trigrama a digrama (ou bigrama), constituído por dois *iudes* em linha recta.

O digrama foi, por sua vez, substituído, no século xvii, por monogramas, constituídos por letras únicas, o «d» (*dalet*) e «h» (*hei*), encimadas por dois tracinhos, grafia mais conforme com a ideia monoteísta judaica (2).

Pedimos desculpa de todo este indigesto arrazodado de tetragrama, trigrama, bigrama, etc. que nos vimos obrigados a trazer à colação para podermos explicar a razão pela qual nos foi possível determinar a data aproximada do manuscrito hebraico da Biblioteca Nacional, que estamos estudando.

Para este efeito, publicamos o fac-símile da primeira página do dito manuscrito (fig. 4), onde se encontram dois nítidos exemplares de trigrama, um, na quarta linha e o outro, na linha final, que nos fornecem a chave para a determinação da data do Manuscrito.

Para melhor compreensão, sublinhamos os trigramas nas figuras 1, 2, 3 e 4, para que os leitores, sem perceber nada de hebraico, possam seguir o nosso raciocínio.

No primeiro trigrama, da figura 4, a letra *iude* cimeira, separada nitidamente do traço de união lateral, parece formar, com as duas letras de baixo, um triângulo recto. No segundo trigrama, a letra *iude* cimeira fica ainda mais deslocada para a esquerda e quase englobada no traço de união. Este segundo trigrama marca perfeitamente uma data quatrocentista.

Determinada a data aproximada do Manuscrito, que prova que não se trata de um original mas de um apógrafo do século xv, voltemos ao estudo da elegia sobre a Tomada de Lisboa.

(2) A mudança do trigrama não escapou à clarividente observação do insigne hebraísta António Ribeiro dos Santos que nas suas *Memórias Da Literatura Sagrada dos Judeus Portugueses*, de que já falámos, vol. II, págs. 278/9, diz:

«Nos antigos exemplares Mss dos Judeos o nome de *Jehova* aparecia sempre escrito com tres Jodhs, ... e nesta maneira de escrever entenderão muitos dos antigos, e modernos, que se ocultava hum mysterio, e se denotavão as trez Pessoas da Trindade. Porém os Judeos que negão porfiosamente este mysterio, vendo que os Christãos se podiam apoiar no argumento Cabbalístico, que se formava desta maneira de escrever o nome de *Jehova*, mudáráo de estilo, e começáráo de escrever este nome com quatro letras, como se vê principalmente nos Mss Alemães, e até negáráo que seus maiores o escrevessem de outra sorte.»

Pelo trecho acima citado vê-se que o distinto académico, postoque presentisse exactamente a razão do abandono da grafia dos três *iudes* (ou *Jodhs*, como escreve Ribeiro dos Santos), faz contudo confusão com a leitura *Jehova* do tetragrama. Além disso, contrariamente ao que afirma Ribeiro dos Santos, o tetragrama constitui a forma mais antiga. A sua proveniência ascende às origens do Judaísmo, talvez ao próprio Moisés, enquanto que o trigrama é muito mais recente e a sua introdução não deve ser anterior ao século x da era cristã.

A data da composição da elegia não pode ser muito afastada da própria data da Tomada de Lisboa, pelo facto do autor da elegia ter falecido apenas 20 anos depois. As suas obras poéticas e outras iam sendo copiadas desde 1167, data do seu falecimento, não sendo de estranhar que, no andar dos séculos, erros gráficos se tenham introduzido e que textos da mesma poesia, mas de origem diferente, apresentem variantes, que até podem ser aproveitadas para os corrigir e completar. É o que conseguimos fazer à elegia da Tomada de Lisboa, objecto do nosso estudo.

Possuimos, como já dissemos, duas versões do mesmo poema, sendo uma do Manuscrito, cujo fac-simile publicamos na figura 5, e outra, mais completa e melhor apresentada, proveniente da colectânea do «Divan», cujo fac-simile publicamos na figura 6.

Ambas as versões têm erros gráficos, embora a do Manuscrito seja a que tenha mais desleixos de copista. Ambas, todavia, nos serviram útilmente para podermos apresentar uma tradução completa e mais exacta do poema.

Pelo estudo comparativo das duas versões, veremos que o copista do Manuscrito, além de erros gráficos vulgares e habituais — *errare humanum est* — cometeu ainda verdadeiros descuidos, saltando, por exemplo, uma linha inteira, não repetindo, para poupar espaço, palavras duplicadas, nem sequer quando a duplicação obedece a um texto bíblico formal, suprimindo o estribilho no final do poema, apesar da dita repetição ser necessária para o complemento das rimas, e não deixando, finalmente, nenhum intervalo entre o fim da elegia sobre Lisboa e o começo da elegia seguinte que já se refere a Espanha. O copista do Manuscrito parecia mais cioso em aproveitar todo o espaço possível das folhas de pergaminho que vinha preenchendo do que em apresentar os versos e as rimas na sua devida forma clássica, como fez o copista do «Divan». Para dividir os versos, o poupado copista do Manuscrito marcou as rimas intermediárias por traços simples, em forma de apóstrofe, e as rimas finais por traços duplos, como se vê na figura 5, o que lhe permitia escrever os versos sem os separar.

Ao leitor inexperiente na grafia hebraica não será fácil comparar as palavras e as linhas nas duas versões. Para facilitar a comparação, lembrámo-nos de marcar, com traços verticais, o começo e o final da elegia, abstracção feita da repetição do estribilho no fim do poema, que só existe na versão do «Divan», (fig. 6), sublinhando com traços horizontais as palavras *ULISSANA*, nome dado a Lisboa, e as que representam a data da sua conquista. Repetimos que o hebraico se lê da direita para a esquerda.

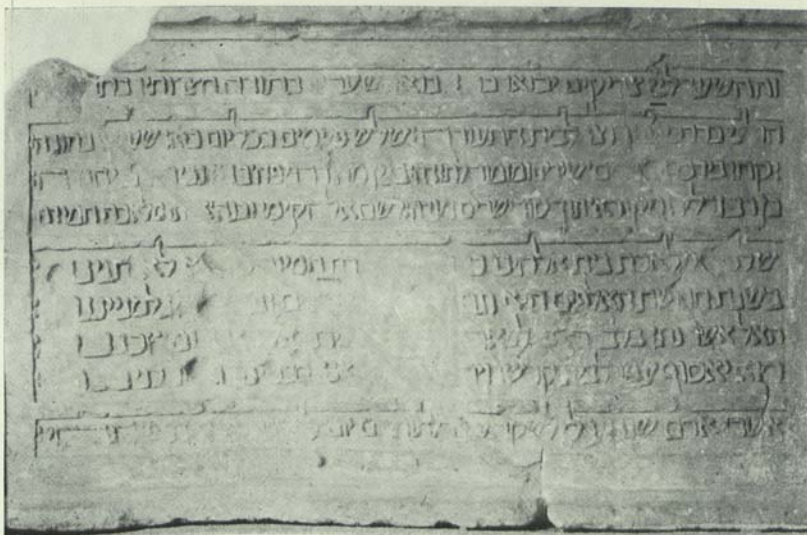
Estudando a versão do Manuscrito, (fig. 5) diremos que a primeira palavra com letras maiores representa o vocábulo *KINA*, que significa: Elegia, que é seguido pelo nome do autor, Rabi Abraham Ibn Ezra, e a evocação à sua memória, conforme se vê na tradução.

As duas palavras seguintes constituem o primeiro verso da elegia, sendo as duas letras separadas, que se vêem na margem esquerda, encimadas por dois leves traços, as que indicam o número de ordem 96.

Na versão da figura 6, vê-se também, na margem direita, uma letra isolada, sinal de outra numeração que não interessa ao nosso estudo, sendo as primeiras palavras, com que principia a elegia, idênticas às últimas palavras da primeira linha da figura 5.

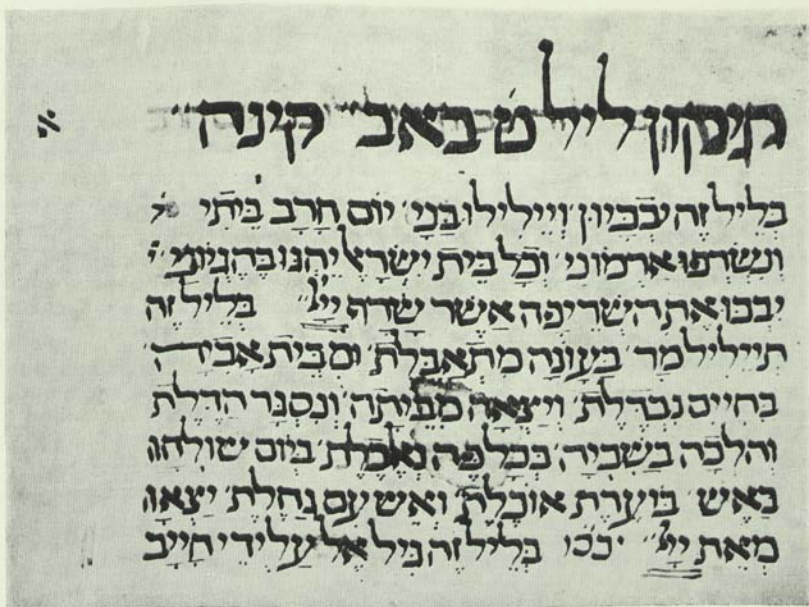
Na versão do «Divan», (fig. 6), não se menciona o nome do autor porque todas as poesias do «Divan» são do mesmo autor.

A segunda linha da versão da figura 6, falta completamente na versão da figura 5. O salto de uma linha inteira constitui a mais grave falta do copista do Manuscrito.



Lápide da Sinagoga de Lisboa de 1307

Figura n.º 3



Página frontal do códice hebraico «iluminado n.º 3» da Biblioteca Nacional

Figura n.º 4

קִינָה לִד אַבְרָהָם בֶּן אֶבְרָהָם אָדָה יָרֵד
 יֵל סְפָרֵד רִיבְנֵי הַשָּׁמַיִם עֵינַי יוֹדָה
 מִיָּם בְּכֹת עֵינַי כִּי עֵינַי יֵל יָרֵד אֵלַי סְאֵנָה
 כִּאֵן אֵיטְס לְכָד אֵיטְס הַגִּילָה יִטְכְּנָה בְּלִי כִּי
 יָרֵד אֵלַי וְיִשְׁבְּעֵיכֶם יִטְנָה וְכֹא יוֹמֶה וְנָד יִצְנָה
 וְנִחְתָּרָה כְּאַלְמוֹנָה אֵינן תִּירָה וְאֵי מִרְיָא וְהַבִּיטָנָה
 נִטְמָה וְהַתְּלַמּוּד כִּי נִלְמּוּד כִּי כֹל תְּלַמּוּד פֶּטֶר
 וְיִיטְהַרְוִיטְוִיטְ עֵוֶרְבִים בְּרִיבְנֵי אֵנָה וְאַנָּה מִקּוֹם
 תְּפִלָּה וְיִתְהַלֵּה לְבֵית תְּפִלָּה נִרְנָה וְקֹרֵינֵי זֶרֶק
 נִוִי אֲכִירֵד תִּתְּ אֲרַגְמָנָה לִדְאֵה אֲבִיחָה וְכֹתֵה
 אֲבִיחָה וְיִתְחַמֵּד קִינָה וְאֵינן לִי רִיבְנֵי לֹא אֲכִירֵד מִיִּתְּ
 רֵאשִׁינֵי כִּי אֵיטְס אֲקָרָה וְכֹה אֲעִירָה יֵל יִשׁוּאָה
 יִטְרִילִיָּהּ יֵל נִיטְיָאִים הַרְיָאִים בְּשִׁמְוֵתֵהֶם

Fac-simile da Elegia de Rabi Abraham Ibn Ezra acerca da Tomada de Lisboa no código hebraico da Biblioteca Nacional

Figura n.º 5

רע טן השקמים.	עלי ספרדו	ט. אָדָה, יָרֵד
לואת רפו נדום.	עלי סערב	וְסָפּוֹד רַב
יִרְדָּה קִים.	עיני עיני	
על עיר אליוסנה.	בסעני	בְּכֹת עֵינַי
הגולה שקנה:	לכדד שם	כִּאֵן אֵשֶׁם
שנים ושבעים שנה.	עדי אלף	בִּאֵן סֵלֶף
וגם היה קאלמנה:	וגד ענה	וְכֹא יוֹמָה
והטשנה נטמנה.	ואין סקנא	בִּאֵן חֲתָרָה
כי כל הודו פנה:	כמו נלמוד.	וְהַתְּלַמּוּד
סקום. אנה ואנה.	וגש ערנים	וְיִיטְהַרְוִיטְוִיטְ
לבית חפלה נטמנה:	וגם תהלה	מִקּוֹם תְּפִלָּה
ובפי סמיד קינה.	וגוי אקנד	וְקֹרֵעַ זֶרֶק
ימן ראשי קים.	וכף אקה	לִוְאָה אֲבִיחָה
רע טן השקמים.	ואטר: טי	וְאֵינן לִי רִיבְנֵי
לואת רפו נדום.	עלי ספרדו	אָדָה, יָרֵד
יִרְדָּה קִים.	עלי סערב	וְסָפּוֹד רַב
	עיני עיני	

Fac-simile da mesma Elegia de Rabi Abraham Ibn Ezra acerca de Tomada de Lisboa conforme a versão do «Divan»

Figura n.º 6

Quanto à própria elegia sobre a Tomada de Lisboa, forma ela, no seu original hebraico, um admirável poema de ritmo equilibrado e harmonioso, repassado por íntimo e fundo sentimento de dor e de mágoa, que, infelizmente, não foi dado às nossas apoucadas possibilidades literárias transmitir condignamente à nossa desluzida tradução, cujo único mérito talvez seja o de ser fiel e rigorosa.

O ritmo equilibrado de que falámos é constituído pela divisão de cada linha em três partes, das quais as duas primeiras são formadas, cada uma, por duas palavras curtas e incisivas, de quatro sílabas, sendo as terceiras partes, no fim de cada linha, formadas por três palavras com o total de seis sílabas.

As duas primeiras partes de cada linha são constituídas por versos que rimam entre si, rimando também entre si as palavras lineares finais, que obedecem à mesma rima sónica.

Há algumas excepções, mas muito poucas, que, pela licença poética, não derogam a regra geral de que acima falámos.

As rimas lineares finais correspondem, em geral, à expressão sónica de «ana» (exceptuando uma que acaba em «ina»), salvo as do estribilho que acabam em «aim», bem como a última linha do poema, que também acaba em «aim», o que prova que deve ser seguida da repetição do estribilho inicial.

Infelizmente, o bisonho copista do Manuscrito não o entendeu assim, resolvendo não repetir o estribilho...

Outra observação prévia: Na versão do «Divan» a elegia vem publicada inteiramente numa só página que reproduzimos na figura 6. Já não acontece o mesmo na versão do Manuscrito, que começa na folha 64 em baixo, onde existem apenas as três primeiras linhas do poema, e continua no verso da mesma folha, onde acaba, e onde, logo a seguir, começa o texto de outra elegia do mesmo autor, relativa à Espanha, como já acima dissemos. Todavia, para facilitar a comparação entre as duas versões, juntámos as reproduções fotográficas de ambas as partes da elegia do Manuscrito, publicando-as ligadas numa só fotocópia, na figura 5.

Que o delicto confessado seja meio perdoado!

Chegámos finalmente à parte mais importante das nossas considerações:

Vem logo a talho de foice o nome dado a Lisboa, que é *ULISSANA* na versão do Manuscrito e *ELIOSSANA* na do «Divan». Nenhum deles é exacto.

A corrupção do nome da cidade conquistada aos mouros poderia atribuir-se aos copistas. Os pobres copistas têm as costas largas. No presente caso, porém, ficam ilibados de culpa. O erro procede da própria origem, o que se prova pela rima linear dos versos, que, como acima dissemos, está vocalizada pela expressão sónica de «ana». Encontrando-se o nome da cidade no final de uma linha, a sua terminação em «ana» deve ser exacta e corresponder à que existia realmente no original. Não é provável pois que no original figurasse o nome de *ULISIPONA* ou *OLISIPONA*, devendo a culpa de viciação do nome ser, conseqüentemente, atribuída ao próprio autor do poema, o qual, encontrando-se naquele tempo fora da Ibéria, em viagem algures por Marrocos, a notícia da Tomada de Lisboa deve ter-lhe chegado com certo atraso e certas deformações de pormenor.

Na nossa tradução optámos pela grafia que figura na versão do Manuscrito, ou seja *ULISSANA*, que se nos afigura ser a que mais deve concordar com o original. Escusado será dizer que o duplo «s» que empregamos não provém do texto hebraico, onde a palavra *ULISSANA* se escreve com um só «s», quer dizer, com uma só letra hebraica que corresponde a «s».

Passamos agora à última parte da nossa, já tão extensa, exposição, para tratarmos da data da Tomada de Lisboa, indicada na elegia do poeta judaico coevo. Em ambas as versões a data que figura é de *Mil e setenta*. Conforme o costume judaico de então, as datas eram contadas desde a queda do Templo de Jerusalém, destruído pelos exércitos romanos no ano 70 da era cristã, o que perfazia, para a Tomada de Lisboa, a data de 1140, em vez de 1147 ⁽³⁾.

Esta pequena diferença de data poder-se-ia imputar igualmente ao próprio autor da elegia. Todavia, neste ponto, bem que a data em ambas as versões fosse a mesma, existe contudo uma ligeira diferença de texto a assinalar entre elas, na redacção da mesma data, o que nos dará o ensejo de deitarmos, mais uma vez, a culpa aos pobres copistas...

Com efeito, se compararmos, nas figuras 5 e 6, as porções de texto que exprimem a data, textos que intencionalmente sublinhámos para que possam ser comparados por pessoas leigas na língua hebraica, veremos que, enquanto na versão do Manuscrito (fig. 5), a data esteja expressa por três palavras, na versão do «Divan» (fig. 6), figura com quatro palavras. Vamos traduzi-las: As três palavras da figura 5 traduzem-se por «Mil e setenta anos» (a conjunção «e» fica ligada, em forma de prefixo, à palavra setenta) e as quatro palavras, da figura 6 rezam: «Mil anos e setenta anos».

Semelhante repetição da palavra anos não é, na verdade, contrária ao carácter da língua hebraica, principalmente em versos.

Estudando a questão do ponto de visto rítmico, devemos advertir previamente, que a palavra Mil (em hebraico *Elef*) pertence, nas duas versões, ao verso antecedente ao do fim de linha, que exprime o resto da data.

Resulta de aí que, na versão da figura 6 — se não contarmos com a palavra Mil, conforme acima explicámos — o último verso da terceira linha, que exprime o resto da data, fica constituído por três palavras, em concordância com a regra geral do poema, de que acima falámos, todavia o número de sílabas é de 7, em vez de 6, o que ainda pode ser considerado normal.

Todavia, na versão do Manuscrito, (fig. 5), o mesmo verso final relativo à data, fica constituído apenas por duas palavras — em vez de três —, sendo o número total de sílabas reduzido a 5 — em vez de 6 — o que não está de acordo com a regra geral.

Como acima dissemos, a diferença no número de palavras na formulação da data, presta-se a conjecturas acerca da sua possível deturpação. É possível, com efeito, que qualquer copista primitivo tivesse mudado, por engano, a palavra hebraica *cheva* (sete) em *chanim* (anos), palavras cujas letras hebraicas podem possivelmente confundir-se.

Se assim realmente aconteceu, o texto hebraico primitivo, referente à data, teria sido: *Elef cheva ve-chivim chaná*, cuja tradução literal seria: Mil sete e setenta anos, conforme é lícito exprimir-se em hebraico, o que daria, para a Tomada de Lisboa, a data de 1147.

O pobre copista do Manuscrito da Biblioteca Nacional, embirrando, como se sabe, com todas as duplicações, cortou a dupla palavra «anos», ficando com uma palavra a menos no respectivo verso, e algum espaço mais na folha, não se importando de estragar o ritmo do verso e a possível indagação da data, para ganhar algum campo no pergaminho...

(3) Não é verosímil que se trate da tentativa de conquista de Lisboa por D. Afonso Henriques de 1140, que falhou, embora pudesse, talvez, dar lugar a certa confusão de datas...

Vamos acabar as nossas já longas lucubrações que, infelizmente, nada adiantaram, a não ser o demonstrar que, antes da sua conquista por D. Afonso Henriques, Lisboa já possuía uma comunidade israelita organizada (*). Apresentaremos por fim o *corpus delicti*, ou seja a nossa péssima tradução da bela elegia de Rabi Abraham Ibn Ezra sobre a Tomada de Lisboa.

Estamos certos de que as acusações do autor da elegia contra os cruzados pelas barbaridades perpetradas no bairro judaico após a conquista de Lisboa, devem corresponder à verdade, porquanto as crueldades cometidas pelos cruzados serem do domínio público, tanto pela famosa epístola do cruzado inglês Osberno, um dos que tomaram parte na conquista de Lisboa, como por outros documentos coevos.

A própria História de Portugal confirma os crimes cometidos pelos cruzados em todos os bairros da cidade conquistada, tanto no bairro mouro e no dos judeus, como no próprio bairro moçárabe-cristão, onde assassinaram o respectivo bispo católico.

A intenção de D. Afonso Henriques era conquistar Lisboa, mas não destruçá-la. Porém, não tendo podido, durante o longo assédio, valer-se da tática de surpresa, que lhe tinha dado tão bons resultados na conquista de Santarém, quis reduzir Lisboa pela fome. Por esta razão, quando os mouros, acossados pela fome e pela peste, ofereceram a rendição, o rei aceitou-a de boa mente, estabelecendo com eles um acordo de capitulação, acordo que foi também aceite pelos chefes dos cruzados, pelo qual os sitiados se comprometiam a entregar a fortaleza e a cidade pacificamente ao rei português e ao seu exército, «fazendo-lhes entrega outrossim de todo o ouro, prata e dinheiro e do mais que possuísem, sem lhes sonegar coisa alguma», em troca do salvamento das suas vidas e do direito de saírem livremente da cidade para os que não quisessem ficar debaixo do domínio cristão.

Em vez disso, os cruzados assaltaram a cidade, que se lhes tinha entregue pacificamente, de acordo com o tratado de capitulação, como verdadeiros selvagens, no delírio da cubiça e da luxúria, assassinando, violando, ébrios de sangue, de corrupção e de libidinagem, ao grande desgosto do próprio Conquistador, que já não tinha mão neles...

A este efeito, citaremos, com a devida vénia, e para remate do nosso longo estudo, um trecho do eminente historiador Chagas Franco na admirável obra: «Quadros da História de Portugal», 2.^a edição ilustrada, Lisboa 1982, pág. 9, que reza assim:

«Afonso Henriques queria poupar, quanto possível, a cidade, mas a ferocidade innata dos Cruzados, a sua refsalsada má-fé, a sua avidez de abutres não lho permitiram.

Apenas estipuladas as condições (da capitulação), os Alemães entraram de roldão, os Anglo-Normandos seguiram-nos e todos, desatinadamente, na febre das mais ignóbeis paixões, se dispersaram por travessas e ruas, por becos e meandros, espancando os homens, violando as mulheres, devassando os interiores, humilhando os velhos, enquanto o rei português, na mais alta torre do Castelo, ao som das salmodias cristãs, fazia arvorar a cruz».

(*) De resto, durante as obras de reintegração do Castelo de S. Jorge, em 1940, foram aí achados dois fragmentos de lápides funerárias hebraicas, provavelmente do século XIII, que foram cedidos, em 1944, pela Direcção-Geral da Fazenda Pública ao Museu Luso-Hebraico «Abraham Zacuto» de Tomar.

TRADUÇÃO DA ELEGIA DE RABI ABRAHAM IBN EZRA (1092-1187)
SOBRE A TOMADA DE LISBOA PELOS CRUZADOS

Elegia n.º 96 do Manuscrito hebraico: «Iluminado n.º 3» da Biblioteca Nacional, completada e corrigida, de alguns erros de copista, por outra versão da mesma poesia, publicada numa colectânea de poemas do mesmo autor.

KINA (1) de Rabi Abraham Ibn Ezra — Bem dita seja a sua memória!

Ai de mim! Abateu sobre *Sefarad* (2) a maldição do céu,
Grande é o luto que desabou sobre o Ocidente. Eis porque as minhas mãos caíram (3)
E de meus olhos, de meus olhos brota água... (4).

Como fontes choram meus olhos, pela cidade de *ULISSANA* (5)
Sem mágoa e em sossego, aí vivia a Nação exilada (6)
Livre de perseguições, até o ano Mil e setenta (7).
Um dia porém, transtornou-se a Nação (8), que ficou como viúva:
Sem *Torá* (9) e sem *Mikrá* (10), a *Michná* (11) escondida,
E o *Talmud* (12) ficou ermo, por carência de discípulos.
Houve assassinatos, e gente esfomeada a gemer por toda a parte,
A casa das orações e louvores, foi vilmente profanada,
E gente estranha, hoste feroz (13), rasgou de Deus a lei verdadeira.
Eis porque choro, abato as mãos, e a minha boca brada lamentações,
Pois não há ninguém tão aflito, que, como eu, grite:
Quem me dera que a minha cabeça se desfaça em água!

Ai de mim! Abateu sobre *Sefarad* a maldição do céu,
Grande é o luto que desabou sobre o Ocidente. Eis porque as minhas mãos caíram,
E de meus olhos, de meus olhos brota água... (14).

Samuel Schwarz.



- (1) Elegia.
(2) Península Ibérica.
(3) O copista do manuscrito da Biblioteca Nacional saltou esta linha por completo.
(4) A duplicação da frase «de meus olhos» foi suprimida pelo copista do Manuscrito, apesar de responder a um texto bíblico formal (Lamentações, 1-16).
(5) ULISIPONA. Na versão do «Divan», figura 6, o nome dado a Lisboa é *ELIOSSANA!*
(6) Nação judaica.
(7) Data contada desde a destruição do Templo de Jerusalém, no ano 70 da era cristã, o que prefaz para a Tomada de Lisboa a data de 1140, em vez de 1147.
(8) Na versão do Manuscrito diz-se: «transtornou-se a sua força».
(9) Pentateuco.
(10) Bíblia.
(11) Escolástica.
(12) Estudos rabínicos.
(13) Alusão aos cruzados.
(14) Na versão do Manuscrito (fig. 5), não existe a repetição do estribilho no final do poema, mas ela figura na versão do «Divan» (fig. 6), devendo ter existido indubitavelmente no próprio original.



Museu da Cidade de Lisboa

VISTA DA QUINTA DE GERARD DE VISME, PERTO DE BEMFICA — (1794)

(Desenho de Noël — Gravura de Wells)



25 DE OUTUBRO
DE 1952

Embora, não feriado, o dia 25 de Outubro, 805.º aniversário da tomada de Lisboa aos mouros, foi festivamente comemorado pelo Município.

As 11 horas, o Sr. Presidente da Câmara Municipal procedeu no quartel do B. S. B. à entrega de 14 medalhas de prata e 55 de cobre de comportamento exemplar a graduados e sapadores bombeiros. O Presidente do Município, acompanhado de vereadores e alto funcionalismo municipal, passou revista à guarda de honra e dirigiu-se à parada do quartel, onde colocou as medalhas ao peito dos contemplados.

Pelas 15 horas o Sr. Vice-Presidente do Município, acompanhado de funcionários superiores, inaugurou no Palácio Galveias a Exposição do Prémio Valmor, comemorativa do 50.º aniversário da instituição do referido Prémio. A exposição, que teve a colaboração da Academia Nacional de Belas-Artes, Câmara Municipal de Lisboa, Museu Nacional de Arte Contemporânea e do Sindicato Nacional dos Arquitectos e ainda do Sr. Eng. Eugénio Terra Mota, arquitecto Vasco de Lacerda Marques, da Sr.ª D. Maria de Portugal e da viúva e filhos do arquitecto Alvaro Machado, incluía fotografias dos prédios premiados. Além de um quadro a óleo do Visconde de Valmor, admiram-se no local a cópia do seu testamento e um documento referente à inauguração do monumento àquele titular e sua entrega à Câmara Municipal de Lisboa em 1904.

Também pelas 15 horas na sala das reuniões dos Paços do Concelho o Vereador Sr. Dr. Aquiles Monteverde procedeu à distribuição de medalhas de honra e diplomas a 24 funcionários e serventuários municipais e à entrega das taças às colectividades que organizaram as

marchas premiadas nas Festas Populares de Junho, dos prémios pecuniários às crianças concorrentes ao concurso de Tronos a Santo António e por fim à dos prémios aos concorrentes do Concurso da Quadra Popular.

Pelas 16 horas realizou-se no salão nobre dos Paços do Concelho, uma sessão solene sob a presidência do Chefe do Estado e na qual o Sr. Prof. Dr. Joaquim Fontes, catedrático da Faculdade de Medicina de Lisboa, proferiu a sua conferência intitulada «Assistência à mãe na Cidade de Lisboa».

Disse sua Ex.ª:

SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA;
SR. MINISTRO;
SR. PRESIDENTE DA CÂMARA;
SRS. VEREADORES;
MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES:

Agradeço ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa o honroso convite que teve a amabilidade de me fazer, para usar da palavra nesta sessão de festa.

Sempre olhei a casa em que nos encontramos com aquela veneração e recolhimento que merece, porque simboliza a terra onde fui nado e criado.

Ocupar este lugar, em sessão comemorativa de acontecimento da maior transcendência na história pátria, é motivo para íntimo desvanecimento, tanto mais intenso porquanto dá a honra de a ele presidir o ilustre Chefe de Estado, a quem peço, reverentemente, licença para apresentar as minhas mais respeitadas homenagens.

A generosidade e estima de V. Ex.ª Sr. Tenente-Coronel Salvação Barreto fico devendo esta atenção.



Na data festiva em que se comemora a integração desta boa cidade de Lisboa em território português é natural que sejamos levados a pensar no seu passado e a olhar para o seu futuro.

Muitas das páginas da sua história aqui têm sido lidas por alguns dos mais ilustres investigadores da nossa terra. Procurarei folhear, perante V. Ex.ª, alguma das que têm sido menos examinadas; aquelas que dizem respeito à protecção que tem merecido a mãe adentro dos seus muros e, consequentemente, às deliberações que lhe permitiram e permitem um bom desenvolvimento demográfico.



Até ao século XV os nossos arquivos são omissos acerca de medidas governativas a este respeito. Só depois aparecem documentos que revelam política diversa, mas é provável que esta faceta de assistência pública haja merecido a atenção dalguns dos seus mais antigos senhores. A hipótese é admissível, porquanto se sabe que gregos e romanos olharam este problema com particular cuidado. Estes últimos, que tanto afincou puzeram na conquista da Península Ibérica,

talvez tenham trazido, com as suas legiões, algumas das medidas que puzeram em pratica na sua pátria distante, a bem da maternidade, visto não lhes convir possuir terras desérticas e portanto improdutivas.

Sabe-se, por Pausanias, que existiu uma casa junto ao templo de Esculápio onde as grávidas se albergavam e donde mulheres saíam com o filho nos braços. O Senado romano, por sua vez, criou, uma destas instituições no II século depois de Cristo na capital do Lácio. Os fastos da tocológia registam também o nome ilustre duma parteira; ilustre porque foi a mãe de Socrates, não se sabendo se o adjectivo poderá qualificar, com justeza, a sua competência técnica.

Mesmo na nossa Península uma inscrição funerária, encontrada no País vizinho, lembra aos vindouros, a mulher de Cássio Philippo, monumento que este ergueu à sua memória, no qual a profissão de parteira da falecida é assinalada. Como se isto não bastasse, escultura de criança, envolta em panos, ocupa a face posterior da lápide.

Estes e outros dados mostram o interesse que mereceu a mulher em estado conceptional nesses tempos recuados.

Mas do nosso país e em particular de Lisboa nada se sabe sobre o assunto até à data referida. É certo que desde os primórdios da nossa história se criaram albergarias. A primeira, de que há memória, data de 1097, dos tempos do governo do Conde D. Henrique. Depois a instituição vulgarizou-se. Além desta casa houve também outras que tinham já a designação de hospitais, parecendo a alguns, no entanto, tratar-se de instituições congéneres. Se nelas se dava pousada aos peregrinos natural é que não fosse negada às que, por esses caminhos fora, não pudessem ir mais adiante, porque os passos lhe eram tolhidos pelas dores da maternidade.

Há a registar factos passados em Lisboa, que parece indicar preocupações a este propósito. Se não diz respeito à mulher duma maneira directa, de algum modo a beneficiava. O homem rico que se chamou Bartholomeu Joanes, cujo túmulo nos encanta ali na nossa Sé, deixou no seu testamento dez libras ao hospital dos meninos enjeitados para seu amparo e pagamento das amas que a instituição exigia.

A caridade e a rudimentar assistência pública de então não podiam valer, com efficácia, à precária situação de muitas que necessitavam de amparo por serem doentes, excessivamente pobres ou porque o termo chegara a léguas do lar. Também os conhecimentos tocológicos dessas épocas eram bem apoucados; o que se sabia herdara-se dos gregos, romanos e árabes.

Devia ter havido mesmo um certo retrocesso porque a medicina passara a ser ministrada e ensinada nos conventos por religiosos, regulares e seculares, meio nada propício a preocupações com o estudo das doenças do aparelho sexual feminino e de situações obstétricas.

A intervenção de médicos, nos problemas clínicos referentes à tocológia e ginecologia seria raríssima. A sua resolução era entregue a parteiras e até freiras-parteiros cuja competência deixava muito a desejar. A questão foi tão abandonada que uma e outra destas ciências não constituíam ramos de ensino nas primeiras universidades.

Por isso a mulher grávida e quem a estimava deveriam ver, com justificado pavor, a aproximação do trabalho de parto. Só lhes restava invocar a intervenção divina. A abundância das imagens da Senhora do Ó ou de Expectação, entre nós, justifica-se por este motivo.

Em Lisboa existiu e existe uma na Capela de S. Crispim e informa-nos Frei Agostinho de Santa Maria que rainhas, damas da corte e mulheres do povo a ela recorriam para que Deus

lhes desse uma boa hora. O seu prestígio foi tão grande que o Papa Paulo V conferiu à respectiva confraria graças e indulgências especiais e Filipe II também lhe concedeu certos privilégios; tudo isto pela veneração que merecia.

Na igreja de S. Luís havia também outra imagem de Nossa Senhora sob a mesma invocação e é possível que mais algumas tivessem existido.

O realismo com que eram esculpidas fez desaparecer outras. Não sei que o caso se haja dado em Lisboa, mas no seu termo, na pitoresca aldeola que se chama S. João das Lampas, uma imagem da Senhora do Ó foi enterrada porque o avultamento do ventre, com que o escultor, realisticamente, marcara a prenhez, escandalizou algum sacerdote, menos transigente com as exigências da arte.

O facto não foi único, pois igual sorte mereceu a imagem gótica de Nossa Senhora a Prenhada da Sé Velha de Coimbra e que hoje está no Museu Machado de Castro.

A ignorância de médicos e parteiras explica também a série de crendices que então faziam fé. Assim o Vice-Rei da Índia, Francisco Barreto trouxe à Rainha D. Catarina uma pedra tendo pintada uma Virgem com o menino Jesus nos braços, à qual se atribuía a virtude de, quando

posta em contacto com o corpo da parturiente, simplificar ou tornar natural parto distócico.

Igual categoria tem a cadeira de S. Gens que está na ermida do Monte. As suas virtudes nos bons sucessos ainda hoje perduram e grande nomeada lhe adveio por a Rainha D. Maria Ana de Austria, em 1723, se ter sentado nela para ter parto feliz.



Disse que o saber das parteiras de então não valeria muito. A afirmativa tem apoio na leitura do livro do médico, que foi Velesco de Taranta, nos conselhos que dá às senhoras comadres. Para ver a sua pouca valia, basta recordar que o espirro e subida de certo número de degraus eram práticas que aconselhava quando a marcha do trabalho sofria qualquer desregramento.

Apesar de todos os defeitos que tinha o saber destas mulheres (e certamente uma ou outra com mais prática e são juízo teria sido útil) a profissão tinha razoável número de apreciadoras, tanto assim, que nos registos das freguesias da Sé e Castelo se contam mais de cinquenta na primeira metade do século XVI. Os seus serviços deviam ser muito procurados, e, porque rendosos, a clínica passava de mães para filhas.

Algumas houve de quem historiadores contemporâneos entenderam útil limpar-lhes o nome do pó dos arquivos. É por isso que se sabe ter existido uma senhora comadre chamada Catarina Lopes, moradora no pátio do Chancudo. Usava óculos azuis e exerceu clínica durante muitos anos. Depois os janceiros quebraram-lhe as forças. Perder noites sucessivas era pezado encargo. Por isso terminou a vida como cristaleira, officio muito mais leve.

Posso garantir a veracidade dos pormenores; Pastor de Macedo é testemunha segura.

Mas há mais; na Praça dos Carros moravam duas irmãs que *apararam* — como se diz em calão da arte — muitos meninos no ingresso neste mundo. Chamavam-se Joana e Maria e tinham o apelido de Botelho. Eram conhecidas pelas parteiras da mula, porque utilizavam um destes animais na sua clínica que, como hoje, exige deslocamento rápido e há que poupar forças para bom exercício duma profissão particularmente exaustiva. Ora a alimaria satisfazia ambas as necessidades.

Chamei a este tipo de enfermeiras comadres e o epfteto merece explicação. Podiam como hoje tornar cristãs almas de pequeninos nados com sinais de vida maças que poucos minutos por cá se demoravam. Por outro lado, a prática da parteira levar os recém-nascidos à pia do baptismo vem desde recuados tempos e algumas vezes serviam de madrinhas. O ser madrinha é ser comadre, daí advem a generalização, dum termo que só em determinados casos tinha emprego apropriado.

A incompetência da parteira lisboeta desses tempos, não podia deixar de chamar a atenção de quem tinha que olhar pela saúde pública. É por isso que, nos fins do século XVI, passou a exigir-se exame de habilitação profissional às que quizessem exercer a arte.

A primeira *carta* que se conhece foi passada a Catarina Simoa filha de Simão Ribeiro, nascida em Lisboa, visto ter sido examinado o seu saber pelo dr. Ambrósio Nunes, que era ao tempo cirurgião-mor do reino, quando a governação estava nas mãos de Filipe I.

Este problema mereceu também a devida atenção à Câmara Municipal e assim os vereadores que regiam os destinos da cidade em 6 de Outubro de 1592 exigiam que, além desta prova de competência prestada perante o físico-mor ou cirurgião-mor, fossem averiguadas as qualidades morais das candidatas. Só depois de colhidas as informações necessárias o físico-mor podia investigar os seus conhecimentos tocológicos e passar-lhes a respectiva carta que custava, ao tempo, cinquenta réis.

Não ficaram por aqui os cuidados dos edis; impuzeram a multa de 2.000 réis às abortadeiras e idêntica penalidade atribuíram às que tendo dúvidas sobre o diagnóstico e prognóstico de determinados casos clínicos não chamassem o médico. Verdade seja que, como se viu, o saber destes não era também apreciável.

Apesar dos progressos que a legislação citada indica, não parece que devesse estar socegada a que estivesse para ser mãe, pois que se exige às parteiras que indagassem se aquela se havia confessado previamente, ou a levassem a fazê-lo se fosse demasiado confiada na sua boa estrela, e o julgasse desnecessário. E a multa também era pesada se a prescrição não fosse cumprida. Arrepiava pensar que para dar uma vida ao mundo se admitia, como muito provável, a morte da parturiente.

Os progressos que a ginecologia e obstetrícia iam alcançando por esse mundo fora (e é justo salientar aqui o notabilíssimo papel do nosso Rodrigo de Castro) não se fizeram sentir grandemente entre nós por esses tempos e até mesmo nos séculos XVII e XVIII. Só nos meados deste último se registam os primeiros benefícios desse saber que de fora vinha. É certo que no

Hospital de Todos-os-Santos havia a enfermaria de Santa Clara onde as mulheres grávidas podiam ser admitidas. Assim pelo menos afirma Diaz de Isla, no livro que escreveu em 1539. Mas esboço da especialidade só agora se desenha. Cria-se enfermagem especializada no sentido da tocologia e aparece uma parteira entre o pessoal da instituição.

Mais tarde, quando o Estado tomou conta do antigo colégio de Santo Antão, onde instalou o Hospital de S. José criou a primeira maternidade para grávidas e puerperas, denominada de Santa Bárbara.

A instalação primitiva era mais que precária; tinha 42 camas em 1843. O seu pessoal compunha-se duma enfermeira, três ajudantes, duas parteiras e uma extraordinária. Mais tarde esta clínica, passou para onde está actualmente.

Entretanto os justos anseios de legisladores e médicos iam tornando possível uma assistência material mais profícua. A reforma da Universidade de Coimbra de 1772 criou a cadeira de obstetrícia e a Junta do Proto-Medicato começava a dar certa ordem à assistência pública procurando livrar a população do curandeirismo. Por isso exigia, em 23 de Julho de 1782, que médicos, cirurgiões, boticários, sangradores, algebristas, oculistas, dentistas e parteiras lhe apresentassem os seus respectivos diplomas no prazo de 20 dias. Foi ainda esta Junta que informou favoravelmente o pedido feito à Rainha pelo cirurgião António Martins Vidigal para que se criasse um curso de obstetrícia para cirurgiões e parteiras no Hospital Real, pedido que não mereceu o necessário deferimento.

Pina Manique, a quem o país muito ficou devendo em vários ramos da administração pública, determinou que algumas mulheres internadas no Recolhimento de Santa Isabel, frequentassem o curso de parteiras. Assim se formaram as primeiras devidamente instruídas que houve entre nós.

O ensino desta especialidade foi entregue a José António do Couto e cirurgiões e parteiras podiam frequentá-lo. Era professado na Casa Pia de Lisboa.

Este médico, que aprendeu em Edimburgo, comunicava na *Gazeta de Lisboa* de 20 de Junho de 1797 que «toda a mulher pobre, que não tiver meio para a parteira, lhe poderá dar a saber para lhe enviar parteira e havendo parto laborioso ou contra-natura não só mandava em socorro um dos seus discípulos mais hábeis mas ele mesmo acudiria sendo preciso».

A obstetrícia ia adquirindo foros de utilidade e as altas esferas governativas começavam a perceber-lhe os benefícios. Tanto assim que, em 1802, João Baptista da Cruz «virtuoso e hábil parteiro», como lhe chamou Melo Franco, foi nomeado para o corpo clínico da Real Câmara, em virtude da especialidade a que se dedicava.

50

As Misericórdias e as Câmaras tiveram diante de si problema grave, sem que fosse tomada a devida solução, durante muito tempo. Refiro-me à questão dos expostos, aos problemas que levantou a instituição da Roda. Os seus inconvenientes manifestaram particular acuidade nos anos de 1860 a 1869. Só em 1863 tinham sido expostos 16.294 crianças em Portugal e Ilhas, isto é, havia um exposto para cada oito nascimentos; por outro lado a mortalidade destes infelizes atingiu a taxa horrível de 21,5 %. As estatísticas referem 4.200 óbitos de abandonados num só ano. Além deste aspecto moral da questão havia outro também preocupante. Era o financeiro.

A Santa Casa de Lisboa chegou a situação grave por tal motivo. O seu *déficit* subia assustadoramente não chegando, de modo algum, o subsídio que esta Câmara lhe dava para cuidar desta faceta da assistência cidadina.

Só em 1 de Dezembro de 1870 terminou a instituição que foi a ante-câmara da morte de tanto recém-nascido. Deste modo a Misericórdia voltou a ter finanças equilibradas e terminou com prática vergonhosa que, como dizia Tomás de Carvalho, num artigo célebre pela verdade que encerra e pela veemência do protesto, era «contínuo incentivo contra a desmoralização, um perpétuo alimento nos desvarios das paixões, uma provocação ao vício, à ociosidade, ao esquecimento e desprezo das leis divinas e humanas».

Graças a tal medida a Santa Casa pôde passar a conceder subsídios de nove mil réis às mães que tinham enviado os filhos à Roda e a estabelecer de ali em diante pequenas pensões a puérperas. E assim se deu outro passo no sentido de proteger a maternidade.



Apesar de todos os progressos citados a assistência à mãe era insuficiente. Melo Franco assim o diz, em 1818, quando escreveu «não posso deixar de lamentar, que na minha Pátria não haja um Estabelecimento Público onde se formem Parteiros e Parteiras que sirvam de auxilio não de ruína às desgraçadas que os hão mister... Digno he portanto este objecto de mais séria atenção do nosso Augusto Soberano que por esta falta todos os dias se empobrece de vassallos».

A criação das Régias Escolas de Cirurgia, em 22 de Junho de 1825, no Porto e em Lisboa e a Lei de 29 de Dezembro de 1836, reformando-as e instituindo as Escolas Médico-Cirúrgicas tiveram como resultado nítido aperfeiçoamento do ensino de obstetrícia, quer do ministrado a médicos quer a parteiras, que se tornou obrigatório para exercer estas profissões.

A velha Maternidade de Santa Bárbara continuava a ser instituição que, em Lisboa, ia protegendo, dalgum modo, a mulher grávida. Nem as suas instalações nem o diminuto número de camas lhe permitiam exercer aquele papel que era mister. Só vários anos depois a sua lotação passou para 55, isto é, durante século e meio a assistência hospitalar à mãe, em Lisboa, foi bem apoucada. A situação começava a tornar-se intolerável.

Em 1904 José Luciano de Castro inscreveu uma verba no orçamento geral do Estado para criar «uma instituição regular de serviços maternos». Fora o Prof. Moreira Júnior o autor da proposta, que aquele, inteligentemente, subscrevera. Ao facto não havia sido estranho Alfredo da Costa que desde 1899 insistia, por todos os meios, na necessidade de se olhar com atenção para esta faceta da assistência pública.

A campanha iniciada por este professor durou anos. Morreu sem ver realizada a obra pela qual tanto batalhou mas o seu papel não foi inútil. E tanto assim que logo a seguir ao seu falecimento uma Comissão iniciou o estudo do problema e planeou construir uma Maternidade nos terrenos compreendidos entre o Hospital de Rilhafoles e o de Santa Marta mas nada de positivo conseguira.

Proclamado o regime republicano, o governo provisório, em 1 de Agosto de 1914, nomeou uma Comissão composta pelos Profs. A. Monjardino, Sacadura e architecto Ventura Terra, com o fim de estudar o projecto e dirigir a construção duma grande Maternidade. O local escolhido

permitiu que o plano desse edificio fosse talhado com grandeza de vista digna de registo. As obras começaram com grande entusiasmo mas dificuldades de dinheiro fizeram com que se arrastassem anos e anos. Augusto Monjardino nunca perdeu a fé em vê-la construída mas a anarquia financeira em que o país se debateu, impossibilitava os governos de a dotar com verbas generosas.

Um dia, Rovisco Pais procurou este professor e num gesto magnânimo, entregou-lhe 1.500 contos para que a construção a que este metera ombros fosse até final. A oferta foi feita sob o maior sigilo. Mas se não fosse o Prof. Oliveira Salazar talvez ainda hoje Lisboa não possuísse esse magnífico edificio, pois a dádiva generosa daquele não chegara para o concluir. Monjardino solicitou a este notável homem de estado 1.000 contos para levar a bom termo a empresa que tanto acarinhava. O nosso presidente de Conselho foi mais longe e a dotação de 1.400 contos fizera com que em 3 de Dezembro de 1932 fosse inaugurada esta casa.

Entretanto o velho Hospital de S. Lázaro havia sofrido beneficiações importantes e a de Magalhães Coutinho criada em 1938, era transferida para ali. A sua lotação oscila entre 120 e 130 camas, para grávidas e puérperas.

A velha Maternidade de Santa Bárbara, que tenho a honra de dirigir, remoçou, graças às possibilidades que lhe deram os enfermeiros-mores Alves Roçadas e Emílio Faro. Tendo defeitos anatómicos graves presta serviços apreciáveis, e, como confirmação, basta dizer que a taxa de mortalidade é bem diminuta (0,18 % em 1950).



Tenho que terminar. O pedido que o Sr. Presidente da Câmara se dignou fazer-me, é conciso. Atribuindo-me conhecimentos sobre arqueologia olisiponense, que não possuo, deu-se-me, deste modo, indicação de que a palestra devia ter por tema aspectos de Lisboa nos tempos que já lá vão.

Permita V. Ex.^a que, faltando ao compromisso que tomei, fale num passado muito próximo mas cheio de interesse para a história da nossa cidade.

Disse já que Lisboa viveu século e meio dispondo somente de cinquenta camas para grávidas e puérperas.

Graças à actual situação política este número foi largamente ultrapassado. Há hoje 230 camas para obstetrícia na Maternidade de Alfredo da Costa, 130 na de Magalhães Coutinho, 65 na de Santa Bárbara e 50 no Abrigo Maternal, isto é, Lisboa possui hoje 495 camas para este género de assistência.

A este número há que juntar, em breve, as que são pertença do Hospital-Faculdade e as dum serviço de obstetrícia que os Hospitais Civis têm em organização, para o qual a Câmara de Lisboa já contribuiu com mil contos, havendo a certeza de que não ficará por aqui a sua actuação neste sentido. Deste modo o número citado sofrerá aumento substancial de cerca de 240 camas.

Depois há ainda uma outra possibilidade de internamento de grávidas e puérperas em outros estabelecimentos do Estado (Hospital Colonial, por exemplo) e a assistência particular não tem ficado indiferente a este movimento. As maternidades de Bensaúde e da Companhia dos Tabacos e o Centro de Assistência Maternal e Infantil também dão a sua contribuição neste sentido. As de Monjardino e de Cabral Sacadura são clínicas particulares e por isso não merecem relato especial.

Sem preocupações estatísticas, que o momento não permite, merece no entanto a pena citar mais alguns números para realçar o papel assistencial que o Estado tem desenvolvido neste sentido.

Só na Maternidade de Alfredo da Costa, e no último ano, houve 3.415 partos, 1.237 na de Magalhães Coutinho e 1.167 na de Santa Bárbara. Por outro lado, o número de mulheres que recorreram às respectivas consultas externas destes estabelecimentos é importante. Informações oficiais dizem que 36.762 passaram na do primeiro, 1.689 na do segundo e 1.162 na do terceiro. A assistência domiciliária ao parto prestada pela Federação das Caixas de Previdência, C. T. T., e ainda outras entidades é também digna de nota. Só aquela, e no ano de 1951, registou 511 partos.

É muito o que se conseguiu, mas o problema tem aspectos que não foram encarados com a precisão necessária. Assim Lisboa possui uma única Maternidade-refúgio e só quem vive a vida duma consulta externa de obstetrícia sabe o drama constante que se apresenta diante dos seus olhos ao ter que recusar a entrada a grávidas que, não têm onde se albergar e arrastam vida errante e de miséria no último estadió do período grávido, precisamente quando a sua saúde e a do seu filho exigiam maiores cuidados.

Não há também na capital uma maternidade-secreta, pois não se pode dar esse nome à diminuta secção que existe na de Bensaúde, criada ali com este justo intuito e é inútil insistir sobre a necessidade da sua existência.

A falta de enfermeiras puericultoras, auxiliares de puericultura e de visitadoras sociais é notória. O papel da puericultura antenatal é uma das grandes conquistas da obstetrícia nos últimos anos e o que infelizmente, acontece ainda entre nós é ser diminuto o número de grávidas que frequenta as consultas da especialidade em relação com o daquelas que nunca por aqui passam ou que só veem quando a patologia enegrece o quadro clínico, se é que não lhe empresta já cores de tragédia. Outras mulheres saem, com o filho nos braços, e nunca voltam para saber se não ficou qualquer sequela devida à parturição. Muito mais tarde acabam por procurar serviço de cirurgia, onde uma mutilação é a saída possível do caso clínico que apresentam. E isto dá-se porque uma enfermeira visitadora não acompanhou o puerpério quando a ginecologia conservadora toma, cada vez mais, foros dignos de relevo.

Passo, em silêncio, o trágico fim que espera os recém-nascidos; é conhecida a alta taxa de mortalidade infantil registada pela estatística nosológica portuguesa, taxa que poderia ser modificada benéficamente do mesmo modo.

A tentativa feliz de fornecimento de leite de mulher às bocas ávidas de lactantes, a quem a mãe não pode alimentar, por qualquer motivo patológico, foi iniciada pelo Instituto Maternal mas o número de casos é bem diminuto ainda. E também este senão podia desaparecer se os tocólogos portugueses pudessem dispor do auxílio indispensável destas suas preciosas auxiliares.

Resumindo: Foi iniciada, nos últimos anos da vida lisboeta e do país, uma obra de assistência às mães digna dos maiores elogios, obra que honra quem a realizou. Ficamos devendo-a ao presidente Salazar e seus colaboradores.

O quadro trágico que Alfredo da Costa descreveu, há menos de cinquenta anos, num relatório escrito em hora de desânimo, não o concebe aquele que hoje inicia a sua vida de médico. E para que a asserção fique devidamente documentada transcrevo algumas linhas, menos

brutais, nele insertas. «O espaço exíguo. . .mal permite. . . os mais rudimentares serviços duma clínica regular. . . sifilíticas, erysipeladas, ulcerosas, eclampticas e maníacas, tudo se mistura. . . numa sala única, em contacto perigoso e anticirúrgico».

Esses tempos passaram e os que têm o encargo de prestar assistência às mães da nossa terra esperam, confiados, em novos aperfeiçoamentos. Não podem esquecer os que acabo de referir e de louvar os que os levaram a termo.

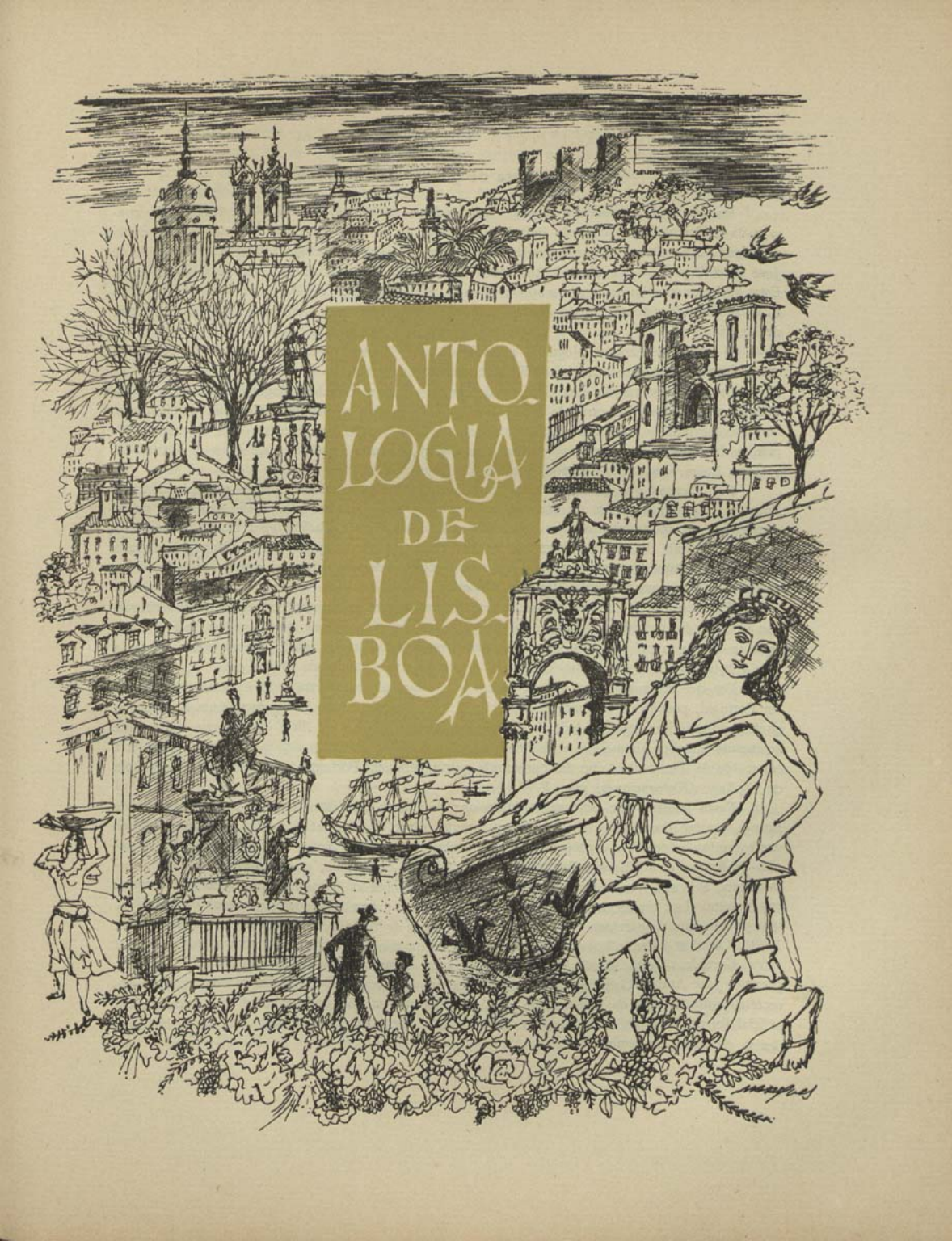
Em seguida, o Chefe do Estado, procedeu à entrega da Medalha de Ouro da Cidade à Sociedade do Jardim Zoológico e do prémio Municipal de Arquitectura ao architecto Francisco Keil do Amaral, bem como medalhas de ouro de assiduidade e bons serviços aos funcionários municipais José de Oliveira Júnior, Joaquim Rodrigues, Baptista dos Santos, Joaquim Mendes, José Ferreira de Carvalho e Raul Mariano de Carvalho.

Depois do Sr. Presidente do Município ler a lista dos premiados nos concursos da Exposição Nacional de Floricultura e da Imagem da Flor, a sessão foi encerrada no meio de palmas.

Logo que o Chefe do Estado abandonou os Paços do Concelho o Sr. Vice-Presidente da Câmara procedeu à entrega, na sala das reuniões privadas, de taças e outros prémios aos concorrentes da IX Exposição Nacional de Floricultura e da Exposição Imagem da Flor.

Os Paços do Concelho que se encontram embelezados com inúmeras flores de viveiros Municipais apresentavam o aspecto próprio dos dias festivos.





ANTO
LOGIA
DE
LIS
BOA

SCIENCIA E ESPIONAGEM

(Na vespera da guerra das laranjas)

Ha no livro de Sánchez Moguel, *Reparaciones históricas, Madrid, 1894*, obra toda consagrada a Portugal, um capitulo intitulado *Historia de un libro*, em que este auctor nos conta as origens e as circunstancias de redacção da obra *Estado de Portugal en el año de 1800*, de José Cornide y Saavedra, Madrid, 1893-1897, 3 volumes, XVI+340 pags., 464 pags. e 393 pags. Estes volumes constituem outros tantos tomos, os 26.º, 27.º e 28.º, do *Memorial Historico Español, Colección de documentos, opúsculos y antigüedades*, editado pela Academia Real de Historia, de Madrid.

O estudo de Sánchez Moguel é o prefacio da obra, cuja publicação, um seculo depois da sua redacção, o mesmo academico diligentemente promoveu.

Ora essa historia do livro de Cornide é muito omissa; Sánchez Moguel, então todo empenhado numa politica litteraria de cordealidade e intercambio peninsular, não quiz divulgar que D. José Cornide y Saavedra, academico de numero e archeologo illustre, era um espião da politica francophila e da ambição pessoal de Godoy, o famoso primeiro ministro de Carlos IV e Maria Luiza, que tanto occupou o pincel de Goya.

Não é crível que Sánchez Moguel ignorasse o dúplice papel de Cornide na sua viagem a Portugal, porque os papeis da sua espionagem guardam-se na bibliotheca da Academia juntamente com os apontamentos, que serviram de base ao *Estudo de Portugal* e com o texto da propria redacção definitiva, offerecida a D. Pedro Ceballos e pelo mesmo Moguel estudada e publicada. Entendeu que não era opportuno recordar um caso, que a susceptibilidade nacionalista dos portugueses poderia temer se repetisse.

Examinando os mesmos papeis, que Sánchez Moguel manuseára, promptamente verifiquei que Cornide foi o agente preparador, no aspecto militar, da *Guerra das Laranjas*, que é como aqui se chama a ephemera e, por nós, desastrosa campanha de 1801, ridiculamente chefiada pelo Duque de Lafões octogenario, a qual nos importou a perda de Olivença.

Por que chamou assim o bom humor hespanhol a essa guerra, não é geralmente sabido em Portugal, porque de ordinário a erudição de cada paiz limita-se á sua documentação propria, quebrando a intima solidariedade da historia peninsular, o que fez dizer muito apropiadamente ao mesmo Sánchez Moguel: «La historia que enseñamos ó escribimos acá y allá no es la historia entera de le Peninsula, sino la puramente portuguesa en Portugal, y la solamente española en Espña». (*Reparaciones, pag. VIII.*)

Nesta guerra, que Portugal e Hespanha se faziam por incumbencia de Inglaterra e de França, «como duas bestas de carga» no incisivo dizer do Duque de Lafões, foi generalissimo dos exercitos hespanhoes o proprio Godoy. Ao chegar com suas tropas a uns pomares das cercanias de Evora, os soldados colheram umas braçadas de laranjeiras, que ofereceram ao seu generalissimo. Por sua vez, Godoy remeteu-as á Rainha com o primeiro comunicado da guerra, explicando: «Las tropas que atacaron al oír mi voz, me han regalado dos ramos de naranjas, que yo presento á la reina». (v. Ballesteros, *Historia de España*, vol. V, pag. 294, Barcelona, 1928). Como se sabe, não eram puras de suspeita as relações do favorito com a rainha.

Cornide, — que se não deve confundir com o naturalista quasi homonymo e contemporaneo José Andrés Cornide y Saavedra — era um espião, que foi a Portugal com uma missão secreta muito diversa da oficialmente publicada. O que se não pode saber é se a incumbencia official foi um disfarce da espionagem ou se esta se lhe commetteu depois, em inteira independencia do cargo academico.

A missão publica era examinar na Torre do Tombo, de Lisboa, um codice das *Siete Partidas*, de Afonso X, de Castela, o Sabio, para preparar uma edição das obras deste soberano, projecto de que a Academia Real de Historia se occupava desde Outubro de 1794, depois que fôra consultada por Godoy, já então Duque de Alcudia e no apogeu do seu valimento, sobre a viabilidade desse alvitre, apresentado ao Rei pelo academico honoraria D. Francisco Cerdá y Rico:

Este D. Francisco Cerdá (1739-1800), socio da Academia Real de Historia, official de Secretaria das Indias e Bibliothecario, foi um benemerito colleccionador e editor de livros raros da historia e da litteratura espanhola, pelo que a critica moderna o considera aqui como immediato precursor de Bartolomé José Gallardo e preparador da grande renovação da erudição litteraria de Hespanha, que em Menendez y Pelayo teve o seu acúmen. Sobre elle acaba de publicar uma excelente monographia o meu muito admirado amigo e collega, Prof. A. González-Palencia: *Don Francisco Cerdá y Rico — Su vida y sus obras*, Madrid, 1928, 183 pags., edição de 80 exemplares. Entre os serviços de Cerdá y Rico, alli apontados pelo seu biographo, deverá incluir-se a edição academica de Affonso o Sabio.

Quatro annos esteve a Acedemia hesitante em conferencias e palestras sobre este thema, cuidando antes em fazer Godoy seu socio honorario do que em meter hombros á empresa. Em 1798, depois de trocar correspondencia com o governo de Lisboa, que prometteu todas as facilidades, designou D. José Cornide para ir a Lisboa, fazer copia daquelle codice.

Era D. José Cornide homem já de sessenta e quatro annos, mas isso não o impediu de logo se prontificar para a fatigante excursão, propondo ainda que á sua tarefa fosse associada outra, ainda mais exigente de esforço, a duma viagem «litteraria» por todo o reino de Portugal para completar a que em 1752-1754 fizera pela Hespanha o Marquez de Valdeflores por incumbencia do Ministro, Marquez de la Ensenada, — com o que se poderia finalmente organizar um bom mappa geographico e demographico de toda a peninsula.

Sobre a biographia de Cornide nada pude apurar na bibliotheca da Academia, senão que em sessão de 7 de Junho de 1868 o academico D. Carlos Ramon Fort lêra o seu elogio historico; mas esse elogio historico, não se publicou, pelo menos não o consegui achar. A bibliographia historica de Sánchez Alonso apenas o cita como auctor duma memoria sobre as antiguidades da Celtiberia na epocha romana.

Em outubro de 1798, partiu Cornide, cuja missão fôra antes approvada officialmente e bem dotada com 5000 reaes por mês. Não ia só; era verdadeiro chefe duma expedição scientifica, constituida pelo mexicano, D. Manuel Carrillo Albornoz, official de secretaria, Melchor del Prado y Maryño, membro da Academia de S. Fernando de Bellas Artes e professor de Architectura em Santiago, e o Dr. Narciso de Heredia, jovem professor da Universidade de Granada. Em appendice ao 3.º vol. do *Estado de Portugal*, Sánchez Moguel publicou o expediente da organisação da comissão.

Uma vez em Lisboa, Cornide logo apurou que não havia na Torre do Tombo o tal codice das *Siete Partidas*, que em sessão o academico De Manuel affirmava ter sido tomado a D. João I de Castella na batalha de Aljubarrota; só existia uma traducção portuguesa da Partida 3.ª e noticia doutra traducção da Partida 2.ª, guardada no archivo da Real Abbadia de Alcobaça. Isto não tinha a menor importancia para o escôpo em vista, edição das *Partidas* no seu original castelhano, e tanto assim era que na edição, que a Academia effectivamente publicou em 1807, não se faz a menor allusão a esses incompletos manuscritos portugueses.

Não tendo que fazer copia, bastando-lhe só o rapido exame desses dois fragmentos, Cornide todo se pôde applicar á sua viagem, demorando-se em Portugal até 3 de Março de 1801, com o seu estado maior; sahiu já em consequencia da declaração de guerra pela Hespanha,

communicada officialmente em 28 de Fevereiro de 1801. Essa guerra fôra preparada, na sua execução militar, por elle, mas tal papel aleivoso não o impediu de continuar a mais natural e bonhomica correspondencia com D. Frei Manuel do Cenaculo Villas Boas, Bispo de Beja, a quem deveu muitos esclarecimentos historicos e litterarios, prestados de boa fé.

As cartas de Cornide para Cenaculo, em numero de dezasete, guardam-se em Evora, entre a abundante correspondencia do cultissimo bispo, e foram publicadas no final do *Estado de Portugal en el año de 1800*. Começou ella em Madrid, com a carta de 24 de Julho de 1798, em que Cornide communica a Cenaculo a missão para que foi nomeado — a missão publica, entenda-se — e lhe pede que o informe sobre se passará o resto do anno em Evora ou se fará alguma viagem a Lisboa, porque o mesmo Cornide quer saudar o seu benemerito confrade e recolher de sua boca «intrucciones y noticias que deben serme muy interesantes para el feliz desempeño de un cargo en que se interesa la gloria literaria de dos naciones a quienes unen vínculo tan estrechos». (III, pag. 253).

De Lisboa, já hospede duma pousada da Rua da Cruz, proximo do Convento de Jesus, de Alcacer do Sal, outra vez de Lisboa, de Elvas e já de novo de Madrid, a correspondencia manteve-se affectuosa, num tom de prestante camaradagem intellectual, com permuta de livros, desenhos e noticias, em que collaboravam os companheiros de Cornide. Como elle dizia, ao deixar Portugal por motivo da guerra, o Caia não é o Lethes; ainda de Hespanha continuou a sollicitar e a obter auxilios de boa fé do prelado. Já então estava assignada a paz e perdida uma fracção do territorio português, palmilhado por Cornide.

Infelizmente as cartas de Cenaculo não se encontram entre os papeis de Cornide, nem em qualquer maço da Bibliotheca da Academia Real de Historia, dos mencionados nos seus excellentes catalogos de manuscritos.

Não foi Cenaculo o unico correspondente conhecido de Cornide, durante a sua estada em Portugal.

A um amigo de Aranjuez, D. José López de la Torre Ayllón y Gallo, dirigiu o archeologo-espião cartas numerosas e do maior interesse, porque contém uma descripção flagrante da Lisboa do fim do seculo XVIII, dos seus monumentos e da sua vida social e intima. Bem merece esse epistolario a publicação annotada como precioso documento dos bastidores da vida olisiponense, observada com a maior penetração que a de outros viajantes coetaneos.

Era um homem discreto este Cornide. Na sua correspondencia não só não passa qualquer longiquo reflexo da sua missão secreta, mas até se ostenta uma grande serenidade, sem malevolencia despectiva para o paiz, que espiava.

Se se tivesse limitado á elaboração do *Estado de Portugal en el año de 1800*, Cornide teria já prestado um excelente serviço á geographia da peninsula, pela integra descripção do territorio português, então mal conhecido nos movimentos da sua população, nas modificações e progressos das sua culturas, na rede dos seus caminhos, no inventario dos seus restos archeologicos, pois por esse tempo ainda se utilisavam, para o estudo do solo português, trabalhos já antiquados, como os de Pedro Teixeira, geographo de Filipe II, e João Baptista de Castro.

O *Estado de Portugal en el año de 1800*, é um documento da maior importancia para a historia da physionomia demographica do paiz, no fim do seculo XVIII, antes das profundas convulsões das invasões francesas e do liberalismo; merecia mesmo uma traducção para português. Está, porém, associado a uma obra de espionagem, que só lembro para que á personalidade de Cornide se faça justiça plena, não nos ficarmos só na gratidão pelo serviço prestado, e principalmente por curiosidade erudita.

Seria visivelmente inoportuno verberar procedimentos de ha mais de um seculo e quarto, e estimular algum resentimento. Quem tem de arcar com as culpas é Godoy, a quem a historia já attribue duplicidades maiores. Outra, novamente revelada, não augmenta os seus capitulos de culpa, como no caso de *L'Homme qui assassina*, de Claude Farrère.

Sánchez Moguel estranha que o mesmo Godoy, nas suas *Memorias*, nada diga das distincções, com o que o honrou a Academia Real de Historia, nem da sua intervenção na reimpresão das *Partidas* de Affonso o Sabio, quando é tão minucioso ao enumerar as suas iniciativas a bem da cultura. Talvez esse silencio se explique pelo conceito essencialmente politico, que aos seus olhos tomavam as relações com a Academia, pelo menos nesse episodio da reedição das *Partidas* e da viagem de Cornide a Portugal. E não há gente mais preocupada de discreção do que indiscretamente se propõe confessar-se nas memorias... Procurei alguma referencia antes nos dois capitulos sobre a guerra com Portugal e nada achei sobre a cooperação preparadora desse seu agente politico-litterario. O que, sim, merece ser lembrado é o sophisma justificativo dessa guerra, que está sempre no espirito de Cornide — a necessidade de contentar a França, libertando Portugal, da influencia inglesa: «Depuis longtemps je voyais que le Portugal finirait par nous comprometre, et je ne cessais de dire à Charles IV. La France et l'Angleterre se disputaient l'empire du monde; le contre-coup de la lutte se fit sentir dans toute l'Europe. L'Espagne n'avait qu'un seul moyen de sauver son indépendence; il fallait taire les vaines considérations de famille, soumettre d'une manière ou d'autre le Portugal à notre système politique, fermer ses ports à ennemi commun et ôter à la France jusqu'au moindre prétexte de venir guerroyer chez nous;» (V. trad. fr. das *Memorias*, por J. G. d'Esménard, Paris, 1836, 3.º Vol.).

A côrte de Lisboa, em parte por confiar no parentesco das familias reinantes, em parte por inhabilidade politica, estava inteiramente desprevenida da duplicidade de Godoy, ainda que não fosse difficil de prever um choque na peninsula entre a politica inglesa, que Portugal tinha de seguir, e a politica napoleonica, a que se submittêra a Hespanha do modo mais humilhante. Em nome de D. Maria I, já louca, o principe Regente agraciára poucos annos antes o valido de Maria Luiza com o titulo de Conde de Évora Monte, «con dispensa de la ley mental». Os termos da real cedula de 3 de outubro de 1793 são, segundo a tradução hespanhola, unico texto que pude ver, duma ingenuidade tocante: «Teniendo muy segura confianza en los verdaderos sentimientos de D. Manuel, hereditarios en esta familia, de que los ha ejercitado lealmente en beneficio de mi Reyno, conformandome con los Augustos y Cordiales de S. S. M. M. C. C., esperando que asi los continúe...» (*Varios de Historia*, tomo 9.º fol. 381, Bibliotheca da Academia Real de Historia).

Entretanto, o velho Cornide, com seus asseclas, percorria o paiz, em toda a sua parte acolhido com as mais francas facilidades, visitava as fortalezas, informava-se detidamente dos nossos recursos militares, de gente, de armamento, de provisões e de forragens, e compunha com toda a presteza e segurança, entre duas cordeaes cartas litterarias a Cenaculo e dois bilhetes familiares a Ayllón y Gallo, os seguintes relatorios:

Introducción á la memoria sobre el modo de hacer la guerra á Portugal, y á la descripción de las Plazas de este Reyno;

Observaciones sobre el modo de hacer la guerra contra el Reyno de Portugal;

Carta al Duque de Frias, Embajador de España en Lisboa, sobre la forma y modo de invadir Portugal.

Estes papeis guardam-se, com muitos outros de pura erudição archeologica, entre os abundantes manuscritos de Cornide, na Bibliotheca da Academia Real de Historia.

Tinha razão Cornide quando affirmava que «el reyno de Portugal se halla poco menos conocido de los españoles que los del Japón ó del Thibet». Effectivamente, para invadir e dominar de modo fulminante um paiz é necessário conhecê-lo com mais certeza que os reinos orientais. E muito melhor pôde conhecer a Portugal o aparentemente pacifico antiquario.

Tomando para guia um livro de Du Maurier, official francês, que no exercito espanhol militára durante a campanha de 1762, em Portugal, Cornide computa as nossas forças militares em 100.000 homens, «de cuyo valor y disciplina hay pouco que temer», commenta com desdem, que os factos não contradisséram. Calcula o numero de navios e canhões, e de homens para os guarnecer, concluindo a situação inversa dos dois paizes: Portugal tinha homens, mas possuia poucos navios; Hespanha tinha navios, mas não podia guarnecê-los. Só Lisboa dispunha de 22.000 aprestados para o serviço naval; o resto do paiz levantava 12.000 e o Brasil enviava 8.000.

A guerra estava resolvida; só se estudava, com a missão desse geographo, a maneira de a tornar promptamente victoriosa, evitando os desastres e erros das duas campanhas anteriores, muito lembradas ainda em Hespanha, a da Sucessão e a de 1762.

Os exercitos espanhães deveriam, na opinião do academico, internar-se no reino, sem se ocuparem das fortalezas que ouriçavam a fronteira, nem mesino das do interior, e marchar logo sobre Lisboa e Porto, cidades sem defeza e ricas de valores em grande parte pertencentes aos ingleses. Portugal tinha escassa capacidade offensiva, mesmo com o auxilio dos ingleses. Levantando 50.000 homens, dos quais haviam de sahir as guarnições de cincoenta praças fortes, poucos recursos ficavam para a invasão do territorio hespanhol.

As tropas hespanholas atacariam simultaneamente quatro pontos da fronteira, com outros tantos corpos de milicias, na força de 7.000 a 8.000 homens, com os seguintes quartéis generais: em Badajoz contra Elvas e Olivença, ambos estes corpos com bastante cavallaria; em Castella-a-Velha, tendo por centro Ciudad Rodrigo, contra as praças fronteiriças, Almeida principalmente; e na Galiza nove regimentos contra Chaves e Valença, formando duas divisões concentradas em Monterey e Tuy.

Um corpo mais forte, de 30 a 40.000 homens, entraria na direcção de Abrantes, onde o rio Tejo é já navegavel. Para estudar o leito do rio já não se sentiu idoneo o velho academico e então reclamou um official de engenheiros — disfarçado, entende-se —, recomendado expressamente que se utilisassem os conhecimentos dos contrabandistas da região. De Abrantes o exercito marcharia sobre Santarem, juntando-se antes em Thomar com o exercito da Galliza, o qual já nessa altura devera ter tomado e guarnecido Braga, Porto e Coimbra.

Ao mesmo tempo, um esquadilha de navios menores desceria de Vigo, acompanhando da costa as operações e penetrando no Porto. O forte de S. João da Foz, na barra do Douro, nada valia como elle «via». Outra esquadra maior seguiria para o sul e entraria em Lisboa, enquanto no Alentejo operava o Exercito de Badajoz. Sobretudo, recomendava, não repetir o erro de 1762, entrando por Traz-os-Montes.

Vem depois uma circunstanciada noticia descriptiva das praças fronteiriças de Portugal, principiando pelo sul, e da sua efficiencia militar: Castro-Marim, Alcoutim, Mertola, Serpa, Moura, Mourão, Noudar, Olivença, Ferreira, Juromenha, Elvas, Extremoz, Evora, Arronches, Alegrete, Portalegre, Marvão, Campo Maior, Castello de Vide e Montalvão, numa primeira parte. Sobre Olivença, a praça que se perdeu em resultado dessa mesma campanha, diz apenas o seguinte:

60

«Está situada Olivenza sobre la orilla izquierda del rio Guadiana: es una de las mejores plazas de esta frontera y su castillo aun es de más importancia que la plaza: la guarnición de esta puede incomodar mucho al país inmediato, pués protegeria las correrias de las tropas ligeras en la Extremadura y en la Andalucia, como tambien lo harán las de las anteriores plazas de Moura, Mourão y Serpa».

As campanhas do Alemtejo merecem-lhe algumas reflexões. A entrada pelo Alemtejo é facil, mas o accesso de Lisboa é difficil, recorda Cornide. O exemplo do Duque de Alba, em 1580, não é para adduzir por muitos motivos, sendo o principal a existencia, então, dum grande partido hespanhol no reino que se invadia; são mais para lembrar os desastres de D. Luiz de Haro, em 1658, nas linhas d'Elvas, e de D. João d'Austria, batido em 1651 por Schomberg. Além disso, os portuguezes dispunham ahí de praças muito fortes.

Passa logo á descripção e apreciação militar das praças da Beira, a saber: Rosmaninhal, Segura, Salvaterra da Beira, Penha Garcia, Idanha-a-Velha, Castelo Branco, Monsanto, Penamacor, Alfayates, Sabugal, Almeida, Guarda, Castelo Rodrigo, Miranda, Vinhaes, Bragança, Monforte, Chaves, Montalegre, Castro Laboreiro e Lindoso.

Gostaria de recordar alguns informes curiosos sobre a praça dos Alfayates, por ter sido governada pelo poeta seiscentista Braz Garcia de Mascarenhas e campo das suas proezas, mas Cornide, pouco preocupado do pittoresco da nossa historia litteraria, sómente escreve dessa praça as linhas seguintes:

«Está situada en terreno elevado con muros y trincheras bastante defensables; dentro del recinto tiene un castillo y fuera una atalaya, y por tanto los portuguezes la consideran como una de las principales plazas de la Beira».

Entrando nas provincias de Entre Douro e Minho, enumera e caracteriza militarmente as seguintes praças: Melgaço, Monção, Torre da Lapella, Valença do Minho — que diz ser «da mejor y más bien fortificada que tienen los portuguezes desde Almeida hasta el mar» —, Villa Nova da Cerveira, Caminha e Moura, do Minho.

Os papeis estão redigidos com letras diferentes e todos sem assignaturas: ha pelo menos três caligrafias.

Como na data da carta ao Embaixador, Duque de Frias, escriptas em principios de 1800, Cornide ainda não tivesse percorrido a parte boreal do paiz, aconselhava a invasão pelo Alemtejo, mas as suas observações logo o fizeram mudar de opinião, propondo antes a entrada pela Beira, por Almeida e pela Guarda — como recorda uma nota a essa carta, assignada por um Manuel Sánchez, de Badajoz, que não sei identificar.

O conselho de Cornide não foi ouvido, talvez, porque as suas informações convencessem Godoy da impotencia portuguesa ou este, intellegentemente, reconhecesse que todos esses recursos militares eram neutralizados pela falta de zelo patriotico e de espirito guerreiro. E a campanha fez-se ao modo classico, nas planuras alemtejanas, e fulminantemente, desde a entrega de Olivença, sem combate, á tomada de Castelo de Vide e á assignatura da paz, com perda de território.

Seria ridiculo aplicar apreciação politica e criterio actual a este episodio dos bastidores da *Guerra das Laranjas*, referente a um momento, em que uma politica de sujeição ao estrangeiro e de duplicidades e tibiezas por igual envileceu os dois paizes, — logo rehabilitados, quando tomaram posse de si mesmos, restabelecendo o seu parallelismo politico e, lado a lado, batalhando contra a orgia militar de Napoleão. Como esta foi uma aventura pessoal, embora genial e attractivamente suggestionadora de todo um povo, tambem a guerra de 1801 foi um episodio da politica pessoal de Godoy, mas sem nobreza e sem horizonte.

Hoje, isto é materia de amenas curiosidades eruditas. Cornide é que fica indessolvemente ligado a alguns documentos de maior importancia para o estudo de Portugal, no fim do seculo XVIII, ao aproximar-se a agonia do antigo regimen; uma completa descripção da nossa geographia humana ou social, uma completa descripção da nossa geographia militar e um pitoresco roteiro da Lisboa monumental e social. O *Estado de Portugal en el año* de 1800 merecia bem uma traducção; os papeis secretos da sua espionagem deviam ser publicadas não para alimentar extemporaneos melindres, mas para serem utilizados no nosso ensino da historia militar; e a sua corres-

pondencia sobre themas olisiponenses espero edita-la integralmente. Os relatorios secretos são documentos que têm legitimo lugar na obra do meu insigne amigo Christovam Ayres, entre as *Provas*, que illustram a sua *Historia do Exercito Português*.

Mais fecundo que o resentimento fóra de horas será o reconhecer atravez da ementa do Cornide, a prodigiosa obra de fortificação do sólo português, levada a cabo por D. João IV e seus successores, e recordar que nada valem as fortalezas e todos os recursos militares sem o brio civico. Este é que estava bastante desalentado em 1801.

Tambem a iniciativa bellica de Godoy e suas faceis vantagens não significam grande superioridade moral sobre o senil Duque de Lafões e a frivola côrte de Lisboa. As suas relações com a França desceram depois a miserias, desconhecidas em Portugal. Mas o seu longo exilio de quasi meio seculo em França — na França que o levou a tantos erros e duplicidades e que pagou a vassallagem de M. Manuel, *tout court*, com uns magros milhares de francos — foi expiação sufficientemente amarga.

Godoy foi o estadista idoneo para Carlos IV, que destituiu Floridablanca e desterrou Jovellanos.

Um outro significado deste curioso episodio das relações peninsulares merece ser posto em relevo. Nas vespas da grande guerra e nas vespas della, desenvolveu-se na Europa central uma vasta rede de espionagem, sob as formas mais variadas e tambem mais perfeitas; algumas vezes esse vil trabalho disfarçou-se por detraz de curiosidades e empreendimentos de alta cultura. Pois esse genero de espionagem intellectualisada é um precursor o archeologo Cornide y Saavedra, filho da peninsula, que é constitucionalmente hostile a esses methodos transcendentis da duplidade humana.

Na peninsula não temos o genio da espionagem, que tem sua patria propria, nem a mestria da conspiração, que tambem tem seu clima preferido: nós optamos, simplesmente e ás claras, pela revolta com todas as suas responsabilidades e todos os seus riscos. É o nosso grande defeito e a nossa grande virtude, que nem todos os viajantes de fora, nem muitos criticos de dentro têm sabido comprehender.

Fidelino de Figueiredo.

Critica do Exilio — páginas 155 a 180 — 1930 — Lisboa.





Cancioneiro de Lisboa

A PORTA

Era uma porta — das do Bairro-Alto;
das que não servem nunca *totalmente*
e, enferrujadas, num ranger dolente,
cedem, sem fechos, ao diário assalto
dos homens à Mulher.

Seguindo à porta, uma escadinha estreita
a pique, — muito a pique! —
e de degraus tão sujos,
que às vezes enjoava a malta de marujos
e os bêbedos com cheiro de alambique,
quando a desciam.

A mulher, à espreita,
no corrimão do patamar, de braços,
despedia-se; e, numa voz velada,
recomendava cautela
— que a escada era perigosa! —
(Demais o sabia ela,
que a subira, condenada,
a desfazer-se em soluços!...)
Os degraus, podres, rangiam
sob os passos massacrantes.
Depois, os gonzos gemiam
— e apagavam-se no escuro as pragas dos tunantes...

Um dia, a pobre morreu
— cansada de viver morta. —
E, quando o caixão desceu,
nem a escadita gemeu
nem choramingou a porta!



DR. RODRIGO DE MELO

Finou-se mais um dos valiosos colaboradores da *Revista Municipal*, um poeta, um sentimental, um grande valor entre os escritores contemporâneos.

Gentilíssimo, de uma rara sensibilidade, Rodrigo de Melo, de seu nome completo Rodrigo Vítor Albuquerque de Melo, sobrinho-neto de Tomás Ribeiro que foi poeta e ministro, manteve-se fiel às tradições da família.

Entre as páginas tão apreciadas que aqui publicou destacamos:

«Para as minhas memórias de Lisboa» (N.º 36).

«Poemas de Lisboa — Fado sem tom», «Maio Mensageiros» e «Baile dos Quintalinhos» (N.ºs 40, 41 e 42).

«Camilo nascido em Lisboa nunca foi um lisboeta» (N.º 44).

«Lisboa e as suas peculiaridades em títulos de peças teatrais» (N.º 46).

«Fantasmas literários dos sítios de Lisboa» (N.º 49).

«Peitoril de Lisboa» (Cancioneiro) (N.º 50).

«Lisboa gravada nos discos» (N.º 54).

Colaborador de várias publicações periódicas e das Emissoras, o seu nome era querido e apreciado em todas, e pelo público que o lia e ouvia.

Lutou desesperadamente com a doença que por fim o venceu!

64

Rodrigo de Melo faz-nos falta, a nós pela sua amizade e à *Revista Municipal* pela sua colaboração valiosa e tão interessante sobre aspectos tão variados e curiosos, como os que se contêm nos artigos acima referidos.

Paz à sua alma.



O PAVILHÃO MUNICIPAL NA FEIRA POPULAR

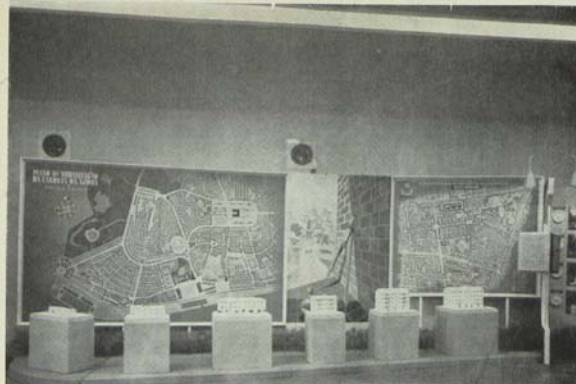


A Câmara Municipal de Lisboa mantém há anos na Feira Popular, em Palhavã, os seus salões de exposições e cinema. Naquele se documenta e divulga a actividade de todos os sectores do Município na obra de valorização e expansão da Cidade em todos os aspectos. E assim o público encontrou no Pavilhão Municipal, a par das realizações urbanísticas, vasta documentação do seu programa cultural patente nas cuidadas edições camarárias, no apetrechamento dos seus Museus e bibliotecas e na valorização do seu património artístico e literário.

No sector do cinema, o êxito desta iniciativa camarária excedeu tudo que seria possível prever-se.

Os serviços de cinematografia já realizaram no salão do cinema da Feira, 970 sessões gratuitas com o total de 341.523 espectadores, prevendo-se para o próximo ano uma maior afluência em virtude do aumento de capacidade que vai receber.

As fotos que se apresentam reproduzem aspectos dos salões de exposições e cinema a que nos referimos.



O problema de habitação para famílias pobres
na Ajuda e em Alvalade



O Parque Florestal de Monsanto
e os seus pontos de interesse



A obra cultural do Município
e a venda de publicações



Sessão de cinema

ACONTECIMENTOS CITADINOS

Cerimonia de entrega
de medalhas ás praças
do Batalhão de Sapadores Bombeiros



Conferência do professor
Joaquim Fontes na sessão solene
realizada em 25 de Outubro
na Câmara Municipal de Lisboa



Exposição comemorativa
do cinquentenário
do «Prémio Valmor»





Um aspecto da inauguração da Exposição comemorativa do nascimento de D. João da Câmara



Conferência sobre o «Prémio Velmor» realizada no Palácio Galveias em 31 de Outubro, pelo Sr. Arquitecto Paulino Montez



Visita dos médicos ao Novo Matadouro Municipal de Lisboa, onde foram recebidos pelo Sr. Presidente de Câmara Municipal



A VOZ DA CIDADE

PROGRAMA DE OUTUBRO

DIA 3

- *Abertura* — Sobre «Lisboa salão da Europa».
- *A hora de Lisboa* — Trata da necessidade de dotar Lisboa de relógios à vista de todos.
- *Notícias da Cidade* — Diversas notícias enviadas pela Secção de Propaganda e Turismo.
- *Realizações municipais* — Sobre diversas obras de Lisboa.
- *Ser ou não ser... bom alfacinha* — Questionário.
- *A alma da Cidade* — Crónica de Manuel Martinho.

DIA 10

- *Edita* — Venha a Lisboa no Outono.
- *Ao serviço da segurança pública* — Propaganda de trânsito.
- *Ser ou não ser mau lisboeta* — Questionário.
- *Os cinquenta anos de uma estátua* — Alusivo à inauguração da estátua de Afonso de Albuquerque.
- *O brasão das Escolas Gerais* — Sobre diversos brasões da Cidade.

DIA 17

- *Edital* — Convite à visita da Cidade.
- *A bem da Cidade* — Diversos aspectos do trabalho em Lisboa.
- *O gato e o pardal* — Sobre os pardais da Avenida e os gatos de Lisboa.
- *Arenas e touradas* — Evocação histórica.

DIA 25

- *Edital* — Saudação a Lisboa.
- *Aquela Lissibona* — Sobre a Tomada de Lisboa aos Mouros.
- *A Cidade em festa* — Sobre a comemoração de 25 de Outubro.
- *As torres da Sé* — Descrição histórica.

DIA 31

- *Edital* — Sobre os cemitérios de Lisboa.
- *Um filho de Lisboa* — Sobre D. João da Câmara.
- *Miradouros de Lisboa* — Sobre os miradouros da Cidade.
- *Poetas da Cidade* — Sobre a organização de uma Antologia dos Poetas de Lisboa.
- *O Terreiro do Paço* — Descrição.

PROGRAMA DE NOVEMBRO

DIA 7

- *Edital* — Sobre os teatros nos bairros de Lisboa.
- *O Terreiro do Paço* — Descrição histórica.
- *Luzes na Cidade* — Sobre iluminação em matéria de trânsito.
- *Coisas do outro mundo* — Sobre o dia de finados.
- *Um recanto bucólico de Lisboa* — Descrição da Ermida de Monserrate, nas Amoreiras.

DIA 14

- *Edital* — Elogio a Lisboa.
- *Grandes realizações municipais* — O edifício do Novo Matadouro.
- *Para as crianças de Lisboa* — Abertura do Museu Barbosa du Bocage.
- *Horas do Diabo* — Sobre acidentes de viação.
- *Adiça de S. Rafael* — Descrição poética.

DIA 21

- *Edital* — Impressões de um estrangeiro sobre Lisboa.
- *O belo «Zoo» da nossa Lisboa...* — Sobre o Parque das Laranjeiras.
- *A Cidade de mármore e granito* — Inauguração do Laboratório de Engenharia Civil.
- *Luz e alegria nos nossos bairros* — Sobre a iluminação eléctrica em algumas ruas da
70 Cidade.
- *Notícias da Cidade* — Notícias remetidas pela Secção de Propaganda e Turismo.
- *O cão e os seus pequenos amigos* — História dum cão e de sua licença.
- *A Catedral da Arte* — Sobre o Museu das Janelas Verdes.

DIA 28

- *Abertura* — Impressões de Lisboa.
- *Reunião municipal* — Assuntos tratados na reunião pública do Município.
- *Um velho amigo e a Cidade nova* — Palavras do escritor francês Charles Oulmont.
- *Vamos à bola* — Reportagem sobre o futebol.
- *Aconteceu em Lisboa* — História do desaparecimento do cão «Farrusco».
- *Bruzas, rabecas e botes...* — Sobre o Aquário Vasco da Gama.
- *Legenda de Lisboa* — Recordando Norberto de Araújo.

PROGRAMA DE DEZEMBRO

DIA 5

- *Edital* — Sobre a homenagem prestada a Ramalho Ortigão.
- *Reunião municipal* — Assuntos tratados na reunião pública.
- *Notícias da Cidade* — Diversas notícias enviadas pela Secção de Propaganda e Turismo.
- *Lisboetas e provincianos* — Reportagem.
- *Para as crianças de Lisboa* — Espectáculos infantis promovidos pela Câmara.
- *O Rossio de Valverde* — Evocação do Rossio.

DIA 12

- *Abertura* — Sobre a decoração das montras comerciais.
- *Fotografias de Lisboa* — Exposição de fotografias na sede do «Grupo Amigos de Lisboa».
- *Isto acontece em Lisboa* — Propaganda de trânsito.
- *Enquanto o autocarro não chega* — Sobre a necessidade de construir abrigos nas paragens.
- *O Alto do Longo* — Descrição do local.

DIA 19

- *Edital* — Propaganda a favor do embelezamento das montras da Cidade.
- *O que Lisboa perde... e acha* — Notícia sobre objectos perdidos e achados na Cidade.
- *Reunião mensal do Município* — Assuntos tratados na reunião pública.
- *Cidade quase linda... e quase feia* — Vários aspectos de Lisboa.

DIA 25

- *Abertura* — Saudação à Capital.
- *Os segredos do Oceano* — Sobre a homenagem prestada a Vasco da Gama no 4.º centenário da Descoberta do Caminho Marítimo para a Índia.
- *Obras e não palavras* — Sobre trabalhos de pavimentação.
- *Flores de Lisboa* — A Jardinados de Lisboa.
- *Prendas a Lisboa* — Palavras de diversas entidades.
- *Lisboa e as suas canções* — Apresentação de algumas canções típicas.

DIA 26

- *Abertura* — Sobre o espectáculo diário dos excursionistas que percorrem a capital.
- *Os jardins de Lisboa* — Relativo ao cuidado que merecem os jardins.
- *Noticiário lisboeta* — Notícias enviadas pela Secção de Propaganda e Turismo.
- *Lisboa, Cidade de mármore* — Elogio a Lisboa.



SECÇÃO JURÍDICA

PROVIDÊNCIAS MUNICIPAIS — Posturas e regulamentos aprovados nas reuniões camarárias, editais, deliberações e despachos de execução permanente.

LEGISLAÇÃO E JURISPRUDÊNCIA—Leis, decretos e portarias de interesse municipal, despachos, circulares e ofícios emanados do Governo e acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo.

BIBLIOGRAFIA

Notas relativas ao período que vai de 1 de Outubro
a 31 de Dezembro de 1952



Providências Municipais

Posturas, editais e regulamentos

1 de Outubro a 31 de Dezembro de 1952

Posturas e regulamentos aprovados nas reuniões camarárias

De 18/12 — (continuada em 29/12) — Regulamento do Orçamento Ordinário para o ano de 1953.

Editais

De 8/10 — Faz saber que o projecto do 3.º Orçamento Suplementar para o ano de 1952 está patente ao público.

De 10/10 — Faz saber que é obrigatória a vacinação anti-rábica dos caninos do Concelho com mais de quatro meses de idade e que tal vacinação poderá ser feita gratuitamente nos Postos de Vacinação da Câmara Municipal de Lisboa.

De 12/11 — Torna público que a partir de 1 de Janeiro de 1953 é obrigatório o uso de recipientes metálicos para lixo, do tipo aprovado, dentro da área da Cidade que delimita.

De 20/12 — Faz público que no dia 2 de Janeiro de 1953 abre o cofre para pagamento das licenças de publicidade e ocupação da via pública.

* Faz público que no dia 2 de Janeiro de 1953 abre o cofre para pagamento das licenças sobre bilhares.

* Faz saber que o projecto de Orçamento Ordinário para o ano de 1953 está patente ao público durante oito dias (artigo 648.º do Código Administrativo).

Deliberações e despachos de execução permanente

1 de Outubro a 31 de Dezembro de 1952

Deliberações da Câmara Municipal de Lisboa

De 16/10 — Aprovando o 3.º Orçamento Suplementar ao Ordinário de 1952.

* Aprovando os projectos e respectivos orçamentos para as empreitadas do 5.º Grupo de Casas de Renda Económica, em Alvalade (Lei n.º 2.007, de 7/5/945, e Decreto-Lei n.º 35.611, de 25/4/946).

* Aprovando o projecto de Construção do Bairro para as classes pobres, da Madre de Deus, e respectivos orçamentos.

* Rectificando os despachos que aprovaram pequenas obras abrangidas no Plano parcial de urbanização relativo ao alargamento da «Linha da Graça».

De 18/12 — (continuada em 29/12) — Alterando algumas taxas municipais e elevando para 200\$00 as multas fixadas em importância inferior nas posturas e regulamentos municipais.

* Aprovando o Orçamento Ordinário para o ano de 1953.

**Despachos do Presidente da Câmara
Municipal de Lisboa**

Diário Municipal n.º 5.240, de 10/10 — Aprova as condições especiais de alienação de um lote de terreno municipal situado na Avenida General Roçadas, destinado a um prédio de tipo médio para habitação; de dois lotes na Avenida Jacinto Nunes, tornejando para a Avenida General Roçadas, destinados a prédios de habitação de tipo médio; e de um lote na Rua Actriz Virginia, tornejando para a Rua Carvalho Araújo, destinado a prédio para habitação de tipo médio.

D. M. n.º 5.267, de 12/11 — Aprova as condições especiais de alienação de oito lotes de terreno municipal situados na Zona Comercial da Célula VIII

do Sítio de Alvalade e destinadas à construção de prédios de rendimento.

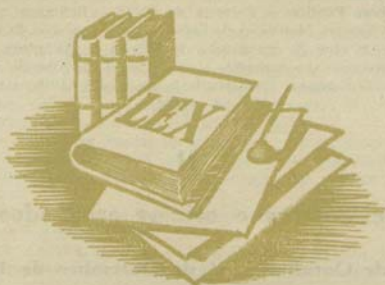
D. M. n.º 5.294, de 16/12 — Constitui a Comissão de Vistorias a veículos de tracção animal, triciclos de carga ou similares e caixas, para 1953.

✱ Constitui a Comissão de Vistorias a utensílios para venda na via pública.

D. M. n.º 5.295, de 17/12 — Aprova as condições especiais de alienação de quatro lotes de terreno municipal situados no Alto de Santo Amaro, destinados a construção de moradias; e de três lotes situados na Rua Epiáfânio Dias (Alvalade), destinados a construção de moradias.

D. M. n.º 5.300, de 23/12 — Altera a redacção das normas para a instalação de recipientes postais, publicadas no *Diário Municipal* n.º 4.620, de 22/9/1950.





Legislação e Jurisprudência

I

Leis, decretos e portarias de interesse municipal

1 de Outubro a 31 de Dezembro de 1952

Do Ministério do Interior — *Portaria de 3/10* — Aprova a alteração do n.º 4.º e seu § único da postura relativa ao funcionamento das juntas de reinspecção de reses em vivo e «post mortem» os quais passam a ter a redacção constante da deliberação tomada pela Câmara Municipal de Lisboa em reunião de 17/6/1952. (*D. G., II Série, n.º 240, de 10/10*).

De 27/10 — *Decreto-Lei n.º 38.968* — Reforça o princípio da obrigatoriedade do ensino primário elementar, reorganiza a assistência escolar, cria os cursos de educação de adultos e promove uma campanha nacional contra o analfabetismo.

* *Decreto n.º 38.969* — Regula a execução do Decreto-Lei n.º 38.968. (*D. G., I Série, n.º 241, Suplemento*).

Despacho do Concelho de Ministros, de 7/11 — Esclarece dúvidas sobre a aplicação do artigo 4.º e §§ 2.º e 6.º do artigo 8.º do Decreto n.º 19.478, de 18/3/1931 (comparência dos funcionários e suas faltas ao serviço). (*D. G., I Série, n.º 252, de 10/11*).

De 3/12 — *Decreto-Lei n.º 39.017* — Prorroga até 31/12/1953 o prazo estabelecido no artigo único do Decreto-Lei n.º 38.494 (utilização de subsídios pelo Commissariado do Desemprego nos Serviços de Estado) — Mantém em vigor o mesmo espaço de tempo o disposto no corpo do artigo 3.º e seus parágrafos do Decreto-Lei n.º 36.606. (*D. G., I Série, n.º 271*).

De 9/12 — *Portaria n.º 14.184* — Autoriza a transferência para a Comissão Venatória Regional do Norte das quantias depositadas nos termos do Decreto n.º 30.835 e de todas as que se destinam ao fundo especial das comissões venatórias de vários concelhos. (*D. G., I Série, n.º 275*).

De 18/12 — *Lei n.º 39.043* — Regula a cobrança de encargo de mais valia a que, nos termos do artigo 17.º da Lei n.º 2.030, de 22/6/1948, ficam sujeitos os prédios rústicos não expropriados que aumentem consideravelmente de valor pela possibilidade da sua aplicação como terrenos e construção urbana. (*D. G., I Série, n.º 283*).

De 29/12 — Lei n.º 2.058 — Promulga as bases para a execução do Plano de Fomento nos anos económicos de 1953 a 1958.

* Lei n.º 2.059 — Autoriza o Governo a arrecadar durante o ano de 1953 as contribuições e impostos e demais rendimentos e recursos do Estado, de harmonia com os princípios e as leis aplicáveis, e a empregar o respectivo produto no pagamento das despesas legalmente inscritas no Orçamento Geral do Estado respeitante ao mesmo ano — Mantém em vigor no citado ano os artigos 13.º, 14.º e 16.º da Lei n.º 2.038 e o artigo 8.º da Lei n.º 2.038 e o artigo 8.º do Decreto n.º 38.586.

* Decreto-Lei n.º 39.060 — Designa as receitas que constituem o Fundo de Socorro Social durante o ano de 1955. (D. G., I Série, n.º 291).

Do Ministério das Obras Públicas — Portaria de 30/12 — Reforçam as comparticipações concedidas, pelo Fundo de Desemprego, à Câmara Municipal de Lisboa para a execução da obra de construção da Avenida Tenente Valadim (1.ª fase) e da obra de canalização da Ribeira de Alcântara e determinam que o escalonamento da concedida para a execução dos trabalhos de construção da Avenida de Ceuta, entre a Rua da Fábrica da Pólvora e a Quinta de Santana, correspondente ao ano de 1953, seja considerada como por conta do orçamento de 1952. (D. G., II Série n.º 306, de 31/12).

II

Despachos, circulares e ofícios emanados do Governo

1 de Outubro a 31 de Dezembro de 1952

2) — Circulares

a) Direcção-Geral de Administração Política e Civil

De 6/10 — N.º J-6/7, L.º 9-A, 2.ª Rep. — Tendo-se suscitado dúvidas sobre se haveria lugar à liquidação do selo referido nas verbas XXVI e XXVII quando se pretendesse licença para queimar simultaneamente fogos de artifício e foguetes, comunico a V. Ex.ª, para conhecimento das câmaras municipais desse distrito, que, por despacho de S. Ex.ª o Subsecretário de Estado do Orçamento, de 17 de Setembro findo, foi esclarecido que na passagem de tais licenças apenas há que liquidar o selo da verba XXVI do artigo 105.º da Tabela Geral do Imposto do Selo.

De 22/10 — N.º R-1/31, L.º 9-3, 2.ª Rep. — Surgiram dúvidas sobre se, após a publicação do Decreto-Lei n.º 38.523, de 23 de Novembro de 1951, seria legalmente admissível que as câmaras municipais transferissem para companhias seguradoras a responsabilidade financeira que poderia exigir-se-lhes pelos acidentes sofridos pelos seus serventuários, quer estes estivessem inscritos, quer não, na Caixa Geral de Aposentações.

O assunto foi estudado pela Direcção-Geral da Contabilidade Pública e por esta Direcção-Geral, tendo-se chegado à seguinte conclusão, que mereceu a concordância de S. Ex.ª o Subsecretário de Estado do Orçamento, por despacho de 9 de Outubro corrente:

a) Quanto ao pessoal não subscritor da Caixa Geral de Aposentações, pode ser realizada a transferência da responsabilidade para companhias seguradoras, não carecendo as Câmaras de obter o prévio acordo de S. Ex.ª o Ministro das Finanças, a que se refere o § único do artigo 33.º do citado diploma, dada a sua qualidade de pessoas colectivas de direito público, com autonomia administrativa e financeira e personalidade jurídica;

b) Quanto ao pessoal subscritor da Caixa Geral de Aposentações, não deverá ser feito o seu seguro, visto que beneficia do regime estabelecido no Decreto-Lei n.º 38.523, de 23 de Novembro de 1951.

Esta doutrina é extensiva aos serviços municipalizados.

De 13/12 — N.º O-1/172, L.º 5 — «Em cumprimento do que foi determinado superiormente, tenho a honra de transcrever o seguinte despacho de S. Ex.ª o Subsecretário de Estado da Educação Nacional, de 22 de Novembro findo:

«Ao abrigo do disposto no artigo 138.º do Decreto n.º 38.969, de 27/10/1952, fixo para vigorarem no presente ano lectivo, em 22 de Dezembro, 31 de Janeiro e 25 de Janeiro, respectivamente, os prazos estabelecidos nos artigos 26.º, n.º 1, 26.º, n.º 2 e 32.º, n.º 1, daquele diploma.»

Rogo pois, a V. Ex.ª se digne dar conhecimento do referido despacho aos funcionários desse Ministério a quem a determinação nele contida possa interessar.

Para melhor esclarecimento do assunto permito-me informar que, de acordo com os prazos agora fixados, incorrerá na pena de multa de 50\$00 a 250\$00 os encarregados de educação que não matricularem, até 22 de Dezembro, os menores sujeitos à obrigação de frequentar o ensino primário (ou seja as crianças

que não possuindo habilitação do exame de 3.^a classe, tenham, em 31 de Dezembro, mais de 7 e menos de 13 anos de idade) ou não obtiveram até à mesma data, dispensa de matrícula. Independentemente da sanção referida, são punidos com a multa de 100\$00 a 500\$00 os encarregados de educação que não efectuem a matrícula até 31 de Janeiro de 1958.

Do mesmo modo, os beneficiários do abono de família devido por menores sujeitos à obrigação de frequentar o ensino primário deverão entregar, até 25 de Janeiro próximo, na entidade ou serviço processador do abono, os certificados de matrícula, ou dispensa de matrícula, ou documento comprovativo de aprovação no exame de ensino primário elementar, conforme os casos. A não entrega, ou entrega fora do prazo, destes documentos, acarretará a perda de abono até ao mês, inclusive, em que dê entrada». (D. M. n.º 5.503, de 29/12).

De 16/12 — N.º H-4/2, L.º 9-A, 2.ª Rep. — No processo da 4.ª visita de inspecção à Câmara Municipal de G.... esta Direcção-Geral manifestou-se no sentido de que as câmaras que não prestassem os serviços referidos no n.º 1.º da Portaria n.º 9.708, de 23 de Dezembro de 1940, não podiam, só porque tinham assegurada a inspecção sanitária das carnes, servir-se dos valores fixados na Portaria n.º 11.466, de 22 de Agosto de 1946, para a cobrança das taxas de utilização dos matadouros.

Revisto o assunto, concluiu-se que tal doutrina não era de manter.

Na verdade, os valores das carnes fixadas na Portaria n.º 11.466 substituíram para todos os efeitos os constantes da Portaria n.º 9.708, não havendo, assim, lugar a qualquer distinção entre eles para se fazer depender a aplicação dos estabelecidos na primeira, da prestação dos serviços referidos no n.º 1.º da Portaria indicada em segundo lugar.

Esta doutrina tem parecer favorável da Inspecção-Geral de Finanças, com o qual concordou S. Ex.ª o Ministro, por despacho de 12 de Novembro findo.

De 18/12 — N.º Z-1/88, L.º 9-A, 2.ª Rep. — Pela Direcção-Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas foi submetida à consideração deste Ministério a informação que a seguir se transcreve:

«São frequentes os casos chegados ao conhecimento desta Direcção-Geral, em que os corpos administrativos e autarquias locais alienaram ou pretendem alienar terrenos baldios compreendidos em perímetros submetidos ao regime florestal em execução da Lei n.º 1.971, de 15 de Junho de 1938, exemplos havendo em que semelhante transacção se verifica após a publicação dos decretos pelos quais necessariamente se fazem transitar para estes Serviços os Actos de administração incidentes sobre tais terrenos de logradouro público.

Casos existem mesmo em que a venda dos baldios se leva a efeito sem que sequer os serviços locais respectivos disso tenham tido o menor conhecimento, atitude que por certo não é premeditada ou acintosa mas que conviria suprimir-se por se entender que é destituída de legalidade, desprestigiante para as autoridades florestais e prejudicial à economia das populações serranas menos abastadas que daquele modo vêm cercadas as áreas de expansão do logradouro público.

É certo que, por vezes, o desejo na alienação dos baldios formulados pelas autoridades administrativas fundamenta-se na necessidade de serem angariados fundos para a realização de melhoramentos públicos como a electrificação, construção de escolas, abertura de caminhos, aproveitamento e canalização de águas, etc., mas não é menos certo que em grande número de casos a venda desses terrenos é levada a efeito sem que se vislumbre a sua objectividade.

De qualquer modo porém — e isso desejaria esta Direcção-Geral que fosse convenientemente ponderado — julga-se de elementar necessidade que as entidades interessadas exponham em devido tempo o desejo de venda dos baldios submetidos ao regime florestal, fundamentando sempre o fim que haja em vista para que a pretensão possa ser cuidadosamente estudada por estes Serviços.

É contudo de salientar a circunstância duma tal conversão de propriedade comum em domínio privado acarretar dum modo geral certo desequilíbrio na ordenação dos planos estabelecidos para cada perímetro em que a mesma incida.

Na verdade, se por um lado é preocupação dominante dos Serviços Florestais planear uma arborização que não afecte a vida económica das populações rurais e excluir duma arborização imediata aqueles baldios que pela sua localização especial se consideram indispensáveis para a manutenção do equilíbrio agro-pecuário local, não se julga conveniente que a prática de venda de baldios se generalize porque então ver-se-á diminuir fortemente a superfície a arborizar, atingir-se-ão de maneira nefasta os interesses dos povos em logradouro e serão entregues possivelmente à cultura agrícola terrenos de montanha que em poucos anos virão a agravar o elevado índice de erosão existente.

Em face do exposto é parecer desta Direcção-Geral que se suprima tanto quanto possível a alienação de terrenos baldios, que por estarem submetidos ao regime florestal se encontram afectos à sua administração e, que em caso algum tal alienação venha a ter lugar sem prévia consulta sobre a sua viabilidade».

Nos termos do Código Administrativo, as câmaras municipais e as juntas de freguesia só podem alienar os bens dispensáveis (artigos 51.º, n.º 7, e 255.º, n.º 3.º).

Tratando-se de baldios, só lhes é permitido alienar ou aforar os divididos (citados artigos, n.ºs 6.º e 2.º, respectivamente) observadas que sejam as disposições legais aplicáveis, referidas nos artigos 391.º e seguintes do aludido Código.

No caso concreto de baldios submetidos ao regime florestal, a alienação só será viável depois de des afectados de tal regime e incorporados no património privado do corpo administrativo.

Acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo

Publicados de 1 de Outubro a 31 de Dezembro de 1952

De 8/5 — Tribunal pleno — Estabelece o artigo 154.º do Regulamento do Imposto do Selo que «o imposto do selo, uma vez pago, não será restituído, ainda mesmo que os livros, documentos ou papéis não sejam utilizados ou venham a ser posteriormente modificados ou substituídos por outros. Será, porém, feita a restituição de qualquer quantia que, por meio de verba, tenha sido arrecadada a mais, quando se prove que houve erro na liquidação».

Por sua vez, dispõe o § único do mesmo artigo que «os funcionários, porém serão obrigados a restituir à parte interessada, havendo reclamação desta, as quantias que por estampilha a mais fizeram desembolsar».

A regra, portanto, é a de que o imposto do selo, uma vez pago, não pode ser restituído.

Esta regra só sofre duas excepções: a da restituição de quantia que, por meio de verba, tenha sido arrecadada a mais, quando se prove que houve erro na liquidação; e a da restituição pelos funcionários de importâncias que, por estampilha, tenham feito desembolsar a mais.

As duas excepções têm conteúdo diferente e destinatários da respectiva responsabilidade diferentes também.

Numa, a arrecadação é feita por meio de verba, e o Estado responde pela restituição porque houve erro na liquidação; na outra, a arrecadação faz-se por estampilha, e os funcionários são obrigados a restituir porque levaram a mais.

O preceito do § único é expresso em responsabilizar os funcionários pelo reembolso das importâncias que por meio de estampilha levaram a mais.

Com essa restituição nada tem o Estado.

E que assim é resulta flagrantemente do facto de o artigo 259.º do dito regulamento exigir, para a restituição do selo, «na hipótese do artigo anterior», autorização do Ministro das Finanças.

Isto significa claramente que só há obrigação do Estado à restituição do imposto do selo, quando autorizada pelo Ministro das Finanças, como é óbvio. (*D. G., II Série, n.º 243, de 14/10*).

Compreende-se que seja necessária a autorização do Ministro das Finanças para a restituição quando esta for de responsabilidade do Estado.

Se, porém, for como é na hipótese prevista no § único do artigo 254.º, da responsabilidade dos funcionários, não está a restituição do que tiver sido exigido a mais dependente da autorização do Ministro das Finanças, como é óbvio. (*D. G., II Série, n.º 243, de 14/10*).

De 6/6 — Conforme consta do processo instrutor e afirmação dos recorrentes, estes foram excluídos do concurso por decisão do júri, que entendeu que eles não tinham as condições legais de admissão.

A decisão de exclusão de um concurso é acto definitivo e executório da Administração, visto que define a posição desta perante o concorrente, privando-o de continuar a figurar nas ulteriores operações do mesmo concurso.

Não tendo sido revogada, como também os próprios recorrentes afirmam, aquela decisão de exclusão, continuam eles a ser considerados estranhos ao dito concurso e, portanto, sem interesse que os legítimos para discutir a legalidade da nomeação do candidato que no mesmo concurso foi aprovado.

Na verdade, ainda que provido fosse esse recurso, do facto resultaria somente a possível abertura de outro concurso, a que os recorrentes seriam ou não admitidos, consoante estivessem ou não nas condições legais.

Dáí ter de concluir-se que o interesse dos recorrentes é meramente eventual, e não actual, não podendo, portanto, considerar-se titulares de interesse directo que os legitimasse para a interposição do presente recurso. (*D. G., II Série, n.º 244, de 15/10*).

De 19/6 — Tribunal pleno — O questionado artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 37.115 diz textualmente:

Salvo o disposto no artigo 4.º, em caso algum haverá acumulação de suplemento, cabendo este abono à maior remuneração percebida.

A letra da Lei é, pois, clara e expressa: em caso algum haverá acumulação de suplementos, salvo na hipótese do artigo 4.º — gratificações, abonos para falhas, senhas de presença e abonos de idêntica natureza.

.....
.....
A interpretação lógica dos mencionados preceitos confirma pois o entendimento que se extrai com toda a clareza da letra do citado artigo 8.º e que define o objectivo da lei: não permitir, em caso algum, a sobreposição de suplementos, salvo nas hipóteses especiais do artigo 4.º, que, como é evidente, não são susceptíveis de interpretação extensiva ou de aplicação por analogia. (*D. G., II Série, n.º 244, de 15/10*).

* Tribunal pleno — A situação de facto, conforme ela se apresenta nos autos, é a seguinte:

Ao recorrente foi aplicada em processo disciplinar, em que foi ouvido, a pena de demissão por despacho de 27 de Fevereiro de 1946, publicado no *Diário do Governo* n.º 55, II Série, de 8 de Março seguinte.

Este despacho foi anulado por Acórdão de 21 de Fevereiro de 1947, publicado no *Diário do Governo* n.º 153, II Série de 4 de Julho desse ano, com fundamento na falta de audiência, quanto a certos factos, para o efeito de se julgar novamente o processo disciplinar, ou não se tomando em consideração as faltas sobre as quais o recorrente não foi ouvido, mandando-o ouvir sobre essas faltas.

Daí, nova decisão disciplinar, que aplicou ao recorrente a pena de inactividade por dois anos, constante da portaria de 17 de Maio de 1950, publicada no *Diário do Governo* n.º 125, II Série, de 31 do mesmo mês.

O recorrente deixou de perceber vencimentos desde Março de 1946, inclusive, até Outubro de 1950, pois só os recebeu a partir da sua entrada ao serviço.

Nesta conjuntura pediu que lhe fossem abonados os vencimentos correspondentes ao tempo em que, a partir de Março de 1946, excedeu o da sanção disciplinar que lhe foi aplicada.

Este requerimento foi indeferido pelo despacho ministerial *sub judice*, o qual veio a ser confirmado pelo acórdão recorrido.

A impugnação deduzida agora contra o julgado assenta essencialmente em dois fundamentos:

O primeiro visa a interpretar o preceito do artigo 538.º, n.º 4.º do Código Administrativo, segundo o qual têm direito aos vencimentos de categoria e exercício os funcionários reintegrados nos seus cargos por sentença que anule o acto que os puniu em relação ao tempo em que estiveram ilegalmente afastados do cargo; o segundo tem por fim convencer da sua aplicabilidade ao caso dos autos.

O Acórdão de 21 de Fevereiro de 1947, como se deduz do seu último considerando, anulou o despacho recorrido, por vício de forma (falta de audiência do arguido sobre determinadas faltas), para o efeito de se julgar novamente o processo disciplinar, ou não tomando em consideração as faltas sobre as quais o recorrente não foi ouvido ou mandando-o ouvir sobre essas faltas.

As consequências a tirar desta declaração de nulidade, se se atender aos precisos limites e termos em que se julgou, e formou o caso julgado, conforme vem definido no artigo 673.º do Código de Processo Civil, tinham o seu campo de acção limitado ao novo julgamento e à escolha da alternativa de dar ou não por finda a instrução do processo disciplinar.

A Administração, limitando-se a julgar de novo o processo disciplinar, reintegrou a ordem jurídica violando nos termos assinalados no acórdão de 1947.

Se o recorrente entendia que para essa reintegração haveria ainda que o reintegrar no cargo, por força do artigo 538.º, n.º 4.º, do Código Administrativo, a ele competia, em razão de inexecução das decisões por parte do Governo, se presumir sempre determinada por impos-

sibilidade (§ 3.º do artigo 50.º do Regulamento do Supremo Tribunal), a uma vez que o mesmo acórdão se tornou executório, a partir da sua publicação no *Diário do Governo* (artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 23.185), requerer a sua readmissão no cargo, o que não fez (artigo 50.º do citado regulamento).

Todavia, já se julgou neste Supremo Tribunal, por Acórdão da 1.ª Secção de 12 de Junho de 1942, confirmado em tribunal pleno, por Acórdão de 15 de Maio de 1943, que a anulação jurisdiccional de portaria que puniu um funcionário, quando tivesse por objecto o proceder-se a novo julgamento, não dava ao mesmo funcionário o direito a ser reintegrado no lugar até ao segundo julgamento (Colecção Oficial, respectivamente vol. VIII p. 409, e vol. III, p. 244; Acórdão da 1.ª Secção de 21 de Dezembro de 1945, na citada Colecção, vol. XI, p. 626).

Sucede ainda que o preceituado no artigo 538.º, n.º 4.º, do Código Administrativo só por analogia podia ser aplicado, porquanto o recorrente não é funcionário administrativo, mas sim funcionário público.

Contudo há razão legal a impedir a adopção da solução prevenida no invocado artigo 538.º, n.º 4.º.

Efectivamente, o § único do artigo 16.º do Decreto n.º 19.478, de 18 de Março de 1931, fixa expressamente os casos em que os funcionários públicos é abonado o vencimento do exercício e, entre esses casos, não vem contemplada a situação do recorrente.

Assente, portanto, que na hipótese dos autos não pode funcionar o disposto no artigo 538.º e n.º 4 do Código Administrativo, resta averiguar se o pedido do recorrente, quando reduzido ao vencimento de categoria e a título de indemnização, terá apoio na lei.

A responsabilidade civil da Administração encontra o seu fundamento doutrinário na culpa funcional por facto material imputável a um agente ou a acto administrativo inválido proferido pelo órgão da pessoa colectiva.

Ora, conforme já se ponderou, não era à Administração que competia *spont sua*, readmitir o recorrente ao cargo, como consequência do julgado no Acórdão de 21 de Fevereiro de 1947. (*D. G., II Série, n.º 261, de 5/11*).

De 4/7 — No fundo o que está em discussão é a lista de classificação dos candidatos ao concurso de promoção para architectos de 2.ª classe, publicada no *Diário do Governo* em observância do disposto no artigo 16.º do Regulamento de Concursos de Promoção do Pessoal Permanente da Junta de Colonização Interna, aprovado pelo Decreto n.º 36.596, de 20 de Novembro de 1947, com referência ao artigo 31.º do anterior regulamento aprovado pelo Decreto n.º 36.113, de 23 de Janeiro do mesmo ano;

No entanto, a publicação de tal lista foi autorizada por despacho do Sr. Ministro da Economia, de 5 de Julho de 1951, correspondendo esta autorização de publicação à homologação da mesma lista;

Por via do disposto no artigo 18.º do referido regulamento, aprovado pelo Decreto n.º 36.596, a promoção dos candidatos aprovados em concurso «efectuar-se-á em conformidade com a lista de classificação dos concorrentes»;

Estando a nomeação vinculada à lista de classificação, tem esta de haver-se como acto constitutivo de direito, susceptível de impugnação contenciosa, logo que devidamente publicada no *Diário do Governo*;

O Acórdão do Supremo Conselho de Administração Pública de 26 de Outubro de 1932 (*in* colecção respectiva, vol. III, p. 666) decidiu não haver recurso da classificação dos candidatos às vagas do pessoal auxiliar a serventia do ensino técnico e profissional, feita nos termos do artigo 99.º do Decreto n.º 18.420, de 4 de Junho de 1930, por entender que tal lista não constituía um acto executório da Administração; mas,

Que, além de o Tribunal não estar vinculado àquela doutrina, as hipóteses verificadas num e noutro recurso são diferentes, visto no aludido Decreto n.º 18.420 não haver uma disposição semelhante à do artigo 18.º do Regulamento de Concursos de Promoção, aprovado pelo Decreto n.º 36.596, que manda fazer as promoções em conformidade com a lista de classificação dos concorrentes e, assim,

Não procede a excepção de insusceptibilidade do recurso contencioso do despacho ora impugnado; (*D. G., II Série, n.º 263, de 7/11*).

De 25/7 — Nos precisos termos do n.º 6.º do § único do artigo 820.º do Código Administrativo, compete ao auditor decretar a suspensão da excoutoriedade das decisões e deliberações recorridas quando lhe seja requerida e verifique poderem resultar da execução prejuizos irreparáveis ou de difficil reparação.

Este preceito tem sido interpretado numa larga e constante jurisprudência no sentido de que a suspensão do acto impugnado só é de conceder quando o recorrente alegue e prove que da sua execução lhe advêm, real e efectivamnte, prejuizos irreparáveis ou de difficil reparação.

Como é óbvio, isto significa que esses prejuizos, além de deverem surgir como consequência necessária e directa dos actos de execução, hão-de ser ainda de molde a tornar impossível uma avaliação pecuniária. (*D. G., II Série, n.º 245, de 16/10*).

De 2/10 — Como se vê porém do processo instrutor, não foram ouvidas as testemunhas arroladas pelo recorrente.

E, competindo ao recorrente ilidir a prova da acusação, fazendo a prova dos factos que expliquem ou destruam os motivos que levaram a Administração a acusá-lo, não ouvir as suas testemunhas equivale a não ouvi-lo e o facto constitui portanto a nulidade insuprível prescrita no artigo 33.º do estatuto que determina a anulação do ulterior processado. (*Di. G., II Série, n.º 264, de 8/11*).





BIBLIOGRAFIA

Registo de publicações com interesse
municipal entradas na Biblioteca Central

1 de Outubro a 31 de Dezembro de 1952

Em Outubro:

- Plano Director de Lisboa — XXI Congresso da Federação Internacional de Habitação e Urbanismo — Publicação da Câmara Municipal de Lisboa.
- Lisboa. **Urbanismo e Habitação**, pelo Eng.º Luis G. Lobato — XXI Congresso da Federação Internacional de Habitação e Urbanismo — Publicação da Câmara Municipal de Lisboa.
- Lisboa. **Sua evolução e desenvolvimento** — XXI Congresso da Federação Internacional de Habitação e Urbanismo — Publicação da Câmara Municipal de Lisboa.
- O Parque Florestal de Monsanto, por J. J. Rodrigo — Publicação da Câmara Municipal de Lisboa.
- Câmara Municipal do Concelho de Montijo — **Relatório e contas — 1951.**
- XXI Congresso Internacional de Habitação e Urbanismo — **Catálogo da Exposição.**
- O Problema de Habitação, por A. de Almeida Garrett — XXIII Congresso Luso-Espanhol para o progresso das ciências.
- Boletim da Câmara Municipal do Porto — N.º 856 a 859 — Setembro de 1952.
- Olisipo — Ano XV — N.º 60 — Outubro de 1952.
- Câmara Municipal da Murtosa — **Relatório e contas — 1951.**
- Câmara Municipal de Évora — **Serviços Municipalizados — Relatório e contas de 1951.**
- XXI Congresso Internacional de Habitação e Urbanismo — Coimbra.
- Boletim da Faculdade de Direito — Universidade de Coimbra — Vol. XXVII.
- XXI Congresso Internacional de Habitação e Urbanismo — **Programa das Excursões.**
- XXI Congresso Internacional de Habitação e Urbanismo — **Excursão.**
- XXI Congresso Internacional de Habitação e Urbanismo — **Portugal — Províncias do Ultramar.**
- XXI Congresso Internacional de Habitação e Urbanismo — **Inquérito sobre a exposição.**
- Diário Municipal — N.º 5 206 a 5.231 — Setembro de 1952 — Câmara Municipal de Lisboa.

Em Novembro:

Boletim da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos — N.º 69 — 1 de Janeiro a 30 de Junho de 1951.
Compilação de Acórdãos do Contencioso das Contribuições e Impostos, coordenados por *G. A. Coelho* — 49.º vol. — 1951.
Boletim de Ciências Económicas — Vol. I — N.º 2 — Maio e Agosto de 1952.
Verbetes — Índice de legislação dos corpos administrativos, editados por *A. Viana de Sousa*.
Boletim da Câmara Municipal do Porto — N.ºs 860 a 864 — Outubro de 1952.
3.º Orçamento Suplementar ao ordinário para 1952 — Câmara Municipal de Lisboa.
Diário Municipal — N.ºs 5.232 a 5.258 — Outubro de 1952 — Câmara Municipal de Lisboa.
Câmara Municipal de Portimão — Relatório da gerência de 1951.

Em Dezembro:

Câmara Municipal de Setúbal — Postura sobre pesos e medidas.
Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa — Vol. VIII — 1951.
Lisboa — Lisbonne — Lisbon — Publicação da Câmara Municipal de Lisboa.
A administração municipal de Santo Tirso, por *Mário Carneiro Pacheco*.
Diário Municipal — N.ºs 5.259 a 5.282 — Novembro de 1952 — Câmara Municipal de Lisboa.
Câmara Municipal de Ponta Delgada — Serviços Municipalizados — Relatório e contas de 1951.

Revistas:

O Direito:

Ano 84.º — Fascs. 2 e 3 — Abril a Setembro de 1952.





ÍNDICE GERAL DA «REVISTA MUNICIPAL»

(DESDE OS N.ºS 52 A 55)

ANO DE 1952

Designação	Números	Páginas
A		
Acontecimentos citadinos	52	25
	53	63
	54	38-A
	55	67
Aniversário do falecimento do Eng.º A. Vieira da Silva (No)	52	21
Antigo porto de Belém na margem direita do rio Tejo (O)	53	5
Antologia de Lisboa		
Estudos lisboenses	52	47
Ciencia e Espionagem (Na vespera da guerra das laranjas)	54	40
	55	55
António Feliciano de Castilho (<i>Vide Inauguração</i>)		
Arruamentos (<i>Vide Lisboa</i>)		
B		
Belém (<i>Vide Antigo porto de</i>)		
Bombeiros (<i>Vide Festival</i>)		
C		
Cancioneiro de Lisboa	55	63
Centenário do Jardim da Estrela (No)	55	25
Conde de Monsaraz (Centenário do nascimento do)	55	29
Carros, carrinhos e carroças (<i>Vide Notas</i>)		
Castilho (<i>Vide Inauguração</i>)		
D		
Discos (<i>Vide Lisboa</i>)		

Designação	Números	Páginas
E		
Etnografia (<i>Vide Carros, carrinhos e carroças</i>)		
F		
Feira Popular (<i>Vide Pavilhão</i>)		
Festas Populares de Junho	53	37
Festival do Batalhão de Sapadores Bombeiros	53	67
H		
Homenagem ao presidente da Câmara Municipal	52	5
I		
Igreja de Santo Alberto na história e na arte (A)	52	9
Igreja do século XI em Lisboa? (Uma)	54	36
Inauguração das estátuas a António Feliciano Castilho e Oliveira Martins	53	35
J		
Jardim da Estrela (<i>Vide Centenário</i>)		
Jardim da Estrela, 3 de Abril de 1952	53	31
Junho (<i>Vide Festas Populares</i>)		
L		
Legislação (<i>Vide Secção Jurídica</i>)		
Lisboa de outros tempos, Lisboa de hoje — Arruamentos	55	9
Lisboa gravada nos discos	54	39
Lisboa (<i>Vide Antologia, Igreja do século XI, Carros, carrinhos e carroças, Livreiros, Tomada de — e Cancioneiro</i>)		
Livreiros da Lisboa Quinhentista (Os)	54	5
Ludovice (<i>Vide Vida e obra</i>)		
Lunardi (<i>Vide Pina Manique</i>)		
N		
Norberto de Araújo — Olisipógrafo e jornalista	55	5
Notas de etnografia — Carros, carrinhos e carroças de Lisboa (Transportes de tracção animal)	54	27
O		
Oliveira Martins (<i>Vide Inauguração</i>)		
Outubro de 1952 (25 de)	55	45

Designação	Números	Páginas
P		
Páginas da história citadina — Miséria e decadência do Teatro S. Carlos	52	27
Pavilhão de exposições e cinema da Câmara Municipal de Lisboa na Feira Popular	55	65
Pina Manique e a ascensão de Lunardi	53	17
Pompa no reinado do Magnânimo e o litígio da Casa do Infantado	54	45
Porto de Belém (<i>Vide Antigo</i>)		
Portugal, jardim da Europa à beira-mar plantado	55	45
Presidente da Câmara Municipal (<i>Vide Homenagem</i>)		
R		
Rodrigo de Melo	55	64
S		
Santo Alberto (<i>Vide Igreja de Santo Alberto</i>)		
Santo António de Portugal na lenda, na arte e no valor do seu espírito	53	50
São Carlos (<i>Vide Teatro e Páginas da história citadina</i>)		
Secção Jurídica		
Providências municipais	52 55 54 55	57 75 63 75
Legislação e jurisprudência	52 53 54 55	59 77 65 77
Bibliografia	52 53 54 55	68 84 69 84
Sociedade da Obra das Águas Livres (A)	52	39
T		
Teatro de São Carlos (<i>Vide Páginas</i>)		
Tejo (<i>Vide Antigo porto de Belém</i>)		
Tomada de Lisboa — Conforme documento coevo e um códice hebraico da Biblioteca Nacional	55	35
V		
Vieira da Silva (<i>Vide Aniversário</i>)		
Vida e obra do arquiteto João Frederico Ludovice (A)	52	35
Voz da Cidade	52 53 54 55	43 58 56 69

ÍNDICE DOS COLABORADORES

Designação	Números	Páginas
A		
Araújo — Norberto de No Centenário do Jardim da Estrela (conferência)	53	25
B		
Barros — Joaquim Virgolino Macedo de Secção Jurídica — Legislação e Jurisprudência (Em todos os números)		
Brito — Mário Xavier de Lisboa de outros tempos, Lisboa de hoje — Arruamentos	55	9
C		
Cavalheiro — Rodrigues Inauguração das estátuas a António Feliciano de Castilho e Oliveira Martins (discurso)	53	33
César — Oldemiro Páginas de história cidadina — Miséria e decadência do Teatro de S. Carlos	52	27
Chaves — Luís Notas de etnografia — Carros, carrinhos e carroças de Lisboa (Transportes de tracção animal)	54	27
Coutinho — Manuel de Azevedo Jardim da Estrela, 3 de Abril de 1952	53	31
D		
Dias — Dr. Jaime Lopes Homenagem ao Sr. Presidente da Câmara	52	5
No aniversário do falecimento do Eng.º A. Vieira da Silva	52	21
Norberto de Araújo — Olisipógrafo e jornalista	55	5
E		
90 Espinho — José Pavilhão de exposições e cinema da Câmara Municipal de Lisboa na Feira Popular	55	65
Estevam — José A Sociedade da Obra das Águas Livres	52	39
A pompa no reinado do Magnânimo e o litígio da Casa do Infantado	54	45

Designação	Números	Páginas
F		
Figueiredo — Fidelino de Antologia de Lisboa	55	55
Freitas — Maria Brack Lami Barjona de Os livreiros da Lisboa Quinhentista	54	5
G		
Gomes — Sousa Uma igreja do século XI em Lisboa?	54	36
L		
Lima — J. da Costa A igreja de Santo Alberto na história e na arte	52	9
Santo António de Portugal, na Lenda, na Arte e no Valor do seu espírito	55	50
M		
Mello — Rodrigo de Lisboa gravada nos discos	54	39
Cancioneiro de Lisboa	55	65
N		
Navarro — André Portugal jardim da Europa à beira-mar plantado (conferência)	53	45
P		
Piloto — João A. A vida e a obra do architecto João Frederico Ludovice	52	35
R		
Ribeiro — Mário de Sampaio Pina Manique e a ascensão de Lunardi	53	17
S		
Schwarz — Samuel A tomada de Lisboa, conforme documento coevo de um códice hebraico da Biblioteca Nacional	55	35
Sousa — Artindo de Estudos olisiponenses	52	47
Estudos olisiponenses — Epigrafia Romana de Lisboa	54	49
V		
Viegas — João da Cruz O antigo porto de Belém na margem direita do rio Tejo	53	5

ÍNDICE DAS GRAVURAS

Designação	Números	Páginas
A		
Acontecimentos citadinos (<i>Vide Lisboa</i>)		
Antigo boleiro da praça (O) — 1879 Tipo da rua — Desenho de Manuel de Macedo. Gravura de Caetano Alberto da Silva	54	26
<i>Antigo (Vide Porto de Belém)</i>		
<i>António Feliciano de Castilho (Vide Estátuas)</i>		
Aqueduto de Alcântara Desenho de Noel. Gravura de Wells. Do Museu da Cidade de Lisboa	52	42-A
Augusto Vieira da Silva Descerramento da lápida collocada no prédio onde viveu e faleceu o Engenheiro —	52	24-B
<i>Avenida da Liberdade (Vide Estátuas e Lisboa)</i>		
B		
<i>Bairro de Alfama (Velho) (Vide Rua da Judiaria)</i>		
<i>Bairro de Benfica (Vide Lisboa e Marchas populares)</i>		
<i>Bairro da Bica (Vide Lisboa e Marchas populares)</i>		
<i>Bairro da Quinta das Furnas (Vide Lisboa)</i>		
<i>Bairro da Mouraria (Vide Lisboa e Marchas populares)</i>		
<i>Barra — Entrada da (Vide Jerónimos)</i>		
Batalhão de Sapadores Bombeiros Festival do — (Doze aspectos)	55	68-ABCD
Entrega de medalhas às praças do — (Um aspecto)	55	67
<i>Benfica (Vide Quinta de Gerard de Visme)</i>		
Biblioteca Nacional (De um Códice hebraico da)		
Lápida da antiga Sinagoga de Belmonte. (Fig. 1)	55	38-A
Post-íacio do Manuscrito hebraico da Biblia iluminada, de 1300, da —. (Fig. 2)	55	38-B
Lápida da Sinagoga de Lisboa de 1307. (Fig. 3)	55	40-A
Página frontal do Códice hebraico iluminado n.º 30 da —. (Fig. 4)	55	40-A
Fac-simile de Elegia de Rabi Abraham Ibn Ezra acerca da Tomada de Lisboa no Códice hebraico da —. (Fig. 5)	55	40-B
Fac-simile da mesma Elegia de Rabi Ibn Ezra acerca da Tomada de Lisboa, conforme a versão do «Divan». (Fig. 6)	55	40-B

Designação	Números	Páginas
C		
Camões		
Deposição de um ramo de flores, no dia de — pelos Presidentes da Câmara Municipal, junto da estátua do grande Épico	53	62-B
C a p a	52	
A Caravela — Desenho de José Espinho	53	
	54	
	55	
Capela de Santo Alberto (<i>Vide Mosteiro de Santo Alberto</i>)		
Carros, carrinhos e carroças de Lisboa		
Sete aspectos	54	32-AB
Castelo (<i>Vide Tomada de Lisboa</i>)		
Catedral de Évora		
Capela-Mor da —	52	36-A
Conde Monsaraz		
Descerramento da lápida do —, colocada no prédio da Rua Vitor Córdon, em cuja cerimónia usou da palavra o Vice-Presidente do Município, sr. Luís Pastor de Macedo	54	38-A
O neto do Conde de Monsaraz descerra a lápide de homenagem a seu avô	55	29
No descerramento da lápide. O vereador Sr. Dr. Américo Cortés Pinto, profere o seu discurso	55	30
Convento dos Jerónimos (<i>Vide Jerónimos</i>)		
Corporação dos Livreiros de Lisboa (<i>Vide Igreja de Santa Catarina da —</i>)		
D		
Desenhos, portadas e abertura de artigos		
N.º 52 — Páginas 1, 4, 5, 8, 20, 24, 27, 31, 33, 38, 43, 45, 46, 54, 55, 57, 58, 59, 67, 68 e 69		
N.º 53 — Páginas 1, 4, 17, 23, 25, 30, 32, 37, 44, 45, 49, 58, 62, 67, 68, 73, 75, 76, 77, 83, 84 e 85		
N.º 54 — Páginas 1, 4, 5, 6, 25, 27, 35, 36, 38, 39, 44, 45, 48, 55, 56, 59, 63, 64, 65, 68, 69 e 70		
N.º 55 — Páginas 1, 4, 9, 28, 35, 44, 45, 48, 55, 62, 63, 64, 69, 73, 75, 76, 77, 83, 84 e 86.		
Dia de Camões (<i>Vide Camões e Lisboa</i>)		
Dom João da Câmara		
Inauguração da Exposição comemorativa do nascimento de —	55	68
E		
Embaixada de França		
Entrega das insígnias da Comenda da Legião de Honra, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, cuja condecoração foi feita por Sua Ex. ^a o Sr. Embaixador de França	54	38-A
Entrada da barra (<i>Vide Jerónimos</i>)		
Estátuas		
Inauguração das — a António Feliciano de Castilho e Oliveira Martins	53	33
Exposição «Imagem da Flor»		
Inauguração do certame no Palácio Galveias	53	62-C
Exposição Nacional de Floricultura (IX)		
Inauguração do certame na Tapada da Ajuda	53	62-B

Designação	Números	Páginas
F		
Feira Popular (<i>Vide Pavilhão Municipal</i>)		
Feira Popular Cinco aspectos	55	65/66
Festival do B. S. B. (<i>Vide Batalhão de Sapadores Bombeiros</i>)		
G		
Gago Coutinho Descerramento da lápida colocada na casa onde nasceu — por iniciativa do Ministério da Marinha	52	24-B
H		
Hotel de Inglaterra Local do — depois da demolição iniciada em 7/2/1952	52	24-A
I		
Igreja dos Jerónimos (<i>Vide Jerónimos</i>)		
Igreja de Santa Catarina, da Corporação dos Livreiros de Lisboa Um aspecto da fachada (desenho)	54	5
Igreja de Santo Alberto (<i>Vide Mosteiro</i>)		
Igreja de São Domingos em Lisboa Altar-Mor da — (Um aspecto)	52	34-B
J		
Jardim da Estrela Aspectos novos do — conseguidos com a cultura de flores em «Mixed Border» (Seis aspectos)	53	30-ABC
Conferência proferida por Norberto de Araújo, no Centenário do —	53	62-A
Jerónimos		
Igreja dos	53	8-A
O Convento dos — e a entrada da barra. Gravura de H. L. L'Evêque, 1816.		
Museu da Cidade de Lisboa	53	30-A
João Frederico Ludovice Retrato de —	52	34-A
Joaquim Fontes (Dr.) Conferência proferida pelo Professor — na sessão solene realizada em 25 de Outubro na Câmara Municipal de Lisboa	55	67
L		
Lápidas (<i>Vide Lisboa</i>)		
L i s b o a		
Cumprimentos do Presidente da Câmara Municipal de — e vereação, a Sua Ex. ^a O Presidente da República, no dia 1 de Janeiro	52	24-A
Sessão de cinema cultural, promovida pela Câmara Municipal de —, no Bairro da Quinta das Furnas	52	24-A
Local do Hotel de Inglaterra, depois da demolição iniciada em 7/2/1952	52	24-A
Descerramento da lápida, por iniciativa do Ministério da Marinha, colocada na casa onde nasceu Gago Coutinho	52	24-B
Descerramento da lápida no prédio onde viveu e faleceu o Eng. ^o Augusto Vieira da Silva	52	24-B
O Presidente da Câmara Municipal agradece as saudações que o funcionalismo municipal lhe apresentou na data do 8. ^o aniversário da sua posse	52	24-B
Igreja de São Domingos em —	52	34-B

Designação	Números	Páginas
Conferência, no Jardim da Estrela, para comemorar o seu centenário, proferida por Norberto de Araújo	53	62-A
Sua Ex. ^a o Presidente da República inaugura o Pavilhão da Câmara Municipal de — na Feira Popular	53	62-A
Sua Ex. ^a o Ministro da Educação Nacional, na abertura da IX Exposição Nacional de Floricultura	53	62-B
Inauguração das estátuas de António Feliciano de Castilho e Joaquim Pedro de Oliveira Martins, na Avenida da Liberdade	53	62-B
Deposição de um ramo de flores, no dia de Camões, junto da estátua do grande Épico, pelo Sr. Presidente e Vice-Presidente da Câmara Municipal de —	53	62-B
1.º trono classificado no concurso dos Tronos a Santo António	53	62-B
Inauguração da exposição «A Imagem da Flor», no Palácio Galveias	53	62-C
Realização da Procissão de Santo António, depois de 57 anos de interrupção	53	62-C
Concerto no Pavilhão dos Desportos, dirigido pelo maestro brasileiro Vila Lobos	53	62-C
Marchas populares dos Bairros da Bica, Mouraria e Benfica	53	62-D
Visita dos Presidentes das Câmaras Municipais dos concelhos limítrofes de —, ao Novo Matadouro	53	62-D
Festival do Batalhão de Sapadores Bombeiros	53	68-ABCD
Carros, carrinhos e carroças de — (<i>Vide Carros</i>)		
Concerto polifónico no Pavilhão dos Desportos	54	38-A
O Sr. Embaixador de França condecora o Sr. Presidente da Câmara Municipal de —	54	38-A
O Sr. Luís Pastor de Macedo, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Lisboa na cerimónia do descerramento da lápide, ao Conde de Monsaraz, no prédio da Rua Vitor Córdon	54	38-A
Entrega de mensagens, aos Srs. Presidente e Vice-Presidente do Município de —, pelas colectividades que organizaram as Marchas Populares em 1952	54	38-B
Inauguração do estande da Câmara Municipal na Feira Popular	54	38-B
— vista do Vale do Pereiro	54	44-A
Descerramento da lápide no prédio onde viveu e faleceu o Conde de Monsaraz	55	29
Cerimónia da entrega de medalhas às praças do Batalhão de Sapadores Bombeiros	55	67
Conferência do Professor Joaquim Fontes, na sessão solene realizada em 25 de Outubro na Câmara Municipal de —	55	67
Exposição comemorativa do cinquentenário do «Prémio Valmor»	55	67
Inauguração da Exposição comemorativa do nascimento de D. João da Câmara	55	68
Conferência realizada no Palácio Galveias, em 31 de Outubro, pelo sr. Arquitecto Paulino Montês, sobre o «Prémio Valmor»	55	68
Visita dos médicos ao novo Matadouro Municipal de — onde foram recebidos pelo Sr. Presidente da Câmara	55	68
Livreiros da Lisboa Quinhentista	54	5 a 25
Ludovice (<i>Vide João Frederico</i>)		
Lunardi (<i>Vide Vicente</i>)		
M		
Mafra		
Real Edifício de — (Quatro aspectos)	52	34-ABCD
Manuscrito		
Relativo a uma página-verso do famoso compromisso de 1608 que refere as obrigações estatuidas e alfaias litúrgicas	52	16-B
Marchas populares		
Dos bairros da Bica, Mouraria e Benfica (Seis aspectos)	53	62-C
Entrega de mensagens, aos Srs. Presidente e Vice-Presidente do Município, pelas colectividades que organizaram as — em 1952	54	38-B
Martim Moniz (<i>Vide Tomada de Lisboa</i>)		
Matadouro Municipal (Novo) —(<i>Vide Lisboa</i>)		
Ministério da Marinha (<i>Vide Gago Coutinho e Lisboa</i>)		
Mosteiro de Santo Alberto		
Sua cerca entre o Palácio do Conde de Alvor e o Palácio do Conde de Óbidos (conjunto minucioso desenhado antes do grande terramoto de 1755)	52	12-A

Designação	Números	Páginas
Venerável Madre Maria de S. José (fundadora do Mosteiro de Sevilha e de Santo Alberto) — Tela trazida de Sevilha para o Carmelo de Monte Estoril e repintada sem saber profissional, como se vê na capa e touca	52	12-A
A porta da Igreja de Santo Alberto	52	12-A
Interior da Capela de Santo Alberto, vendo-se o altar de S. José do lado da Epistola, e as capelas da mão de Santa Teresa e do Cristo da Fala	52	12-B
A mão esquerda de Santa Teresa de Ávila enluvada de prata e pedrarias	52	16-A
Registo da mão de Santa Teresa de Ávila que se distribuía aos devotos no dia da sua festa	52	16-A
Altar de S. José na igreja do — (Arq. do Museu Nacional de Arte Antiga)	52	16-B
Uma página do famoso compromisso de 1603 que refere as obrigações estatuídas e alfaias litúrgicas	52	16-B
N		
Norberto de Araújo		
Conferência proferida pelo escritor e olisipógrafo — no Jardim da Estrela	53	62-A
Retrato de —	55	3
O		
Oliveira Martins (<i>Vide Estátuas e Lisboa</i>)		
P		
Palácio Galveias		
Exposição «Imagem da Fio»	53	62-C
Conferência realizada em 31 de Outubro, pelo sr. Architecto Paulino Montês, sobre o «Prémio Valmor»	55	68
Palácio de Queluz		
Biblioteca do Real — (Um aspecto)	52	36-B
Paulino Montês (<i>Vide Palácio Galveias e Lisboa</i>)		
Pavilhão dos Desportos		
Concerto polifónico no —	54	38-A
Aspecto da assistência a um concerto realizado no —	54	38-B
Concerto no — dirigido pelo maestro brasileiro Vila Lobos	53	62-C
Pavilhão municipal na Feira Popular e a actividade cinematográfica no ano de 1952 (O)		
Sua inauguração	53	62-A
Inauguração do «stand»	54	38-B
Pina Manique (<i>Vide Vicente Lunardi</i>)		
Porto de Belém (Antigo)		
Mapa esquemático do — com margem rectificada	53	3
Antigo «Surgidouro» e praia do Restelo	53	8-A
«Batel» ou «Muleta» modernizada	53	8-B
«Muleta» antiga. (Em 1891 existia só uma deste tipo)	53	8-B
Posse do Presidente da Câmara		
Agradecimento do Presidente da Câmara Municipal, às saudações apresentadas pelo funcionalismo municipal na data do 8.º aniversário da —	52	24-B
Prémio Valmor (<i>Vide Lisboa</i>)		
Presidente da Câmara (<i>Vide Aniversário da sua posse, Camões e Lisboa</i>)		
Presidente da República (<i>Vide Pavilhão municipal na Feira Popular e Lisboa</i>)		
Procissão de Santo António (<i>Vide Lisboa</i>)		
Q		
Quinta de Gerard de Visme, perto de Benfica — (1794)		
Vista da —. Desenho de Noël. Gravura de Wells	55	34-A

Designação	Números	Páginas
R		
Retratos		
Do architecto João Frederico Ludovice	52	54-A
Do Capitão Vicente Lunardi	53	18-A
De Norberto de Araújo	55	5
Rota de Vasco da Gama		
Mapa esquemático da — desde o Rio do Infante	53	7
Rua da Judiaria		
No velho Bairro de Alfama. Desenho de Ribeiro Cristino, Gravura de Oliveira, de «O Ociçente», de 1889	52	32
Rua Vitor Córdon (<i>Vide Conde Monsaraz</i>)		
S		
Santa Teresa de Ávila (<i>Vide Mosteiro de Santo Alberto</i>)		
Santo António de Lisboa		
Gravura de Francisco José Ribeiro — Rua Nova do Almada, 77 — Lx. ^a	53	50
— pregando aos peixes, em Rumiñi, Painel atribuído a Garcia Fernandes, Pinxat — Século xvi. Do arquivo do Museu de Arte Antiga	53	52-A
T		
Tipo de rua (<i>Vide Antigo holeiro da praça — O</i>)		
Tomada de Lisboa		
Martim Moniz atravessando-a na porta do Castelo. Desenho de Nogueira da Silva. Gravador Caetano Alberto, do «Arquivo Pitoresco», 1867	53	24
Códice hebraico da Biblioteca Nacional (Seis figuras)	55	38-AB e 40-AB
Torre de Belém		
Um aspecto	53	8-B
Tronos a Santo António (<i>Vide Lisboa</i>)		
V		
Vale do Pereiro		
Lisboa vista do —. Gravura colorida de W. J. Bennett, Do Museu da Cidade de Lisboa	54	44-A
Venerável Madre Maria de S. José (<i>Vide Mosteiro de Santo Alberto</i>)		
Vicente Lunardi		
Retrato de —. Desenho de Nesmith. Gravura de Burk	53	18-A
«Bilhete de introdução na Platea do Anfiteatro do Terreiro do Paço no Dia que o Capitão Lunardi irá no Ar»	53	18-B
Gravura anónima comemorativa da Ascensão realizada por — em Madrid, em 19 de Agosto de 1792	53	18-B
Frontespício da descrição da viagem feita por — partindo do Terreiro do Paço ...	53	18-B
Verso da carta de — a Pina Manique	53	20-A
Reverso da carta de — a Pina Manique	55	20-B
Vieira da Silva (<i>Vide Augusto Vieira da Silva — Eng.º</i>)		
Vila Lobos (maestro brasileiro) (<i>Vide Pavilhão dos Desportos e Lisboa</i>)		
Visita dos Presidentes dos Presidentes das Câmaras Municipais dos concelhos limítrofes de Lisboa, ao Novo Matadouro Municipal (<i>Vide Lisboa</i>)		
25 de Outubro (<i>Vide Lisboa</i>)		



municipio
de Lisdoo